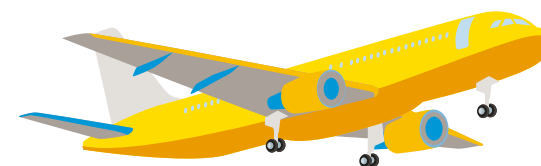




Relatório Integrado 2018

Sumário

Capítulo 1 – Visão Geral da Organização	5	Capítulo 4 - Alocação de Recursos e eficiência da gestão	41	Capítulo 6 – Outras Informações Relevantes	141
Quem somos	5	Gestão orçamentária e financeira	41	Materialidade	141
Nossos números	6	Gestão de pessoas	43	Determinações e recomendações do TCU	141
Capítulo 2 – Governança	7	Gestão de licitação e contratos	48	Declaração de Integridade	146
Estrutura organizacional	15	Gestão patrimonial e infraestrutura	50	Anexos e Apêndices	147
Cadeia de valor	16	Gestão da tecnologia da informação	51		
Cenário nacional e internacional	17	Gestão de custos	55		
Planejamento Estratégico	20	Sustentabilidade	56		
Gestão de Riscos e Controles Internos	24	Capítulo 5 – Demonstrações contábeis	60		
Capítulo 3 – Resultados da Gestão	27	Demonstrações contábeis	60		
Indicadores e resultados alcançados	27	Notas Explicativas	63		
Justificativas para os resultados	27	Relatório do auditor independente	135		
Iniciativas Estratégicas	38				
Desafios e incertezas	39				



Bem-Vindos

Este é o Relatório de Gestão dos Correios 2018, na forma de Relato Integrado.

O relato integrado é um modelo de relatório que visa demonstrar, com transparência e conectividade das informações, como a organização gerou valor ao longo do tempo, e foi elaborado de acordo com a Estrutura Internacional para o Relato Integrado, desenvolvida pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC).

A adoção do modelo do relato integrado tornou-se obrigatória pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Decisão Normativa TCU 170/2018 alterou a estrutura do relatório de gestão de 2018 para que a prestação de contas observe as

diretrizes contidas na estrutura do IIRC.

Este relatório busca não só atender aos normativos vigentes, mas faz parte do processo de evolução da prestação de contas, comunicando de forma eficiente e de fácil compreensão, à sociedade e às partes interessadas, os resultados alcançados pelos Correios no exercício de 2018.

Para mais informações sobre este relatório e seu conteúdo, envie um e-mail para presidencia@correios.com.br.

Boa leitura!

Aviso ao Leitor

Informamos que, em consequência de arredondamentos, a soma dos números pode não ser exata (tabelas/gráficos/texto), assim como a soma dos percentuais pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo do relatório.

Para facilitar a leitura, as siglas, abreviações, tabelas, quadros, gráficos e figuras encontram-se devidamente identificados no próprio texto a que se referem.



Mensagem do Presidente

2018 foi um ano memorável para os Correios: o da retomada do crescimento da empresa. Registramos os melhores índices da história na entrega de encomendas dentro do prazo, chegando aos 99% de qualidade, índice superior, inclusive, ao de gigantes mundiais do setor.

Essa melhora acentuada na qualidade ofertada fez os índices de reclamações de clientes caírem mais de 60% desde o pico, em março de 2018. Em sentido oposto à diminuição das reclamações, houve um aumento significativo nas receitas, que se situaram próximas a R\$ 20 bilhões.

Conscientes de nosso papel institucional de prestar o serviço postal para a sociedade e dos imensos desafios relacionados à execução desse fundamental serviço público, os Correios estão presentes em todo o território nacional, garantindo a universalização e a continuidade dos serviços postais brasileiros.

Um dos grandes desafios colocados pelas novas tecnologias para os correios do mundo todo é o declínio de correspondências em suporte de papel. Assim, os operadores postais, de modo geral, estão promovendo a diversificação e a modernização do seu portfólio de serviços.

Em 2019, seguiremos realizando nossa importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. E ainda seremos uma empresa mais moderna e voltada às necessidades dos nossos clientes. Para isso, diversificar os negócios é primordial.

Queremos oferecer uma gama maior de serviços que facilitem aos usuários utilizarem-se dos Correios como um operador logístico completo, pois fazemos o que nenhum outro concorrente no Brasil faz e estamos onde nenhum deles quer estar. Somos uma estatal independente e, assim como nosso povo, somos capazes de nos reinventar a cada dia.

Os Correios vão prosseguir com as parcerias firmadas para emissão, nas nossas agências, do Documento Nacional de Identificação, o DNI; do passaporte; da carteira de trabalho e da carteira de identidade. Esse é só o começo da próspera relação que estamos desenvolvendo com o poder público.

Essas são apenas algumas iniciativas, dentre muitas outras direcionadas para melhorar a qualidade operacional, ofertar novos serviços, aumentar nossa participação no mercado, crescer em receitas e diminuir nossos custos. Afinal, assim ire-

mos nos adaptar aos novos tempos e aos renovados desafios, tal como temos feito há 356 anos.

Continuaremos crescendo como empresa e fortaleceremos, ainda mais, a marca Correios, para que ela esteja cada vez mais presente no coração de cada brasileiro e à altura da confiança que o cidadão sempre depositou na empresa.

General Juarez Cunha



Capítulo 1 – Visão Geral da Organização

Quem somos

A história dos Correios no Brasil começou em 1663, com a instalação do Correio-Mor na então colônia portuguesa. Em 1969, foi criada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, forma em que hoje se organiza a prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro. Para saber mais sobre a história dos Correios acesse <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/historia>. Atualmente, a empresa é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Como empresa pública, os Correios têm capital social de R\$ 3.179.457.702,21, integralmente constituído pela União e, com sua subsidiária integral, a CorreiosPar (capital social de R\$ 50.261.600,00), a qual contribui para a sustentabilidade, viabilidade e longevidade dos negócios desenvolvidos pelos Correios por meio de criações, aquisições, fusões e parcerias no mercado global.

A Identidade Corporativa dos Correios reúne os principais atributos institucionais que caracterizam a empresa, sendo composta por Negócio, Missão, Visão e Valores.

Ser a primeira escolha
do cliente nos produtos
e serviços oferecidos



Soluções que aproximam

Conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções postais e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas

Valores

01

INTEGRIDADE

em todas as relações, pautada na ética, na transparência e na honestidade

02

RESPEITO ÀS PESSOAS

valorizando suas competências e prezando por um ambiente justo e seguro

03

RESPONSABILIDADE

na prestação de serviços e no uso consciente de recursos para assegurar a sustentabilidade do negócio

06

ORIENTAÇÃO AO FUTURO

para responder às necessidades dos clientes com agilidade

05

COMPROMISSO COM O RESULTADO

assegurando retornos consistentes à sociedade

04

ORGULHO

em servir a sociedade e pertencer aos Correios

Nossos números em 2018

A existência do serviço postal, obrigação constitucional do Estado brasileiro, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, esteja presente em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura e executando operações compatíveis com o gigantismo do Brasil. A seguir, apresentamos uma visão sintética de números que representam o que são os Correios.



Capítulo 2 – Governança

A Governança nos Correios é um sistema que envolve estruturas e processos organizacionais que objetivam aumentar a transparência de nossas atividades, definir o direcionamento estratégico, promover mecanismos de responsabilização dos nossos gestores e intensificar a geração de valor para a sociedade.

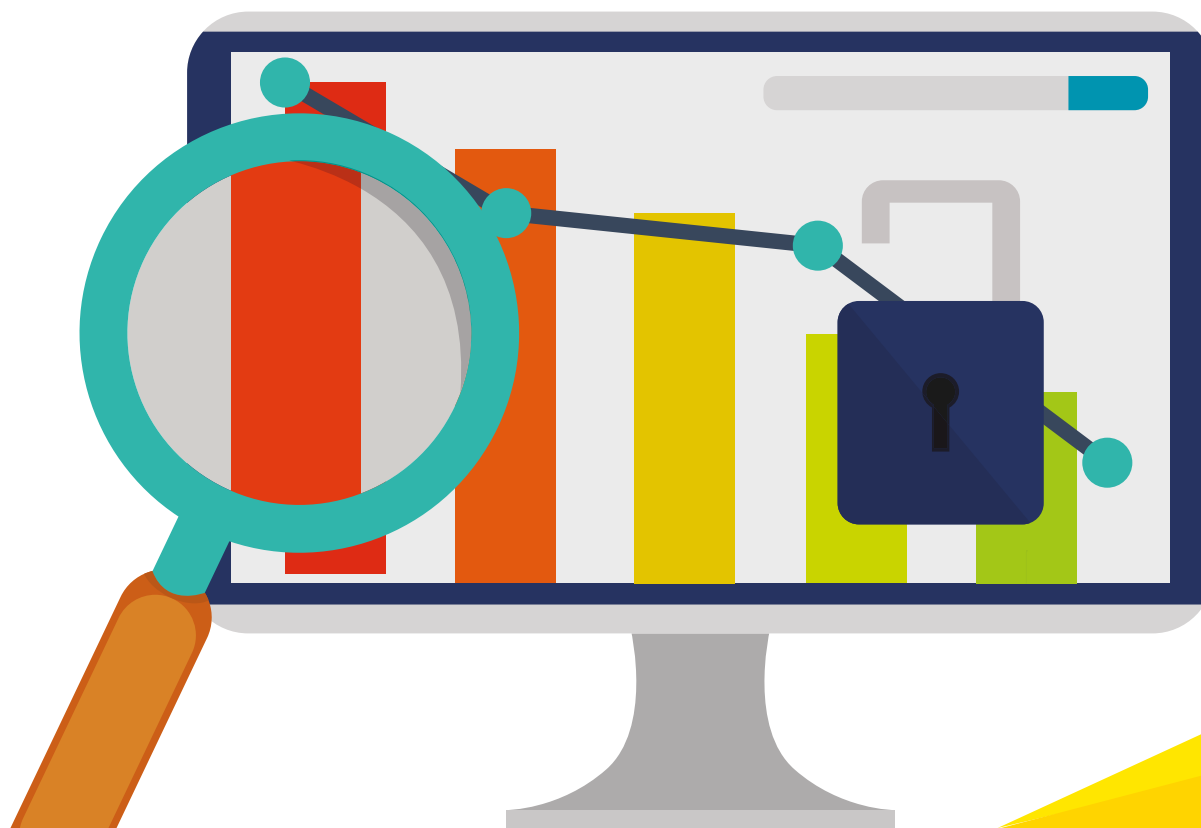
Os Correios atingiram em 2018 o Nível 1 na avaliação do Indicador de Governança (IG), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Esse resultado representa o melhor entre os quatro níveis de classificação existentes, enquadrando-nos no seletivo grupo de empresas que possuem nível elevado de Governança Corporativa dentre as empresas estatais.

O objetivo do indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e das diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), ou seja, adoção de melhores práticas de governança corporativa.

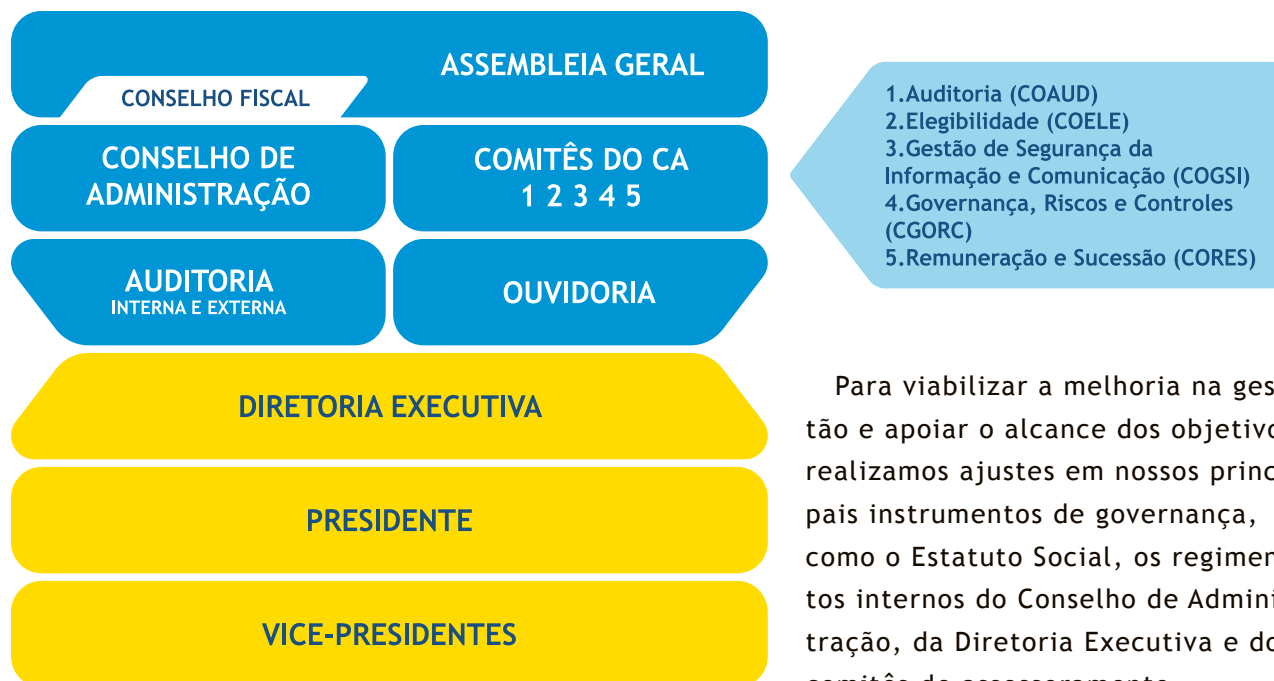


Já o Núcleo de Gestão da empresa administra os processos organizacionais, executa as estratégias e reporta os resultados.

A governança está organizada a partir da alta administração, que se divide em Núcleo de Governança e Núcleo de Gestão. O Núcleo de Governança é responsável por avaliar, direcionar e supervisionar o processo decisório aprovando estratégias, controlando a execução da gestão e monitorando os resultados.



Modelo de governança



Para viabilizar a melhoria na gestão e apoiar o alcance dos objetivos, realizamos ajustes em nossos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social, os regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento.

tração em questões relacionadas à governança corporativa, à estratégia, à conformidade, aos riscos e aos controles internos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.

c) Comitê de Elegibilidade: sua principal função é efetuar a verificação da conformidade e emitir opinião nos processos de indicação e de avaliação dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos representantes da empresa nas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas.

As patrocinadas e mantidas dos Correios, na homologação da candidatura de membro de seus Conselhos Deliberativo, Conselho Fiscal e de sua diretoria, cumprem os requisitos e vedações para elegibilidade dispostos em dispositivos legais e regulamentares do setor de atuação e no Estatuto Social de cada entidade.

Os Regimentos Internos da Diretoria Executiva, dos Conselhos e dos Comitês podem ser consultados através do link: <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/governanca-corporativa/regimentos-internos>

Estatuto Social

A empresa aprovou o seu novo Estatuto Social, completamente aderente às exigências da Lei 13.303/2016.

Comitês

Fortalecendo ainda mais o seu sistema de Governança Corporativa, implantou os seguintes comitês:

a) Comitê de Auditoria: formado por membros independentes, sua principal função é auxiliar o Conselho de Administração, assessorando-o em matérias de fiscalização relativas a riscos e controles internos e exercendo suas competências, também, sobre as subsidiárias e controladas;

b) Comitê de Governança, Riscos e Controles: Em fase de implantação, tem como função assessorar o Conselho de Adminis-

Compliance

No Sistema de Governança Corporativa dos Correios, o Compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à integridade, à conduta ética e à transparência, bem como a conformidade com leis, decretos, normas e regulamentos aderentes relacionados à empresa e ao seu negócio. Busca-se o fortalecimento institucional, por meio de um ambiente de negócios íntegro que se torne um diferencial competitivo no mercado.

Como parte da estratégia de promoção da transparência e do combate à corrupção nos Correios, foi aprovado em 2018 o Programa de Integridade dos Correios, com atuação em cinco dimensões principais, conforme demonstrado na imagem a seguir.



A implementação do Programa de Integridade, por meio destas dimensões, promove a execução, de forma coordenada, de medidas, planos, políticas, diretrizes, normas e procedimentos para prevenção, detecção e remediação de atividades e condutas que possam ocasionar riscos de integridade à empresa. O programa pode ser acessado na íntegra em <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/programa-de-integridade>.

No que tange à conformidade com leis e normas, foram concluídas as ações de adequação da empresa ao Estatuto Jurídico das Estatais (Lei 13.303/2016) e ao Decreto 8.945/2016, bem como adequação à Lei 13.460/17 e ao Decreto 9.094/17, que versam sobre participação e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos e desburocratização e simplificação do atendimento.

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Para consolidar em um único documento as informações relevantes, como atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa, os Correios publicaram a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no link: <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>.

Ética – Comissão de Ética e Código de Conduta Ética

A gestão da ética nos Correios é realizada pela Comissão de Ética, que tem como principal competência aplicar o Código de Conduta Ética e esclarecer dúvidas relacionadas ao citado documento. Além de realizar apurações de denúncias que lhe são encaminhadas pelo Canal Único de Denúncias dos Correios, a comissão atua, com enfoque preventivo, na difusão da cultura ética, por intermédio de ações de comunicação e de educação.

Em 2018, houve 30.339 participações de empregados em cursos com conteúdo sobre ética. Naquele mesmo ano, cerca de 80% dos empregados pesquisados informaram saber onde localizar o Código de Ética para leitura e 72% disseram terem-no lido.

Ouvidoria

Os Correios contam com uma Ouvidoria para receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.

A Ouvidoria dos Correios recebeu, em 2018,

36.229 pedidos de intervenção para reclamações não solucionadas em relação a objetos nacionais e internacionais. Pelo canal único de denúncias, foram recebidas 13.208 manifestações cadastradas como denúncia. No entanto, após análise, 4.869 foram consideradas como tal. Dessas, 2.037 (42%) foram encerradas na própria Ouvidoria e 79 foram reclassificadas como críticas (2%). 2.753 (56%) foram encaminhadas para apuração.

Auditoria Interna

Com vistas a resguardar a alta administração dos Correios na busca pela consecução dos objetivos organizacionais, a Auditoria Interna oferece informações relevantes acerca do contexto dos controles internos da empresa, especialmente no que se refere à proteção de seus ativos, à fidedignidade de dados e informações, ao cumprimento de leis e regulamentos e ao emprego eficiente, eficaz e econômico dos recursos.

Em 2018, foram implementadas alterações estruturais nas atividades e nos processos da

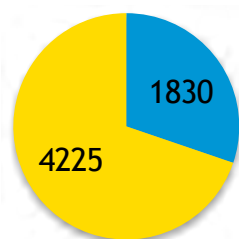
auditoria que resultaram no planejamento dos trabalhos, com foco na revisão e na disponibilização de todos os relatórios de auditoria oriundos de Plano de Auditoria Interna dos Correios (PAINT) dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016 e que não foram encaminhados às partes interessadas dentro do cronograma previsto, bem como na conclusão de todos os trabalhos do PAINT/2018; condução das atividades operacionais na execução dos trabalhos; reorganização da área de suporte; procura de novas tecnologias e metodologias, por meio de benchmarking com outras organizações públicas, visando ao aprimoramento dos processos internos; atualização de manuais; implementação de pesquisa de satisfação junto ao Conselho de Administração; além do enfoque na capacitação e no desenvolvimento dos auditores internos e na implantação da nova metodologia de monitoramento de recomendações e determinação de auditoria.

Corregedoria

A Corregedoria dos Correios é responsável pela gestão dos processos de natureza correcional, inclusive os realizados de maneira descentralizada pelas unidades administrativas e operacionais da empresa.

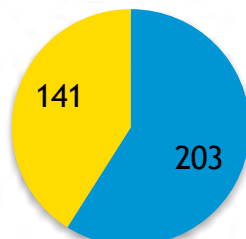
Em 2018, foram encaminhadas à Corregedoria 1.830 denúncias para avaliação quanto à instauração de procedimento de apuração. No mesmo período, foram encerradas 4.225 denúncias já avaliadas, inclusive recebidas anteriormente a 2018. Naquele ano, também, a Corregedoria recebeu 203 demandas para realização de procedimentos de exame de admissibilidade e investigação e concluiu 141 procedimentos.

**Denúncias
(fale conosco)**



■ Recebidas ■ Encerradas

**Admissibilidades
e investigações**

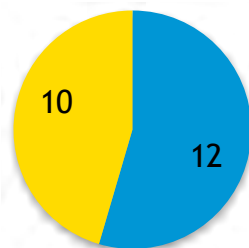


■ Recebidas ■ Encerradas

Relativamente a fatos apurados segundo a Lei Anticorrupção (Lei 12.486/2013), a Corregedoria recebeu para exame de admissibilidade 11 casos, tendo no período concluído o exame preliminar

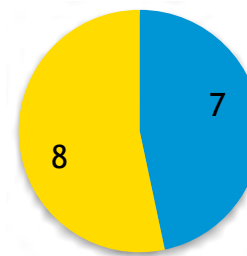
ao Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de 10 casos. Quanto aos PAR, foram instaurados 7 processos e encerrados 8.

**PAR -
admissibilidade**



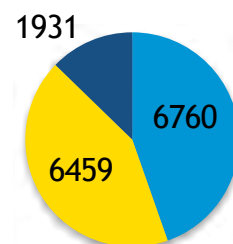
■ Recebidas ■ Encerradas

PAR



Quanto aos processos de natureza correcional executados ou coordenados pela Corregedoria, em 2018 foram instaurados 6.760 processos administrativos disciplinares e encerrados 6.459 processos. Além disso, foram firmados 1.931 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e encerrados 1.982, conforme demonstra a figura abaixo.

**Processos administrativos
disciplinares**



■ Instaurados ■ Encerrados ■ TAC

O gráfico a seguir apresenta as principais resultados nos processos disciplinares no ano de 2018:

**Resultados nos processos
disciplinares em 2018**



Abaixo encontram-se listadas as principais irregularidades motivadoras de apurações disciplinares e as que ensejaram demissão por justa causa no período de janeiro a dezembro de 2018:

Maiores irregularidades	Nº
Falta injustificada ao trabalho	3158
Descumprimento das atribuições profissionais	2401
Extravio de objeto postal	1919
Irregularidade na entrega de objeto postal	676
Tratamento descortês	276
Dano ao patrimônio da ECT	275
Atraso na entrega de objeto postal	247
Conduta incompatível com a legalidade e moralidade administrativa	201
Diferença de caixa	198
Indisciplina	159

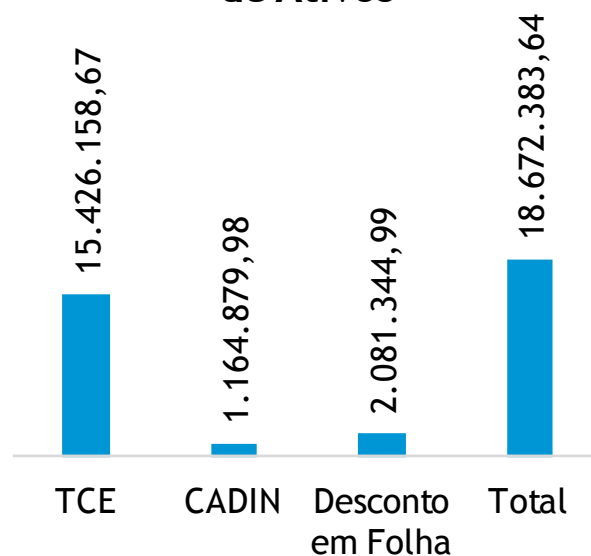
Demissões por justa causa	Nº
Falta injustificadas	50
Falta de numerário	36
Diferença de caixa	28
Fraude em atestado médico	22
Descumprimento de atribuições profissionais	17

Em relação às medidas de recuperação de ativos, em 2018 foram obtidos os seguintes dados:

- Processado pela área de recursos humanos, via desconto em folha de pagamento, o valor de R\$ 2.081.334,99;
- Efetuadas 87 inscrições no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), perfazendo o montante de R\$ 1.164.879,98;
- Instaurados 32 processos de Tomada de Contas Especial, perfazendo a importância de R\$ 7.326.405,10; e concluídos 37, no valor de R\$ 8.099.753,57.

Dos 32 processos instaurados, 29, cuja importância soma R\$ 6.594.428,76, foram concluídos e encaminhados à SFC/CGU dentro do exercício. Os outros três processos estão em fase de finalização, dentro do prazo previsto, conforme estabelecido na IN nº TCU 76/2016.

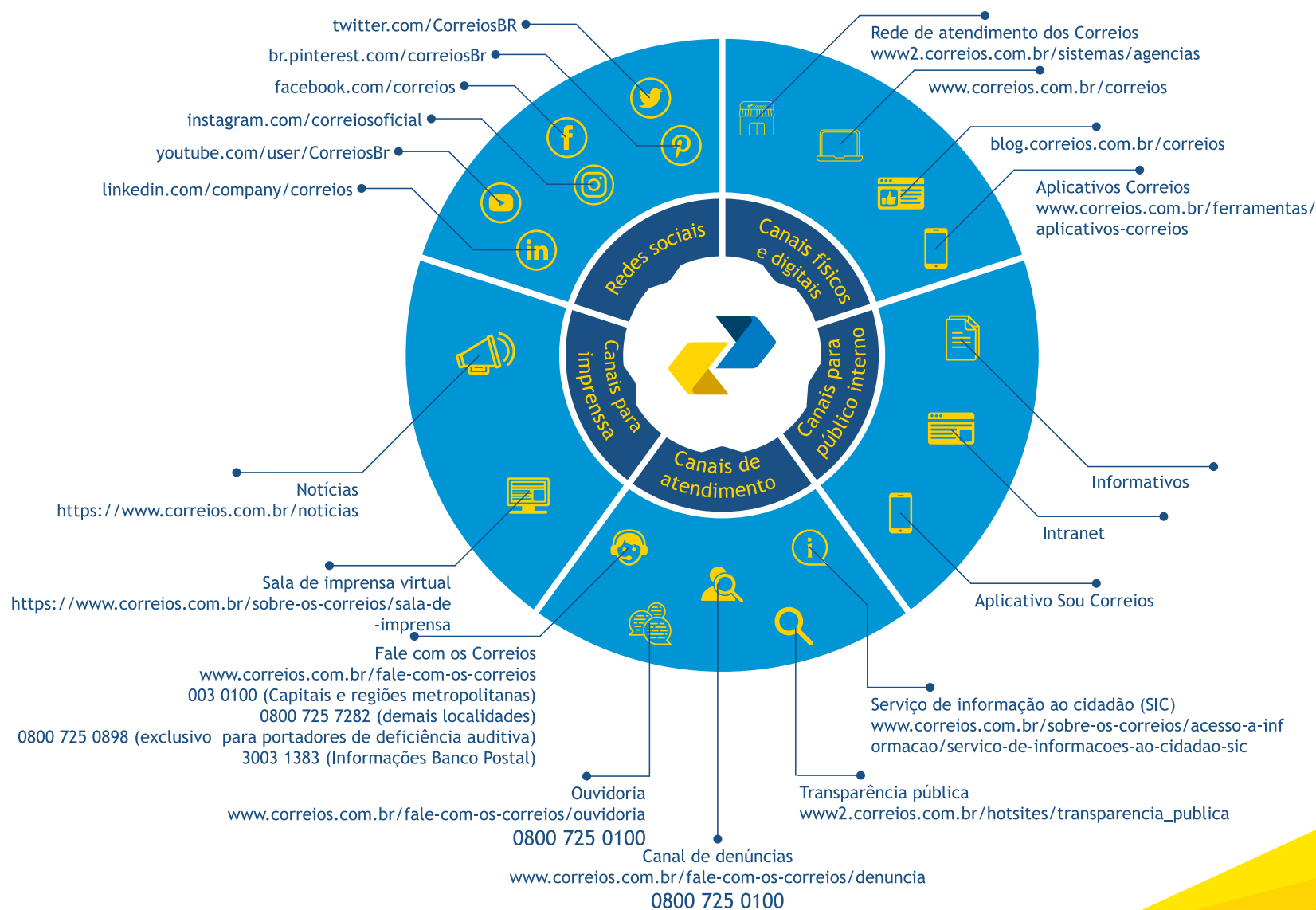
Medidas de Recuperação de Ativos



Relacionamento com a sociedade

Principais Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os Correios possuem diversos canais de comunicação, digitais e presenciais, por meio dos quais se relacionam com a sociedade e dão transparência a informações para todos os seus públicos de interesse.



Serviço de informação ao cidadão

Em 2018, houve um significativo aumento das demandas do SIC, relacionadas a informações sobre objetos postais (cerca de 4 mil).

Do total de pedidos respondidos, 18,3% geraram recursos à autoridade superior, 4,6% subiram para a 2ª instância, 2,2% para a CGU e 0,5% chegaram à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Registrou-se uma queda importante nas reclamações por omissão de resposta no prazo estipulado. Em 2018, nenhuma reclamação por omissão de resposta foi repor-

tada à autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos Correios.

Carta de serviços ao usuário

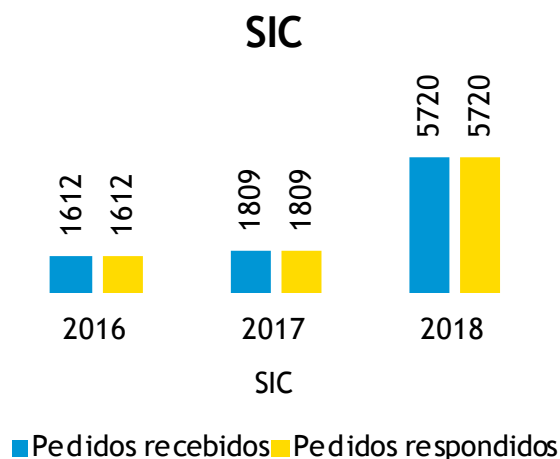
Os Correios disponibilizam a relação dos serviços oferecidos, os canais de acesso da sociedade à empresa, os endereços e horário de atendimento das agências em todo o país no hiperlink <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/carta-de-servicos-ao-usuario-1/carta-de-servicos-ao-usuario>.

Acessibilidade

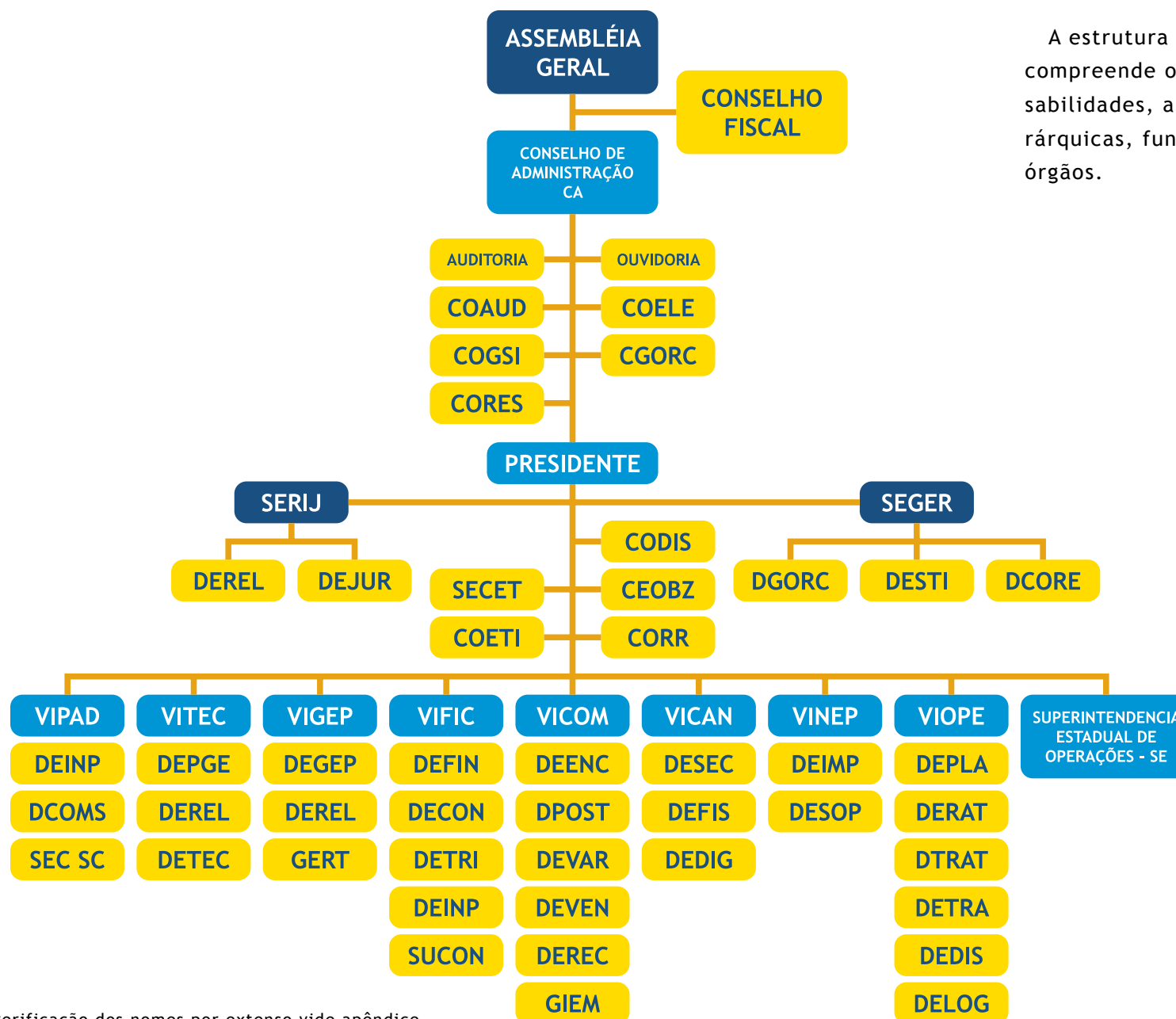
O Portal Correios na internet (www.correios.com.br) e os principais sistemas (Rastreamento, Busca Agências, Preços e Prazos) foram desenvolvidos em observância às recomendações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (eMAG), previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. No menu superior do portal é colocada à disposição a barra de acessibilidade e recurso de download das aplicações headmouse e teclado virtual. Estas aplicações são tecnologias inovadoras que permitem a

peças com deficiência física o acesso facilitado à internet e ao uso de computadores pessoais. O headmouse permite às pessoas com mobilidade reduzida controlarem o cursor do mouse pelos movimentos da cabeça. O teclado virtual capta os movimentos faciais e os replica sobre um teclado digital.

Pessoas com deficiência visual contam com o Postal Braille, um serviço adicional para carta comercial, carta não comercial e cecograma de transcrição de mensagens em escrita comum (digitada ou manuscrita) para o braille e vice-versa. O serviço adicional facilita a comunicação entre as pessoas com deficiência visual e os diversos segmentos da sociedade.



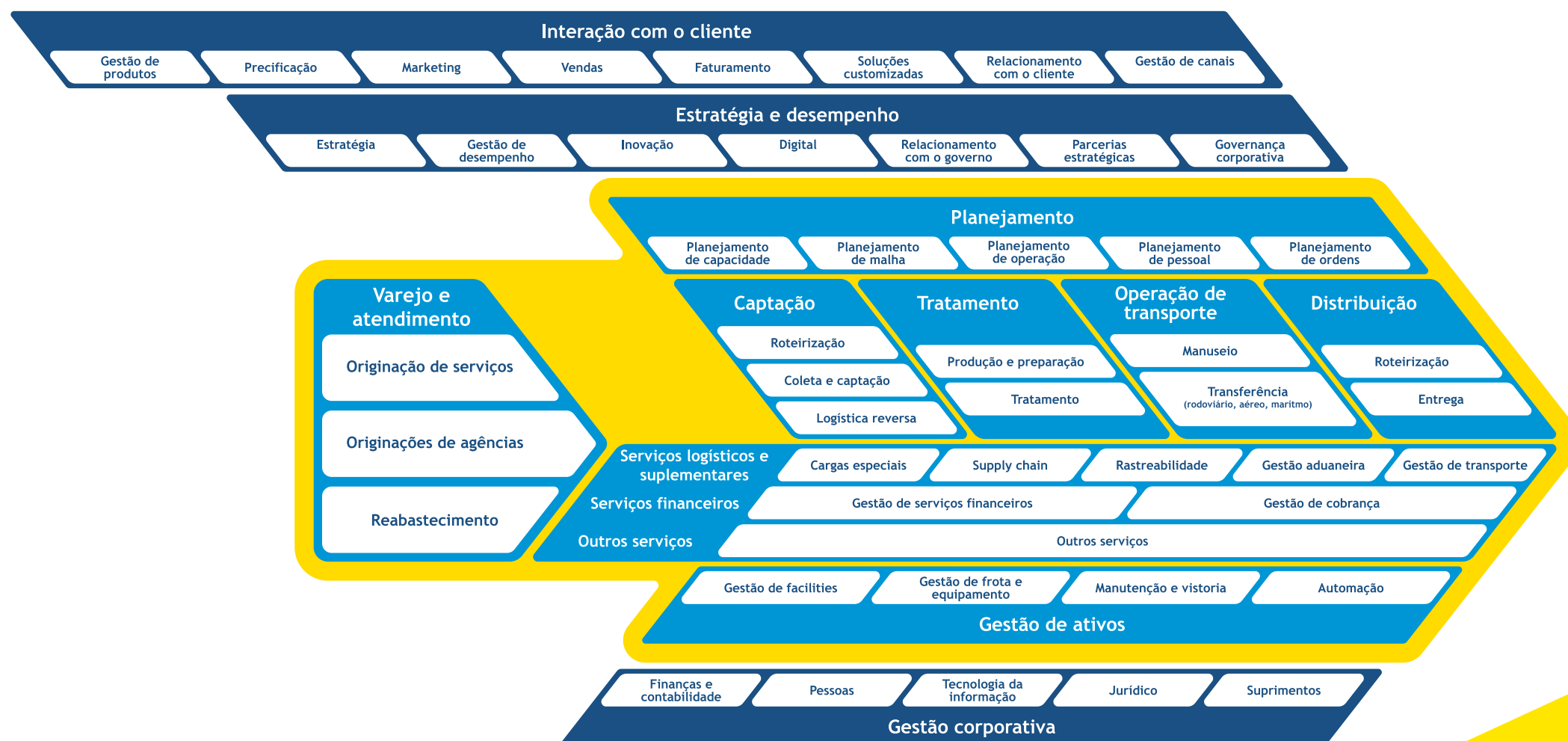
Estrutura organizacional - 2018



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor dos Correios foi elaborada com base em competências de organizações postais de alto desempenho no mundo, destacando as principais competências necessárias para a gestão da estratégia e da governança corporativa. Engloba processos claros e integrados de Interação com o cliente - foco na jornada, experiên-

cia e relacionamento. Aborda também a visão do processo de operação fim a fim (atendimento, captação, tratamento, transporte e distribuição), alinhando o planejamento operacional (tático) ao estratégico.



Cenário nacional e internacional

O mundo passa por uma revolução tecnológica que vem impactando todos os setores da economia, incluindo o postal. Há um progresso contínuo em termos de conectividade digital global e do uso de novas tecnologias de informação e comunicação, modelando novos comportamentos dos consumidores e da sociedade, os quais demandam por conveniência, qualidade e rapidez no que se refere à entrega de correspondências e encomendas/pacotes, à medida que o varejo físico cede espaço ao varejo on-line (era do comércio eletrônico global).

O crescimento da economia e do comércio internacional, a mudança demográfica e a explosão do comércio eletrônico são fatores que afetam os operadores postais. Esses fatores, combinados com o desejo dos clientes por serviços digitais personalizados, imediatos, ambientais e socialmente responsáveis, além das regulamentações governamentais para disseminação desses serviços criaram, por sua vez, desafios e oportunidades.

Um dos grandes desafios é o declínio da quantidade de correspondências em suporte de papel, que segue a tendência mundial e,

segundo pesquisadores, é irreversível, sobretudo onde o índice de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (indicador da União Internacional das Telecomunicações) é mais alto. Desde 2005, foram mais de 100 bilhões de cartas que deixaram de ser postadas no mundo. Em países desenvolvidos, a queda está em torno de 2% ao ano. No Brasil, os Correios registraram queda de aproximadamente 10% na quantidade de objetos do segmento mensagem no comparativo entre os anos de 2018 e 2017.

Nesse contexto global, a principal estratégia dos administradores postais tem sido a diversificação seletiva, com o fortalecimento dos segmentos de encomenda, logística e serviços financeiros, os quais, há décadas, já integram o portfólio de inúmeros correios no mundo e são serviços relevantes para a sociedade.

Para se manterem rentáveis, relevantes e atenderem às novas demandas dos clientes, os correios do mundo têm, também, incorporado



Cultura de resultados



Segmento postal de alta rentabilidade



Crescimento do e-commerce



Diversificação e aquisição



Geração de valor

novas tecnologias em todos os eventos da cadeia produtiva postal. Desde a coleta/recebimento dos objetos até a entrega final, têm adotado a gestão rigorosa de despesas e a otimização dos custos. Ainda, a tônica dos principais correios tem sido a racionalização das estruturas de apoio/suporte para que os empreendimentos se tornem ágeis, flexíveis e possam atender melhor às atividades-fim.

Dessa maneira, resta claro que o setor postal mundial está sendo impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pelo processo contínuo de globalização e pelas mudanças de comportamento dos consumidores (Era da Conveniência - comodidade dos clientes com o oferecimento de facilidades para a postagem e retirada de objetos).

Nesse contexto, foram identificadas as principais características de operadores postais de alto desempenho, no cenário nacional e internacional:

No cenário nacional em 2017, os principais fatores que influenciaram os Correios, direta ou indiretamente, com impactos positivos e/ou negativos no planejamento de 2018, foram:



Considerando as variáveis dos cenários nacional e internacional no ano de 2017, foi possível destacar as tendências mais impactantes para o segmento postal, que interferiram no planejamento de 2018:



Ameaças e Oportunidades

Considerados os ambientes nacional e internacional, bem como a atuação dos Correios, as principais oportunidades e ameaças identificadas no processo de elaboração da Estratégia Correios foram:

***Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

Planejamento Estratégico



A Estratégia Correios 2017-2022 foi estruturada em três horizontes de atuação baseados na maturidade dos negócios e produtos da empresa, os quais visam propiciar o progresso dos Correios em três fases de evolução com foco em rentabilidade, excelência operacional e crescimento.



Considerando os horizontes e as fases, assim como o diagnóstico empresarial realizado à época, foram definidos sete objetivos estratégicos, distribuídos em visões de negócio e de gestão:



A partir da definição dos objetivos estratégicos e da identificação dos dez desafios a serem superados pela empresa para o seu alcance, foram estabelecidos nove eixos de atuação (desdobramento), que têm por propósito o direcionamento de esforços para o alcance de resultados mais favoráveis. Os eixos de atuação, por sua vez, foram desdobrados em um rol de iniciativas estratégicas, que são um conjunto de ações a serem implementadas pela empresa para o alcance dos objetivos estratégicos e, por conseguinte, o cumprimento da sua Missão e o alcance da sua Visão.

Apresentamos a seguir os nove eixos de Atuação:

***Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

CorreiosPar – Subsidiária Integral dos Correios

Para enfrentar os desafios observados durante a estratégia, os Correios identificaram que, por meio da construção de alianças estratégicas (diferentes formas societárias/associativas), é possível alavancar com maior agilidade o atingimento dos objetivos estratégicos.

Desta forma, a empresa utiliza-se da Correios Participações S/A (CorreiosPar), que tem por objetivo a constituição de parcerias, por meio de aquisição de controles ou participações acionárias, além da gestão das relações de governança das empresas constituídas, e, assim, auxiliar na implementação da Estratégia Correios.

A escolha dos Correios está alinhada com o movimento das principais empresas postais no mundo, que têm adotado processos de fusões e aquisições como estratégia de crescimento e desenvolvimento. Correios como os da Itália, França, Canadá, Alemanha, dentre outros, se utilizam dessas soluções e têm logrado êxitos significantes.

Como forma de garantir o alinhamento

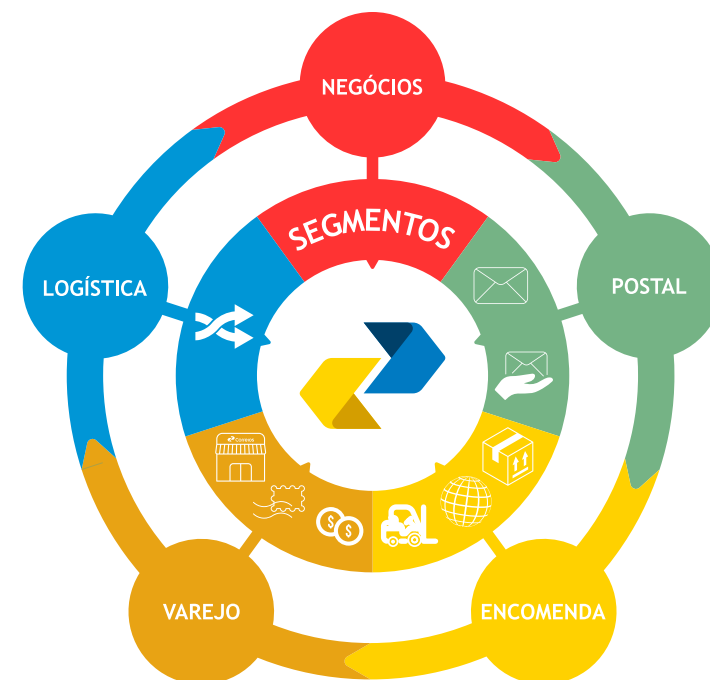
estratégico das ações desenvolvidas na Correios Participações, as oportunidades de negócios são submetidas aos Correios para avaliação da exequibilidade e definição dos critérios de seleção dos potenciais parceiros. A cada trimestre a CorreiosPar faz um reporte junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração dos Correios sobre os projetos que se encontram em andamento.

Portfólio dos Correios

Os Correios proporcionam à população brasileira, distribuída nos 5.561 municípios do país, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo o encaminhamento e o recebimento de objetivos postais (cartas, telegramas e encomendas) e viabilizam, ainda, a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos), por intermédio do Banco Postal.

Com abrangência em todo o território nacional, os Correios oferecem um extenso portfólio de produtos e serviços, com soluções para atender às empresas privadas e à sociedade, que estão suportadas por oito segmentos de negócios: Mensagem e Marketing Direto

(Negócio Postal), Encomenda, Malote, Internacional e Logística (Negócio Encomenda) e Conveniência e Financeiro (Negócio Varejo).



Mensagem

É um segmento regulado pelo Estado e tem como obrigação constitucional garantir o sigilo da correspondência entre cidadãos, empresas, governo e demais atores da sociedade. Os principais produtos desse segmento são: carta e Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC).



Marketing Direto

Entende-se por Marketing Direto toda comunicação de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, dirigida na forma física, incluindo amostras e brindes, forma híbrida, eletrônica ou digital, por meio da qual os clientes podem promover seus produtos, serviços ou negócios. Por ser concorrencial, demanda dos Correios alta capacidade de adaptação, qualidade operacional, flexibilidade e preços competitivos.



Encomenda

A atratividade do mercado de encomendas no Brasil é diretamente proporcional à relevância econômica do país, sua massa populacional, seu grande território e as várias oportunidades de negócio decorrentes da dinâmica econômica dos últimos anos, em que pese a recente perda de condição econômica favorável. A posição competitiva dos Correios é de líder absoluto no segmento de encomendas expressas e econômicas nacionais e internacionais fracionadas de até 30 Kg. Para mantê-la, a empresa deve atuar no desenvolvimento de mercados, principalmente ampliando a competitividade dos serviços de encomendas dos Correios nas principais praças, de forma a expandir sua participação.



Malote

Corresponde ao serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos de qualquer natureza.



Internacional

O segmento Internacional apresenta grande potencial de mercado, com dinâmicas diferentes para a vertente de exportação (outbound) e para a de importação (inbound), ainda que, numa visão de comércio, uma vertente acabe por ser indutora da outra (“importar para exportar”, segundo o lema comum nos anos 1990). Em relação à exportação, os Correios, atualmente, têm direcionado sua atuação para o apoio às políticas governamentais de suporte às micros e pequenas empresas (MPEs).



Logística

O segmento Logística Integrada nos Correios engloba desde a recepção e coleta de bens até sua entrega ao cliente final. A Logística Integrada foi desenvolvida para que os gestores possam gerenciar de forma mais estratégica as atividades de compras,

armazenagem, do processo produtivo e transporte, além de permitir o acompanhamento das atividades dos fornecedores e parceiros, integrando processos. Em se tratando de logística para o governo, a atuação está alinhada à estratégia em relação aos serviços a serem priorizados pela empresa nos próximos anos, tais como saúde, educação, defesa e segurança, dentre outros segmentos de oportunidade. A empresa formou o Balcão de Atendimento dos Correios, prevendo ser o elo entre o Estado e o cidadão.



Conveniência

O mercado de varejo atual passa por mudanças extremas em função da intensa evolução tecnológica, da inovação em produtos e da alteração nos relacionamentos entre compradores e vendedores. O cotidiano do varejista mudou bastante em função do novo comportamento do consumidor, influenciando diretamente os ciclos de vida dos produtos. O grupo Filatelia, que integra o segmento Conveniência, conta com o conjunto de atividades de cunho mercadológico e institucional, relacionadas ao estudo dos selos postais e objetos que com eles

se relacionam (como envelopes e carimbos) e à prática de colecioná-los. Os produtos filatéticos comercializados são: selos postais, carimbos, carimbos comemorativos e de 1º dia de circulação, envelopes de 1º dia de circulação, cartões postais, aerogramas, mala filatélica e linhas personalizadas.

Financeiro

Os serviços do segmento Financeiro envolvem o atendimento por meio do Banco Postal para saques, depósitos, recebimento de contas, venda e resgate de títulos de capitalização, transferência de valores e comercialização de consórcios.

A empresa é o único operador financeiro com capilaridade para atendimento em 100% dos municípios brasileiros e que atende, com o Banco Postal, 41% deles.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A gestão corporativa de riscos e controles internos dos Correios possui, entre suas atribuições, a coordenação das políticas e métodos de gerenciamento de riscos, sendo

exercida em três linhas de defesa. Todas as 3 linhas compartilham do mesmo objetivo final, ou seja, contribuir para que a empresa alcance seus objetivos com gerenciamento efetivo de riscos e fortalecimento de controles. Cada linha tem seus papéis e responsabilidades únicas, mas elas compartilham informações e coordenam os esforços para alcançar a efetividade da gestão de riscos e controles.



O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno

Estratégico



Risco estritamente relacionado aos objetivos estratégicos da empresa.

Reputacional



Possibilidade de perdas, financeiras ou não, decorrentes da empresa ter seu nome desgastado junto ao mercado, sociedade, clientes, órgãos de controle e fiscalização e demais partes interessadas (stakeholders), em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Legal



Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento das leis e regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.

Operacional



Possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, de processos e sistemas ou oriundas de eventos externos.

estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude. O conselho é continua-

mente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de reportes periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA em 2017, estabelece prin-

cípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

Financeiro



Possibilidade de a empresa não atingir os resultados esperados. Refere-se ao endividamento da empresa, ou seja, à sua capacidade de honrar compromissos financeiros.
Possibilidade de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerados por descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de liquidação dos direitos e obrigações.

Socioambiental



Avaliação e mensuração de possíveis danos que as decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos podem causar ao meio ambiente ou a sustentabilidade social.

Mercado



Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do país ou no exterior.

Integridade



São riscos relacionados à vulnerabilidade institucional que abrange a conduta impropria do agente público, terceiros e demais stakeholders decorrente de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta e de ética e regulamentos internos que possam acarretar corrupção, fraude, conflito de interesses e nepotismo, dentre outros inerentes à essa conduta.

No que tange à avaliação de riscos de processos, a partir dos critérios de priorização, os eventos de riscos classificados como de alta ou média probabilidade e/ou alto impacto exigem acompanhamento e adoção de medidas para redução dos seus níveis, sendo monitorados pelos gestores, e implementadas ações para fortalecer os controles e reduzir os níveis de risco.

Os Correios identificaram os Riscos Estratégicos, que são eventos que podem impactar a consecução da Estratégia e que estão, intrinsecamente, associados ao alcance dos Objetivos Estratégicos. São eles:

Tabela de Riscos Estratégicos

***Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

Tendo em vista a evolução do tema nos Correios, a área corporativa de riscos, como órgão de segunda linha, iniciará, em 2019, o monitoramento global dos riscos para reportes à alta administração.



Capítulo 3 – Resultados da Gestão

Indicadores e resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Para acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, é adotada uma cesta de Indicadores Estratégicos que auxiliam no acompanhamento e mensuração do grau de atingimento dos Objetivos Estratégicos. De acordo com o Modelo de Gestão Estratégica, que contempla a Governança da Gestão Estratégica, o reporte dos resultados é realizado mensalmente à Diretoria Executiva e trimestralmente ao Conselho de Administração.

Apresenta-se a seguir a relação dos Objetivos Estratégicos, com os respectivos Indicadores Estratégicos, assim como os resultados alcançados e as justificativas.

1		Objetivo estratégico	Indicador estratégico	Resultado 2017 (c)	Meta 2018 (a)	Resultado 2018 (b)	% de realização da meta (b/a)
		Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1)	1,83%	6,44%	-2,78%	0,00%

O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios principais e contempla os seguintes grupos de serviços: Mensagem, Distribuição de Contas e Leitura, Impressão e Entrega Simultânea (LIES), Correio Híbrido Telemático, Correio Híbrido Reverso, Marketing Direto, PAC, Malote, Conveniência, Filatelia, Logística Integrada e Cota Mínima Contratual.

Registra-se a redução do segmento Mensagem de 9,5% (- R\$ 813,2 milhões), em decorrência da redução de 14,1% da receita do Franqueamento Autorizado de Cartas(- R\$ 738,4 milhões), serviço composto principalmente por faturas e boletos bancários de empresas de telefonia.

Ressalta-se que o grupo correspondências, composto pelos serviços Mensagem e Marketing Direto, no ano de 2018 foi responsável por 42,2% das receitas reduzindo sua participação em rela-

ção a 2017, quando representava 49,3%, pois apresentou redução de R\$ 831,8 milhões no período analisado.

Apesar das ações de reajustes e recomposições tarifárias, o desempenho obtido nesse indicador é reflexo da tendência de queda do tráfego postal, sobretudo oriunda da substituição das correspondências em meio físico por mídias eletrônicas. A liberalização de mercados, as ações da concorrência, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, volume e pesos dos objetos postais são alguns dos elementos que podem provocar a queda do tráfego postal e a consequente queda de receitas. No segmento Marketing Direto, os principais concorrentes são as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

O tráfego postal acumulado em 2018 atingiu 5,759 bilhões de objetos distribuídos, enquanto em 2017 foram 6,297 bilhões de objetos, uma redução de 8,5%. Para este resultado, destaca-se a queda de 10,0% (533,1 milhões de objetos) registrada no segmento Mensagem; sendo o serviço FAC responsável pela redução de 548,2 milhões de objetos desse total.

Diante do declínio das correspondências em meio físico, em todo o mundo, a empresa adotou ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, ao aumento de participação do segmento de encomendas e à revisão do modelo de precificação dos produtos monopolísticos e dos reajustes tarifários. Nessa linha, o reajuste tarifário contribuiu para a fixação de uma data base para realização dos reajustes.

Uma outra importante ação versou sobre a revisão do nível de serviços para produtos postais e a flexibilização dos níveis de serviços impostos pela universalização. Com a publicação da Portaria Interministerial nº 4.474/2018, que estabeleceu diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, a Distribuição Domiciliária Alternada (DDA) foi implantada em 519 unidades. Importantes ganhos do DDA foram: impacto positivo na qualidade da carga simples; aumento de 63% da densidade média de entrega de objetos por distrito; diminuição em 32% da percorrida média do distrito (percurso que faz o carteiro para entregar os objetos de seu distrito) e redução de 25% na quantidade de distritos postais, propiciando ganhos de produtividade e eficiência.

Na linha de novos serviços, afeto à gestão de endereços, em 2018 os Correios promoveram a ampliação da base de endereços das principais capitais com mais de 1 milhão de habitantes e a atualização de 17 milhões de endereços, contribuindo para o reordenamento urbanístico, organização das cidades e melhorias no processo de localização dos cidadãos, estando previsto para 2019 o desenvolvimento e implementação de produtos comerciais, a exemplo de nova modalidade de Mala Direta Perfil e GeoMarketing.

O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios emergentes, sendo formado pelos seguintes serviços: Expresso, Sedex Premium, Serviço de Protocolo Postal, Logística Reversa, Financeiro, Correio Híbrido Postal, Correio Eletrônico e Receitas Internacionais.

O indicador Market Share visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado de Encomendas.

Os resultados de ambos indicadores refletem o desempenho do segmento Encomenda, com crescimento de 20,4% (+ R\$ 1,431 bilhão), com destaque para o incremento de R\$ 786,9 milhões na receita do serviço PAC e de R\$ 866,2 milhões do Sedex.

Destaca-se a importância de os segmentos Encomenda e Logística ultrapassarem os segmentos do negócio postal em participação nas receitas, o que reduz a vulnerabilidade decorrente de a empresa ter receitas oriundas de serviços substituíveis pela utilização crescente de mídias eletrônicas para comunicação. Em 2018, a empresa vivenciou o marco histórico de ter maior participação de encomendas do que de mensagem

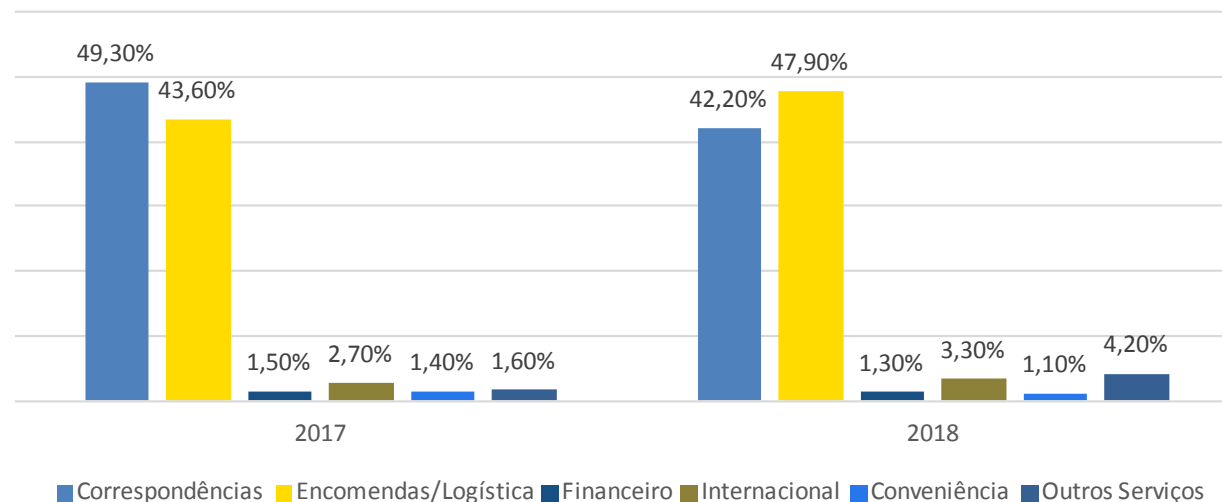
2

Objetivo estratégico	Indicador estratégico	Resultado 2017 (c)	Meta 2018 (a)	Resultado 2018 (b)	% de realização da meta (b/a)
 Crescer receitas em Encomendas, Logística e Serviços Financeiros	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2)	1,29%	20,17%	15,57 %	77,19%
	Market share encomendas	*	41,0%	45,2%	110,24%

(*) Indicador vigente a partir de 2018

em seu faturamento, o que demonstra alinhamento a este objetivo estratégico.

Composição da Receita - Acumulada até Dezembro



O grupo Encomendas/Logística atingiu 47,9%, elevando as receitas em R\$ 1,344 bilhão, impulsionado pelo crescimento do segmento Encomenda. Registra-se, contudo, que o desempenho obtido neste indicador foi fortemente afetado pela greve dos caminhoneiros e o acirramento da concorrência. A configuração do mercado atual tem atraído diversos concorrentes, tanto nacionais quanto internacionais. Enquanto alguns têm atuação generalista, outros são especializados em nichos promissores, como o de e-commerce. Os concorrentes destacam-se pela flexibilidade comercial, operacional e pela agilidade na oferta de soluções de encomendas com customização para segmentos de clientes.

Para posicionamento dos Correios como player diferenciado no mercado de encomendas, em 2018, foram implementados serviços digitais, a exemplo do rastreamento de objetos por CPF/CNPJ e da automatização do processo de suspensão de entrega pelo remetente para cliente via webservice. Uma importante solução digital para os consumidores consiste no pré-atendimento via aplicativo para celular.



3

Objetivo
estratégico

Alavancar inovações e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades

Indicador
estratégico

Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) - R\$ Milhões

Índice digital - ID

Resultado
2017 (c)

48,36

1,67

Meta
2018 (a)

267

2,0

Resultado
2018 (b)

200

2,15

% de realização da
meta (b/a)

74,91%

107,50%

O indicador Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) é calculado pela soma das receitas de novos negócios com potencial para gerar receita.

O R(H3) atingiu 74,91% da meta estabelecida de receita para os negócios classificados no Horizonte 3, que se referem aos serviços com foco em manter a sustentabilidade de longo prazo, e que devem ser melhor explorados para geração de receita e caixa nos próximos 5 a 10 anos.

O indicador Índice Digital (ID) tem por objetivo identificar o nível de digitalização de canais, processos e serviços da empresa. Alcançou resultado de 2,15 pontos (em uma escala que varia de 0 a 4), superando a meta estipulada para 2018. Esse resultado representou um crescimento de 28,74% em relação ao obtido em 2017, ao mesmo tempo em que demonstra evolução no nível de

digitalização dos Correios.

O setor postal vem passando por transformações em decorrência do aumento da concorrência entre os operadores públicos e privados, do avanço da comunicação digital, da evolução das estratégias de marketing das empresas e do crescimento do comércio eletrônico. Em resposta a essas ameaças e oportunidades, os Correios, em 2018, buscaram a diversificação de suas linhas de negócios, com destaque, para soluções digitais, dentre as quais:

- Lançamento do aplicativo Correios Celular, que permite ao cliente realizar recarga, portabilidade da linha, consultar saldo, além de obter histórico de recarga, de consumo de dados, de voz e de SMS.

- Modelagem dos novos canais digitais Portal web e Mobile, com o objetivo de

promover a integração entre os canais físicos e digitais, permitindo ao cliente solucionar grande parte de suas demandas por meio da web e do mobile.

- Lançamento do aplicativo Pré-Atendimento, app gratuito para agilizar a postagem de encomendas nacionais, em plataforma mobile, reduzindo o tempo de atendimento presencial.

- Lançamento de site temático Correios GOV (www.correios.com.br/governo), visando a comunicação direta com os órgãos da Administração Pública e apresentando as soluções de logística de suprimentos, gestão documental e farmacêutica para a AP.

Com essa perspectiva, acrescenta-se a prestação de novos serviços ligados à rede de atendimento, especialmente os relacionados ao governo, os quais possuem grande potencial de crescimento e, ainda, as parcerias com as entidades governamentais.

4

Objetivo
estratégicoGerar rentabilidade
positiva e
sustentávelIndicador
estratégicoMargem EBITDA
sem Pós-EmpregoResultado
2017 (c)

9,77%

Meta
2018 (a)

12,4%

Resultado
2018 (b)

2,64%

% de realização da
meta (b/a)

21,29%

Margem EBITDA
com Pós-Emprego

6,20%

10,60%

1,85%

17,45%

Spread Econômico

*

3,27%

-8,98%

0,00%

Indicador de
Execução
Orçamentária de
Custos e Despesas
Planejadas - IOBZ

*

100,00%

101,80%

98,20%

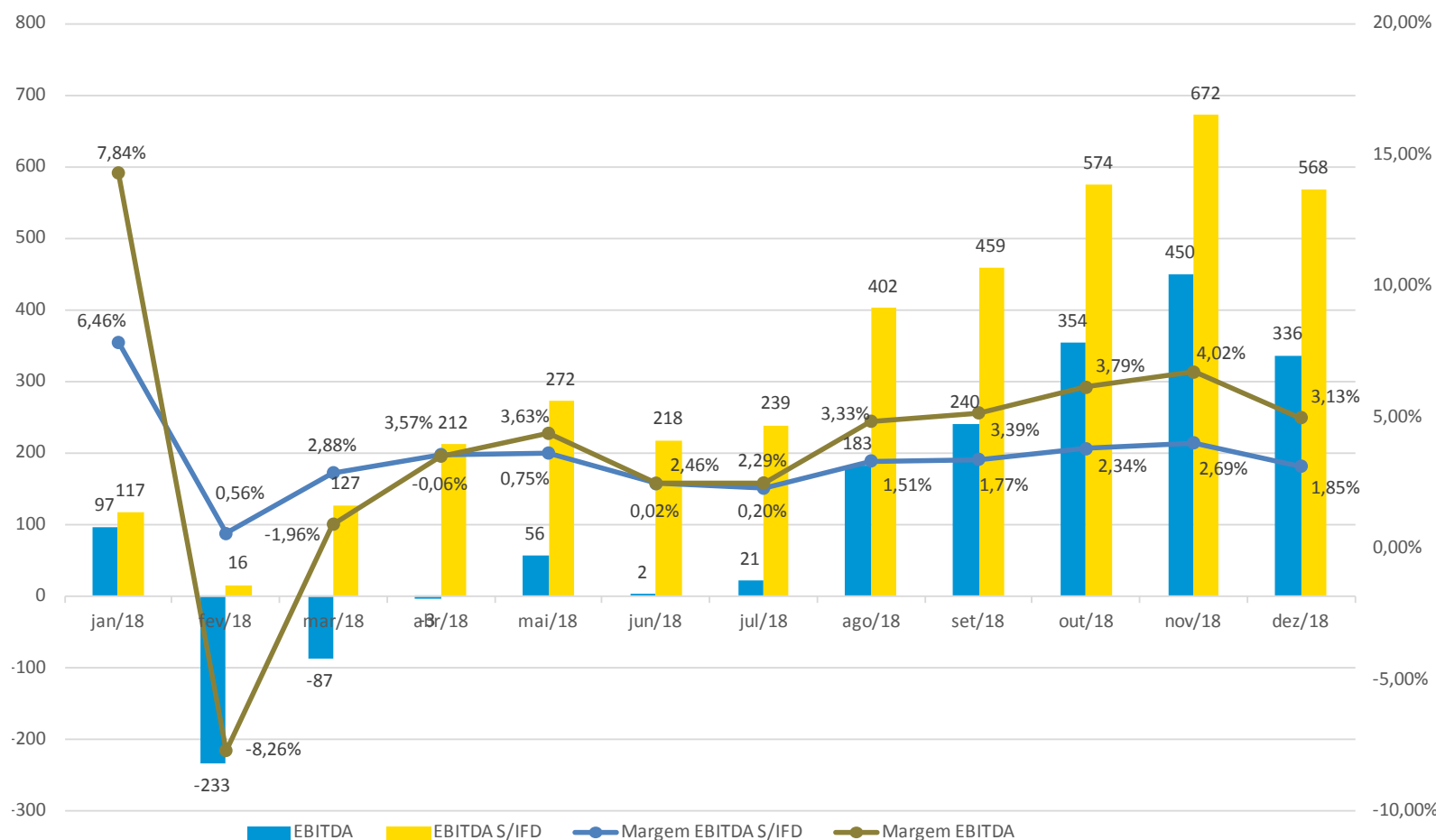
(*) Indicador vigente a partir de 2018

A Margem Ebitda busca avaliar fatores relacionados à performance e à eficiência que demonstrem quanto o lucro operacional representa sobre o total da receita. Dessa forma, quanto maior seu resultado, menos representativos serão os custos e as despesas operacionais, portanto, melhor será a eficiência na geração de caixa e do lucro.

Os resultados, em 2018, dos indicadores margem Ebitda, em relação às respectivas metas, refletem a superestimação da receita (menor em R\$ 1,124 milhão que a esperada) e subestimação da despesa (maior em R\$ 350,3 milhões que a prevista).

A variação ocorrida na margem Ebitda em 2018 sobre o ano de 2017, reflete, especialmente, a reavaliação contábil das despesas de 2017, resultante da reversão da provisão de despesas com o plano de saúde dos empregados e que propiciou uma redução de R\$ 2,4 bilhões. Assim, mesmo tendo havido decréscimo de 13,5% (964,2 milhões) na rubrica de dispêndio de pessoal, principalmente, em função da redução de R\$ 760,1 milhões em indenizações trabalhistas decorrentes do desligamento incentivado dos empregados ocorrido em 2017, os indicadores apresentaram variação negativa.





Adicionalmente, em alinhamento ao objetivo estratégico de gerar rentabilidade positiva e sustentável, destaca-se a execução do processo orçamentário de 2018 a 2022 com utilização da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), que foi um dos principais influenciadores na redução das despesas. As iniciativas OBZ proporcionaram R\$ 770

milhões em reduções de despesas até dezembro de 2018 e, para o Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planeçadas (IOBZ), que mede o desempenho dos Correios em realizar as despesas no nível estipulado, a empresa alcançou 98,20% da meta para 2018.

Uma outra ação executada para identificação de oportunidades para ganhos rápidos foi a implantação do Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária para propiciar melhor otimização de ativos imóveis. O inventário realizado em 28 Superintendências Estaduais demonstrou a perspectiva de ganhos para os próximos anos.

5

Objetivo
estratégicoAumentar a
produtividade com
excelência
operacionalIndicador
estratégicoMarket Share -
EncomendaResultado
2017 (c)

*

Meta
2018 (a)

41,0%

Resultado
2018 (b)

45,2%

% de realização da
meta (b/a)

110,24%

Indicador de
Entrega no Prazo -
IEP

88,53%

95,87%

90,74%

94,65%

Índice de
Produtividade - IP
- em R\$

18170

22638

4547

20,09%

Indicador de
Satisfação do
Cliente - ISC

*

79,4%

78,8%

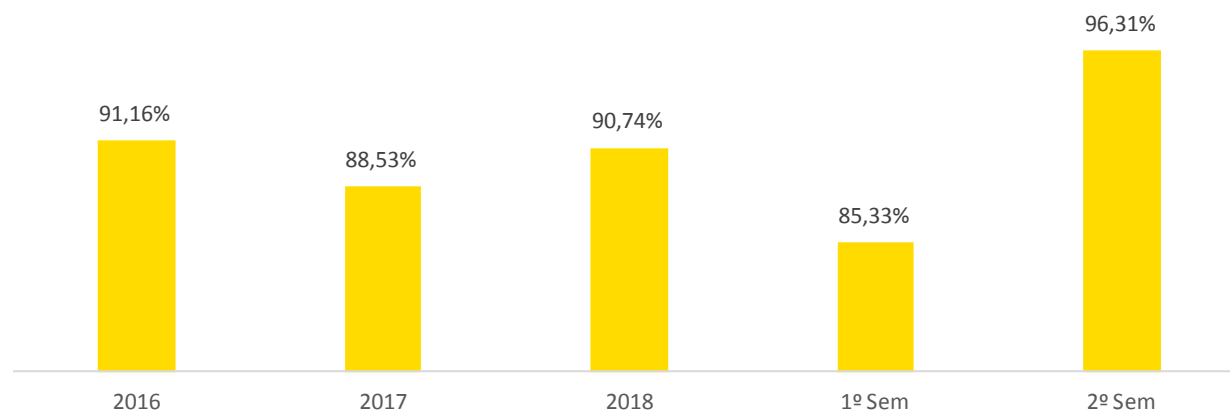
99,24%

(*) Indicador vigente a partir de 2018

O Indicador de Entrega no Prazo (IEP) avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos com os clientes finais dos principais serviços postais. É formado pelos Indicadores setoriais de Entrega no Prazo de Encomenda, Internacional, de Logística e Mensagens.

No tocante à qualidade operacional, o resultado alcançado para o IEP foi de 90,74%, resultado superior ao índice de 88,53% obtido em 2017.

IEP

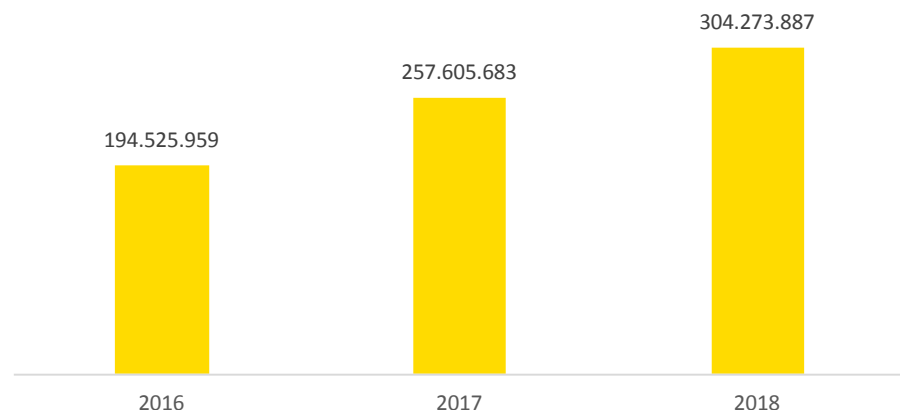


Destaca-se que o IEP apresentou significativa melhora no segundo semestre, principalmente, em função do IEP Encomendas, que compõe mais de 50% do IEP Correios (indicador estratégico). No período observou-se que a entrega no prazo para Mensagem apresentou um resultado acumulado de 83,33%, já a entrega no prazo de Encomenda teve o resultado de 91,36% para a entrega no prazo internacional o resultado foi de 90,02%. A entrega no prazo para Logística apresentou o resultado acumulado de 98,12%.

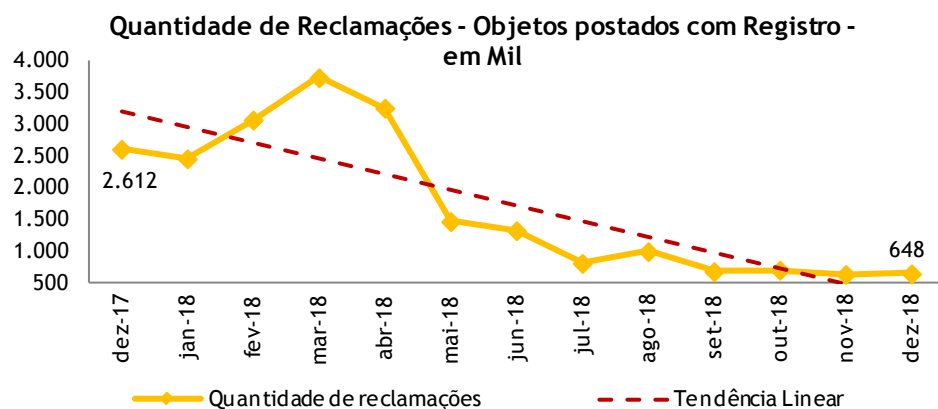
O desempenho do IEP reflete o aprimoramento da qualidade operacional obtida com a atualização, renovação e implantação de sistemas de triagem automatizada, que contribuíram para um crescimento de 40% na capacidade de tratamento ou, aproximadamente, 1,3 milhão de objetos tratados/dia, totalizando 304 milhões de objetos tratados em 2018.

Até dezembro de 2018, os investimentos com máquinas de triagem de encomendas nos últimos três anos totalizaram mais de 320 milhões de reais. Para os contratos que já estão assinados, a previsão de gastos com tais máquinas em 2019 é de R\$ 98 milhões e, para 2020, de R\$ 49 milhões de reais.

Encomendas processadas pelas máquinas de triagem:



O resultado da qualidade operacional, apesar de abaixo da meta, refletiu na redução de 14,03% da quantidade de manifestações registradas no sistema Fale Conosco para o ano de 2018 em relação à quantidade registrada em 2017 (redução de aproximadamente 3,349 milhões de ocorrências). Ressalta-se que 90,68% das manifestações referem-se a reclamações de objetos nacionais postados com registro (reclamação nacional).



Outro aspecto que se revelou essencial para a retomada da qualidade operacional foi a adequação da capacidade da malha de transporte à carga total, que proporcionou a eficiência necessária para assegurar o encaminhamento nacional dentro de prazos e níveis de qualidades pactuados com os clientes, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.



Em complemento, foram realizadas ações de otimização da malha e da infraestrutura atual dos Correios. Com o reprocessamento do sistema de distritamento e a implantação da Distribuição Domiciliária Alternada (DDA), em 2018 houve redução de 1832 distritos e de 130 funções de supervisores operacionais, contemplados no processo de remodelagem dos canais de atendimento dos Correios. Esses números equivalem à redução da necessidade de aproximadamente duas mil posições de trabalho (carteiros). O piloto realizado em Maceió demonstrou redução de percurso improdutivo/dia, o que equivale à economia de custos com hora/carteiro, manutenção do veículo e combustível, bem como aumento da capacidade em 12%, gerando melhoria da qualidade operacional.

Em busca da melhoria contínua no desempenho operacional e da racionalização/otimização de custos, foi implantado um Pro

grama de Excelência Operacional alinhado à Estratégia Correios, denominado Primeira Escolha. Em 2018, houve aplicação de melhorias em 100 processos, sendo 80 operacionais e 20 administrativos.

Sobre a força de trabalho, foi iniciada pela empresa a adequação do efetivo ao modelo operacional vigente, que resultou em 1.751 empregados movimentados.

O Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) aproximou-se da meta estabelecida, com 99,24%.

Os Correios alcançaram 78,8% de aprovação em pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional realizada em 2018. Nela foram avaliados aspectos referentes à satisfação da população brasileira em relação aos serviços de atendimento e distribuição prestados pelos Correios, bem como a imagem institucional percebida pela população.

Os principais resultados foram: Nível de Eficiência (nota média 7,59); Confiança (87,1% dos entrevistados confiam

nos Correios), Imagem Institucional (78,1%), Satisfação Geral (nota média 8,32).

O Índice de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2018, o quadro de empregados teve uma redução de 2,28% em relação a 2017. Entretanto, o IP ficou aquém do esperado devido ao Ebitda sem Pós - Emprego ter ficado abaixo do planejado.

Correlacionado ainda à força de trabalho, a empresa realizou a avaliação das possibilidades da nova legislação trabalhista capazes de contribuir para o aumento de sua competitividade. Sobre esse aspecto, foram implantados o teletrabalho e a jornada reduzida de trabalho, assim como estabelecida a extinção do contrato de trabalho por acordo.

Em relação a processos transacionais, foi implantado o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), visando à racionalização e à centralização de processos transacionais de tecnologia, gestão

de pessoas, financeiro e administrativo. Como resultado, foram economizados R\$ 292 mil mensais com a extinção de órgãos.

Em 2018, foram iniciadas tratativas para constituição de parceria do tipo joint venture entre Correios, Correios-Par e companhia aérea com o objetivo de aprimorar a operação de transporte e logística.

Em relação ao modelo de atendimento adotado pela empresa, destaca-se a ação de revisão dos canais de atendimento atuais e implantação de novos modelos. Em 2018, foi realizada a etapa de planejamento da implantação dos novos canais e obtida a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) relativa à implantação de canais modulares.

6

Objetivo
estratégicoCrescer negócios de
forma aceleradaIndicador
estratégicoPercentual de
Variação de
Receitas Horizonte
2 - R(H2)Resultado
2017 (c)

1,29%

Meta
2018 (a)

20,17%

Resultado
2018 (b)

15,57%

% de realização da
meta (b/a)

77,19%

Valor de Receitas
Horizonte 3 -
R(H3) - R\$ Milhões

48,36

267

200

74,91%

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o desenvolvimento de soluções logísticas internacionais para a importação e exportação. Um dos serviços desenvolvidos foi o “Compra Fora”, com lançamento oficial definido para 2019.

7

Objetivo
estratégicoDiversificar
seletivamenteIndicador
estratégicoValor de Receitas
Horizonte 3 -
R(H3) - R\$ MilhõesResultado
2017 (c)

48,36

Meta
2018 (a)

267

Resultado
2018 (b)

200

% de realização da
meta (b/a)

74,91%

Alinhados à perspectiva de diversificação, os Correios deram início ao desenvolvimento do processo de inovação e estabelecimento de parcerias com startups e outras instituições privadas. Em 2018, foi efetivada parceria com as instituições de ensino superior Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e Universidade de Brasília (UnB) para desenvolvimento de protótipos de produtos e serviços; criado o Laboratório de Inovação e as Células em Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) - gerando os seguintes projetos: caixas de coleta inteligente; utilização da capacidade dos veículos na última milha; associação de tecnologia/solução para gestão de imóveis; modelo de negócios para embalagens frágeis e modelagem de curso de inovação.

Os Correios criaram uma estrutura dedicada ao desenvolvimento de soluções customizadas para a Administração Pública. As principais iniciativas foram:

Estruturação de curso básico para os clientes públicos, inclusive voltado à divulgação dos Correios como empresa especializada em prover soluções customizadas de Logística Inte-

grada, Soluções Digitais e de Balcão de Atendimento;

Participação no Projeto HubGov, voltado ao desenvolvimento de soluções de negócios inovadores para o setor público ou para a melhoria de processos internos;

Publicação do site temático (landing page) do Governo, que reúne todas as informações relevantes para apresentação dos Correios como parceiro da Administração Pública;

Divulgação da CartaGov, listando, detalhadamente, 39 serviços.

Abrangendo todos os sete Objetivos Estratégicos definidos para a Estratégia Correios, há o Indicador Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos, que visa medir o nível de implantação dos projetos relativos às Iniciativas Estratégicas.

O resultado de 90% alcançado em 2018 evidencia a realização pelos Correios de quase a totalidade do que foi planejado para os projetos estratégicos.



Indicadores Estratégicos	Resultado 2017 (c)	Meta 2018 (a)	Resultado 2018 (b)	% de realização da meta (b/a)
Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos(*)	-	100 %	90%	90%

(*) Indicador vigente a partir de 2018

Por fim, há os Indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios pela Portaria Interministerial nº 4.474/2018 e que estão diretamente relacionados ao Desafio Estratégico - Obrigatoriedade de Universalização.

Obrigatoriedade de Universalização	Indicadores Estratégicos	Resultado 2017 (c)	Meta 2018 (a)	Resultado 2018 (b)	% de realização da meta (b/a)
	Universalização do Atendimento - DAPB	89,91%	100 %	88,83%	88,83%
	Universalização Distribuição - PDPE	89,58%	92,94%	91,33%	98,27%

O indicador Universalização Atendimento (DAPB) mensura o percentual de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação de serviços de atendimento postal (Portaria 6.206/2015).

No decorrer de 2018, ocorreu mudança nas diretrizes estabelecidas para universalização do atendimento, mediante a Portaria 4.474/2018, não sendo mais exigida a meta de atendimento por distritos. O DAPB não foi alterado em 2018 para nova forma de medição.

A partir de 2019 o indicador Universalização Atendimento passa considerar a quantidade adequada de pontos de atendimento, conforme a demanda Padrão de Atendimento Postal (PAP) $PAP = \frac{\text{Demanda diária}}{432 \text{ minutos}}$, seguindo as metas determinada pela Portaria 4.474/2018.

dos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes. Em dezembro de 2018, o resultado do PDPE foi de 91,33%, representando 8.972 distritos e alcançando 98,27% do esperado para o período.

Evidencia-se, portanto, sob a ótica dos Indicadores Estratégicos, que a empresa obteve expressivo percentual de melhoria na maioria dos Objetivos Estratégicos em relação ao período de 2017. Em relação ao Objetivo 1 (Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas), merece destaque o fato do resultado estar sendo fortemente impactado, ao longo dos anos, principalmente pelo declínio do tráfego postal, dentre outros.

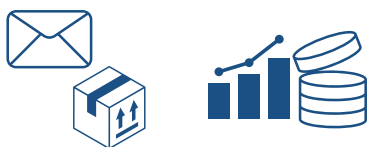
O indicador Universalização Distribuição (PDPE) mensura o percentual de distritos atendi-

Iniciativas estratégicas

As Iniciativas Estratégicas são um conjunto de ações implementadas pela empresa para alcance de seus Objetivos Estratégicos, das quais oito foram priorizadas. O processo de priorização considerou as avaliações econômico-financeiras, a identificação de riscos e as simulações de cenários potenciais, que alinhadas à cesta de Indicadores Estratégicos e respectivas metas possibilitam o acompanhamento e a mensuração da execução da Estratégia Correios.

*Valores Aplicados, Resultados e Justificativas para cada iniciativa estratégica, podem ser verificadas no anexo Informações Suplementares, por questões sigilosas.

Objetivo estratégico



Iniciativa estratégica

Revisar portfólio de serviços por prazo, preço e região.

Revisão tarifária postal

Adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional.

Centro de Serviços Compartilhados - CSC

Revisão do modelo de canais de atendimento

Otimização da malha operacional dos Correios

Gestão de desempenho organizacional

Implementar a nova arquitetura tecnológica

Escopo e impactos

Revisão dos produtos e serviços de encomendas oferecidos à luz da oferta concorrencial e melhoria do desempenho dos produtos atuais.

Revisão do modelo de precificação dos produtos monopolísticos para adequação ao mercado.

Avaliar o potencial de redução de pessoal e alocação da força de trabalho necessária na nova estrutura, reduzindo custos e aumentando produtividade.

Implantação do CSC com a centralização dos processos transacionais de TI, gestão de pessoas, financeiro e administrativos e as atividades transacionais de facilities, engenharia e modelos alternativos, promovendo a redução de custos e otimização de processos.

Revisar e implantar os canais considerando as regras de universalização, custos e produtividade e canais de pré-atendimento, visando redução de custos e adequação à demanda de mercado.

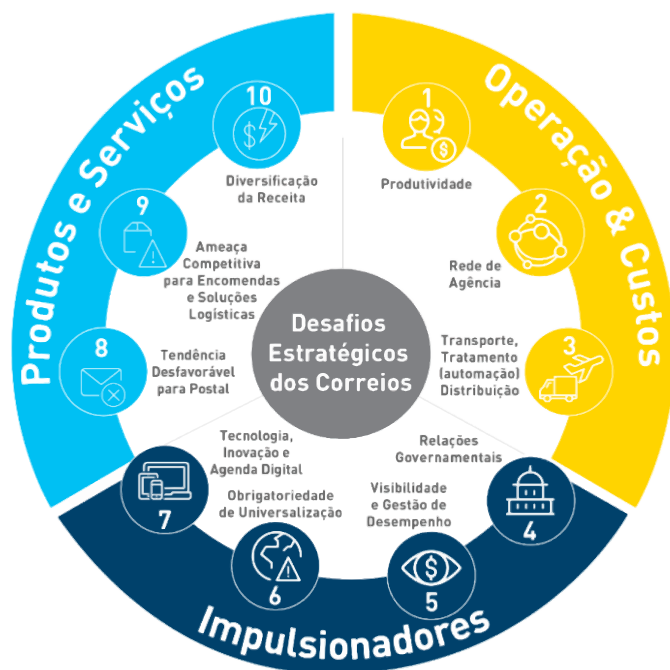
Otimização da malha e da infraestrutura atual, visando aumento da produtividade e redução de custos.

Estruturação da gestão do desempenho organizacional, envolvendo sistemas para melhoria de visibilidade de custos e de receita na tomada de decisão.

Implantação de nova arquitetura de TI alavancando agilidade, integração e controle nos processos tecnológicos, permitindo maior sinergia entre TI e negócios.

Desafios e incertezas

Foram identificados 10 desafios estratégicos a serem superados pela empresa para o alcance dos Objetivos Estratégicos nos próximos anos (Ciclo 2017/2022), agrupados nos temas: Operação e Custo, Impulsionadores e Produtos e Serviços.



Desafios de Operação e Custos

1. Produtividade/Custos de Pessoas: impactados, principalmente, pelos acordos sindicais.

2. Rede de Agências: rentabilização das unidades, com modelos flexíveis e alinhados aos mercados.

3. Transporte, Tratamento (automação) e Distribuição: flexibilidade no modelo de contratação do transporte terrestre; automação no tratamento de objetos, entre outros.

Desafios Impulsionadores

4. Relações Governamentais: potencial de relação comercial com a Administração Pública.

5. Visibilidade e Gestão de Desempenho: custos fixos de operação e pouca visibilidade de margem real por produto.

6. Obrigatoriedade de Universalização: custo de universalização.

7. Tecnologia, Inovação e Agenda Digital: priorização das iniciativas e estratégia digital para o consumidor.

Desafios de Produtos e Serviços

8. Tendência Desfavorável para Postal: queda do tráfego de mensagens e digitalização dos meios de comunicação.

9. Ameaça Competitiva para Encomendas e Soluções Logísticas: acirramento da concorrência.

10. Diversificação da Receita: processo de aprovação e implementação dos projetos de novos produtos e serviços.

Com a perspectiva de ser o elo entre o Estado e o cidadão, a empresa trabalhou na formatação do Balcão de Atendimento dos Correios, em virtude de o governo federal já estar desenvolvendo um canal único e integrado para prestação de serviços públicos e para a disponibilização de informações aos cidadãos.

O desenvolvimento de serviços centrados no cidadão possibilitará a oferta de novas soluções ao governo, tais como a logística de medicamentos, propostas de balcão de atendimento e, ainda, soluções cria-

tivas e inovadoras para a administração pública, de forma a aumentar a participação nos mercados de saúde, educação e defesa.

Uma outra perspectiva de atuação que merece destaque é a disponibilização de serviços bancários básicos nas agências, por meio de uma plataforma que permita a participação compartilhada de várias instituições financeiras. A proposta do multibanco consiste no desenvolvimento e implantação de novo modelo de negócio para prestação de serviços financeiros tradicionais por meio de múltiplos parceiros.

Com a perspectiva de crescimento, geração de caixa e de buscar um posicionamento competitivo, a empresa vem atualizando o seu modelo de negócio e desenvolvendo novos serviços em virtude do crescimento do mercado digital. Para 2019, pretende-se inovar com o serviço Correios Digital.

Considerando a tendência de crescimento do comércio eletrônico e o fato desse mercado ser o principal impulsionador de negócios, a empresa continuará realizando investimentos para a automação de encomendas e irá, entre outras ações, ampliar a oferta

de soluções digitais para os consumidores e a participação dos serviços internacionais no e-commerce.



Capítulo 4 – Alocação de Recursos e Eficiência da Gestão

Gestão orçamentária e financeira

A execução de dispêndios correntes dos Correios em 2018 totalizou R\$18,8 bilhões e representa a economia de R\$ 1,9 bilhão em relação ao valor aprovado no Programa de Dispêndios Globais (PDG). Em comparação à

execução de 2017, apurou-se a redução de despesa de R\$ 1,06 bilhão. A implementação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) no processo orçamentário é um dos principais fatores que impactou a redução das despesas.

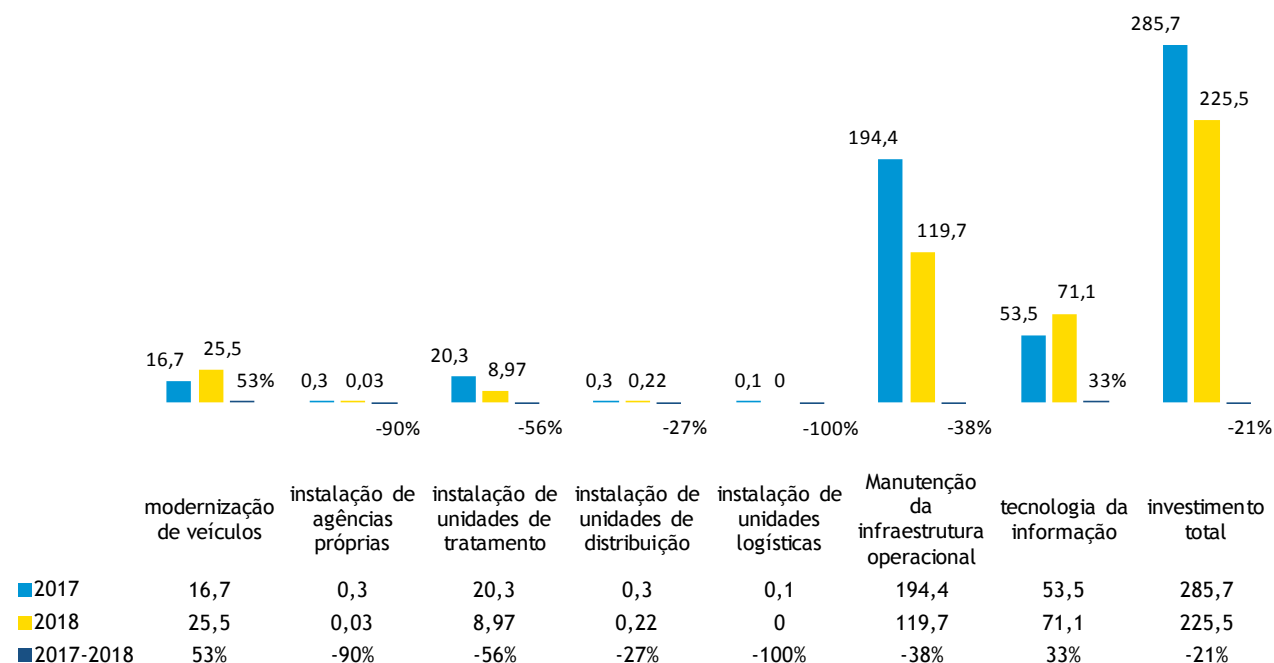
Evolução Execução das Despesas Correntes						
DESPESAS	Orçamento 2017	Liquidado Acumulado dezembro/17	Pago	Orçamento 2018	Liquidado Acumulado dezembro/18	Pago
	(dotação)	(execução)	acumulado dezembro/17	(dotação)	(execução)	acumulado dezembro/18
Pessoal e Encargos	12.644.264	11.675.412	10.162.085	11.031.008	10.291.364	10.089.167
Materiais e Produtos	270.000	215.330	125.114	272.893	236.983	126.750
Serviços de Terceiros	6.098.021	5.931.786	6.079.536	7.112.699	6.293.143	6.832.091
Utilidades e Serviços	400.000	319.730	218.449	401.694	320.019	220.366
Tributos e Encargos Parafiscais	811.112	772.741	519.809	942.153	755.083	549.011
Encargos Financeiros e Outros	176.325	173.351	6.764	53.155	87.456	604
Outros Dispêndios Correntes	924.925	823.181	740.930	953.652	859.006	775.042
TOTAL	21.324.646	19.911.531	17.852.687	20.767.252	18.843.054	18.593.030
						<i>R\$ milhões</i>

Entre os grupos de despesas que compõem o PDG, o grupo pessoal e encargos apresentou maior redução comparada a 2017, uma economia total de R\$ 1,3 bilhão, influenciada principalmente pelo Programa de Demissão Incentivada (PDI) e pela implantação da mensalidade e o aumento da co-participação dos empregados no Plano de Saúde - Postal Saúde.

Em relação às despesas de capital, os Correios realizaram investimento no valor de R\$ 225,5 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão (ciclo do Plano Plurianual - PPA 2016-2019). Entre os principais investimentos destacam-se a aquisição de máquinas de triagem, veículos e ativos de informática.



Investimento Correios 2018 (R\$ milhões)



A tendência para 2019 é a continuidade da implementação de medidas que visam à redução das despesas e o aumento dos valores investidos com foco nas aquisições que contribuam para a expansão dos serviços de comunicação e para os conjuntos de ações necessárias ao apoio à gestão e à manutenção da nossa atuação governamental.

Principais desafios e ações futuras

A metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) implantada nos Correios em 2017 é uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar no controle dos custos e despesas da empresa, proporcionando visibilidade dos gastos e da responsabilização, por meio de fóruns de acompanhamento mensal. Assim, a solidificação da Metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) no orçamento de custeio e investimento e a disseminação da cultura de redução de custos nos Correios são alguns dos desafios da

empresa para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos.

Desempenho Financeiro

Apesar de todas as dificuldades do cenário econômico e financeiro do país nos últimos anos e da concorrência cada vez mais acirrada, os resultados foram revertidos e a Empresa saiu de um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão em 2016 para um lucro de R\$ 667 milhões em 2017 e de 161 milhões em 2018, com expectativa de retomada do crescimento por meio de uma gestão madura e comprometida com os resultados.

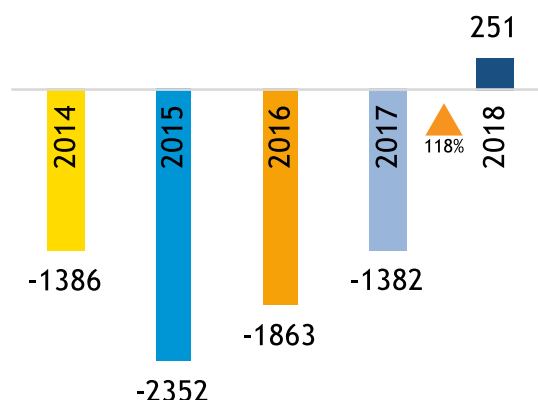
Esses resultados são frutos das medidas realizadas ao longo de 2017 e 2018, como por exemplo, a melhoria da eficiência operacional e o aumento de receitas, especialmente, o segmento de Encomendas com crescimento de 20,4% em 2018, bem como a redução de despesas com pessoal.

Em 2018 os Correios atingiram lucro líquido de R\$ 161 milhões, uma redução de 75% em relação ao mesmo período de 2017, ano impactado, principalmente, pela reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde no valor de R\$2,9 bilhões e relacionado à decisão do TST sobre o

custeio do plano de saúde dos empregados e dependentes, evento extraordinário que aumentou o lucro do exercício de 2017.

O resultado operacional recorrente, sem o impacto da reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde, da imunidade tributária e do incentivo financeiro diferido do Plano de Demissão Incentivada/PDI, alcançou em 2018 um resultado positivo de R\$ 251 milhões, evolução de 117,9% em 12 meses, após 4 anos de resultados negativos.

Resultado Operacional



Destaca-se que, durante o exercício de 2018, o Patrimônio Líquido que estava negativo (Passivo a Descoberto) até abril, foi revertido para um PL positivo de R\$ 255 milhões em 31/12/18, que representa uma melhora de R\$ 95 milhões comparado com 2017.

Descrição	2018	2017
Resultado Líquido do Período	161	667
Depreciação e Amortização	304	323
Imposto de Renda e Contribuição Social	145	10
Despesas e Receitas Financeiras	(277)	71
EBITDA	333	1.071
Pós-emprego previdência - BD	(1)	(78)
Superávit - PostalPrev	(89)	(91)
Pós-emprego saúde	145	618
Reversão do custo do serviço passado - saúde	-	(2.903)
IFD	232	993
EBITDA AJUSTADO	620	(390)

R\$ milhões

Gestão de pessoas

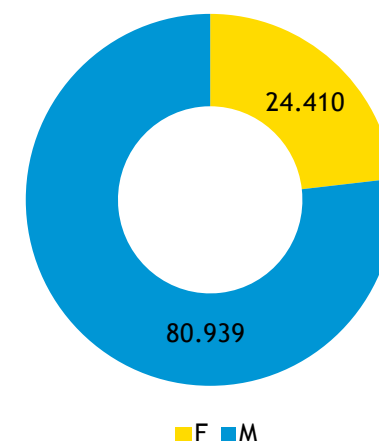
No exercício de 2018, com o objetivo de promover ações que viabilizassem a sustentabilidade da empresa, bem como prestar o suporte necessário às demandas das áreas negociais, a área de gestão estratégica de pessoas teve, entre suas principais linhas de ação, o desenvolvimento de políticas de redução dos custos e melhoria do bem estar da força de trabalho, além da adequação do efetivo da empresa, o que contribuiu para a otimização de recursos e resultados, fortalecendo o posicionamento dos Correios no mercado.

Entre essas ações, destacam-se a iniciativa de adequação da Força de Trabalho, e a implantação da jornada de trabalho reduzida, do Plano

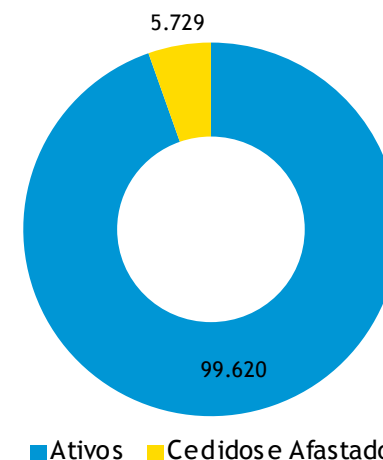
de Desligamento Incentivado e da modalidade de teletrabalho, entre outras.

Somos 105.349 empregados, sendo:

Gênero

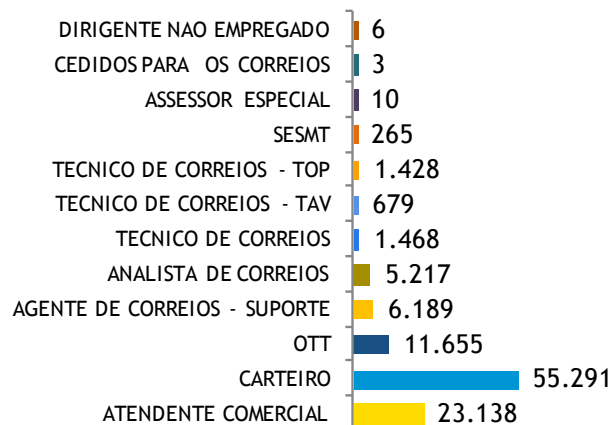


Situação Funcional

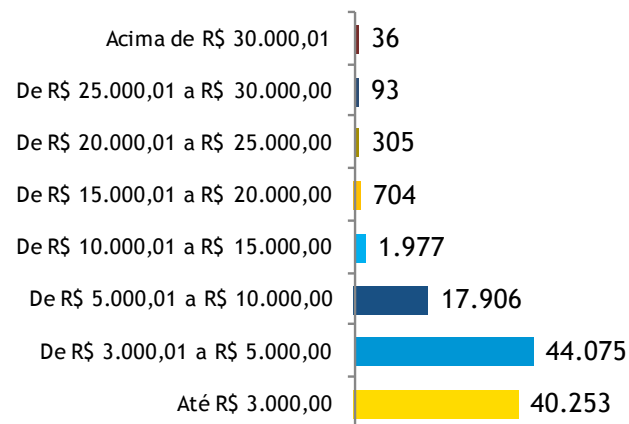


Principais números dos Correios – Pessoas

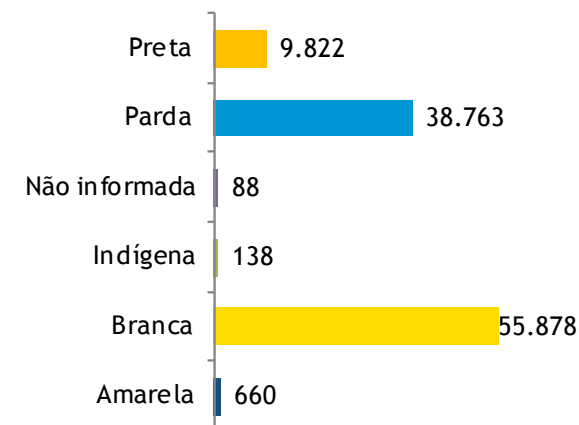
Carreira



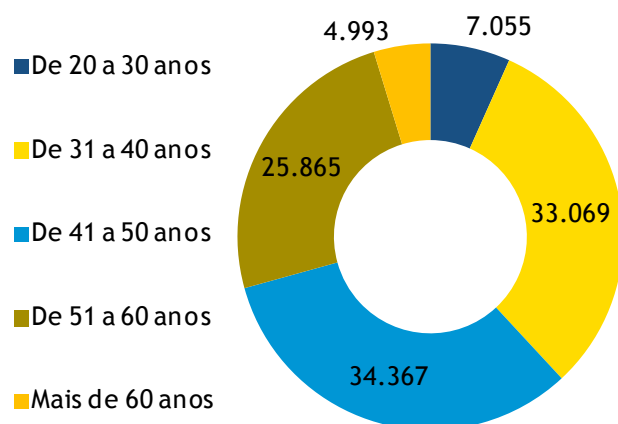
Faixa Salarial



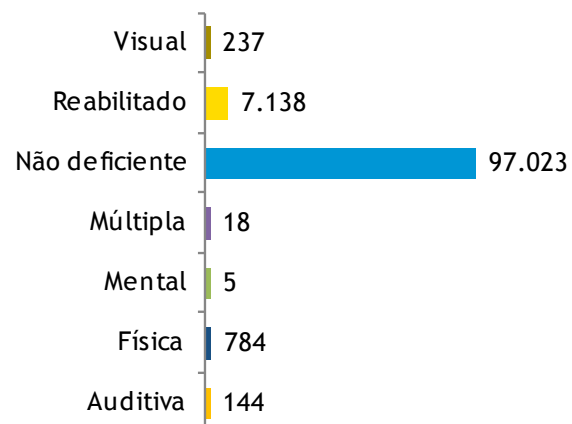
Etnia



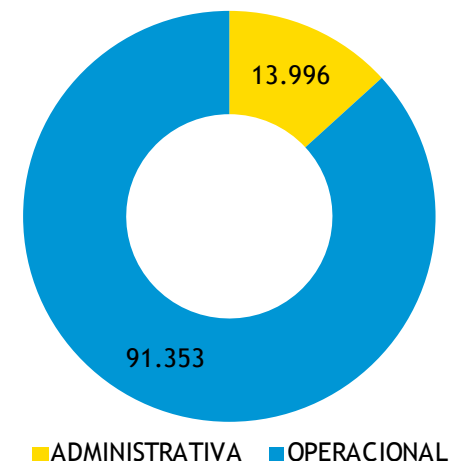
Faixa Etária



Deficiência



Área de trabalho



Processos Seletivos Externos:

Os processos seletivos externos da empresa são orientados pela diretriz de “Prover vagas em aberto, selecionando no mercado profissionais que atendam ao perfil profissional desejado pela empresa, em conformidade com a legislação e normativos internos vigentes”.

•SESMT - Para atender à Norma Regulamentadora N° 4, que dispõe sobre o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), em fevereiro de 2018 ocorreu a homologação do Concurso Público N° 001/2017 para cargos do SESMT. O concurso possibilitou a contratação de 117 empregados, até dezembro de 2018, para suprir o déficit no quadro desses profissionais nos Correios;

•COAUD - Em cumprimento à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8.945/2016, amparada pelo Estatuto dos Correios, foi realizada a seleção de três membros do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), o qual foi definitivamente constituído em 28/06/2018;

•Jovem Aprendiz - Desenvolvido em consonância com a Lei de Aprendizagem, o Programa Jovem Aprendiz tem por objetivo oferecer

capacitação técnico-profissional aos jovens participantes. O processo seletivo é realizado por meio de edital aberto a jovens entre 14 e 22 anos. Em 2018, foi realizada a Seleção Pública N° 31/218, com a oferta de cinco mil vagas, efetivando a contratação de 1363 jovens.

Processos Seletivos Internos:

Os processos seletivos internos são orientados pela diretriz de “Prover vaga em aberto recrutando e selecionando entre os empregados aquele que melhor atende ao perfil profissional definido pela empresa, observando os normativos internos vigentes”.

Para garantir maior celeridade e qualidade de entrega às demandas de pessoal das áreas de negócio, foram introduzidas nos processos de seleção interna a inscrição on-line de candidatos e a aplicação de provas na modalidade on-line, com a utilização dos smartphones corporativos.

Capacitação

Foram realizadas mais de 3,5 milhões de horas de treinamento, totalizando, em 2018, uma média de 34 horas de treinamento por empregado. Como estratégia para racionalizar os recursos e capacitar os empregados distribuídos em todo o territó-

rio nacional, tem-se investido em Educação à Distância (EaD) e Treinamentos no Local de Trabalho (TLT). Em 2018, as participações na modalidade EaD aumentaram 10% em relação a 2017, como mostra o quadro a seguir, que apresenta os números gerais das ações de educação. Destaca-se, também, o aumento de 20% na quantidade de empregados que participaram de ações de capacitação em relação ao exercício anterior.

Ações de Educação Corporativa	2018
Horas em treinamento	3.566.104
Recursos em treinamento (R\$ milhões)	4,1
Bolsas de estudos (qtd)	3.515
Empregados capacitados (qtd)	102.449
Ações presenciais (número de ações)	1238
Cursos EaD (número de cursos)	124
Cursos EaD (participações)	143.007
Média Anual (horas treinamento empregado)	34,81

Detalhamento da despesa de pessoal: justificativa para o aumento/diminuição

Dentre as diversas iniciativas voltadas à redução dos custos com pessoal em 2018, destacam-se a implantação do Plano de Demissão Incentivada e a revisão do custeio do Plano de Saúde, que passou a contar com o pagamento de mensalidade e de co-participação de até 30% do valor dos custos assistenciais.

Rubricas	2016	2017	2018
Dispêndios de pessoal	6.267	7.124	6.160
Ordenados e Salários	2.767	2.864	2.655
Décimo Terceiro Salário	459	433	431
Férias	935	846	862
Gratificações	628	544	533
Jornada Extraordinária Gerenciável	1.381	1.425	1.428
Abono	0	0	0
Indenizações Trabalhistas	74	996	236
Diárias	11	7	7
Outras	11	8	8
Benefícios	1.738	1.709	1.726
Vale Ref./Alimentação/Cesta	1.567	1.551	1.568
Vale Transporte	75	68	74
Auxílio Creche	38	39	38
Treinamento	8	5	2
Cartão Vale Cultura	50	46	44
Outros Benefícios	(0)	(0)	(0)
Indenizações Trabalhistas	74	996	236
Diárias	11	7	7
Outras	11	8	8
Despesas de saúde	1.741	1.774	1.491
Serviço Médico	5	11	18
Postal Saúde/ Aposent./ Pós-Emprego	1.735	1.763	1.473
Encargos	2.607	2.729	2.536
Previdência Social	1.603	1.662	1.502
FGTS	476	474	454
Postalis / Pós-Emprego	379	447	436
Salário Educação	136	134	132
Outros Encargos	12	12	11
Outras despesas operacionais	1.208	(2.364)	143
Provisão Pós-Emprego Prev./Postalis	149	(79)	(2)
Provisão Pós-Emprego Saúde	1.059	(2.285)	145
Total	13.559	10.972	12.057

Obs: Em 2017 houve a reversão de 2,9 bilhões (valor Nominal) na conta de Provisão de Pós-Emprego Saúde devido à Decisão do TST de mudança no custeio do Plano de Saúde dos Correios.

Tabela de Remuneração

A empresa dispõe de duas tabelas salariais:

Tabela 1: Para os cargos da Carreira de Nível Médio, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho. É composta por 90 referências salariais, denominadas “NM”;

Tabela 2: Para cargos da Carreira de Nível Superior, Analista de Saúde, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Engenheiro de Segurança do Trabalho. É composta por 60 referências, denominadas “NS”.

A progressão, em ambas as tabelas salariais é feita por meio das Promoções por Antiguidade e Mérito. O último reajuste de valores ocorreu em agosto de 2018, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho 2018-2019.

Progressão Funcional

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS/2008) prevê a aplicação anual de Promoções Horizontais por Antiguidade e por Mérito.

As promoções (vertical e horizontal) limitam-se ao percentual de 1% da folha salarial, definido pelos órgãos de controle, de acordo com disposições contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos. Entre outros critérios, para serem consideradas elegíveis à promoção, é necessário atingir o desempenho mínimo exigido na avaliação de desempenho, que é uma das ferramentas do Gerenciamento de Competências e Resultados adotada pelos Correios.

Detalhes sobre a Igualdade de Oportunidades

Os Correios vêm intensificando ações de sensibilização e reflexão para proporcionar um ambiente socioprofissional saudável, inclusivo, equilibrado, justo e seguro a toda a força de trabalho, visando, consequentemente, gerar reflexos positivos no desempenho da empresa no mercado. Para isso, em 2018 foram desenvolvidas diversas ações - inseridas no programa corporativo Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos -, que abrange 5 eixos temáticos (Equidade de Gênero, Cultura de Paz e Não-Violência, Diversidade e Direitos Humanos; Igualdade Étnico-Racial e Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Quer seja na sociedade, quer seja no ambiente empresarial, mecanismos para inibir e/ou erradicar discriminações por motivos de sexo, idade, religião, deficiência, raça e outros podem ser estabelecidos como impulsionadores de igualdade de oportunidades.

Informações Complementares em 2018

Empregados autodeclarados negros (pretos/pardos) - 46% do efetivo

Mulheres - 24% da força de trabalho.

Funções gerenciais - 42% ocupadas por empregados autodeclarados pretos e pardos - negros; 28% ocupadas por mulheres.

As mulheres autodeclaradas pretas ou pardas ocupam 10% do total das funções gerenciais, sendo 9,24% da força de trabalho.

55.192 participações (efetivo próprio) nas ações de educação e atividades de sensibilização voltadas à diversidade, inclusão, direitos humanos e ética e 640 participações do efetivo de agências franqueadas (rede de relacionamento).

13.072 participações nas atividades de sensibilização e conscientização sobre saúde da mulher.

4.444 participações na Semana de Reflexão Sobre Violência no Trabalho com o tema Comunicação não-violenta e Prevenção à violência do trabalho.

234 denúncias envolvendo situações de assédio, discriminação e conflito, entre as quais, 150 tiveram tratamento por comitê multiprofissional ou pela área de relações do trabalho e 84 estão em tratamento.

15 programas inéditos de rádio e TV, com

reprises uma vez na semana em três horários diferentes, foram veiculados na Rádio Correios. Na programação, entrevistas sobre liderança feminina, igualdade racial, inclusão de pessoas com deficiência e outros temas de diversidade, inclusão e direitos humanos.

A empresa ainda realizou, corporativamente, três grandes campanhas de comunicação abordando assuntos relativos à cultura de paz, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana.

Principais desafios e ações futuras

Entre os principais desafios da área de gestão estratégica de pessoas dos Correios para 2019 estão a priorização das relações do trabalho, da gestão do absenteísmo, da implantação do novo modelo do plano de carreiras, da otimização da força de trabalho e do fortalecimento da educação corporativa.

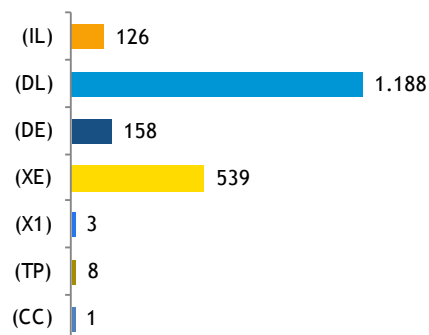
Gestão de licitação e contratos

Durante o ano de 2018, foram realizadas 2.023 contratações envolvendo R\$ 3.365.760,00. A participação das contratações diretas (Dispensa de Licitação e Inexigibilidade) no total de contratações dos Correios representou 73% da quantidade de processos realizados e de 17% quando se leva em conta o valor total.

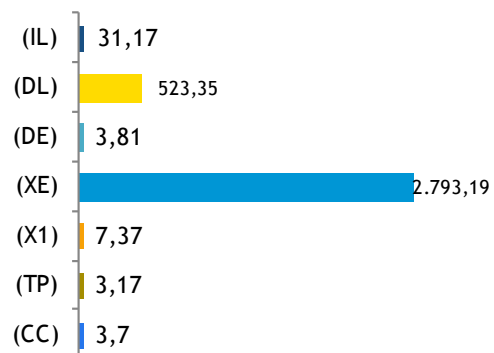
Números de contratações por tipo de enquadramento			
Tipo Modalidade	Sigla Modalidade	Qtde	Valor
Concorrência	CC	1	3,7
Tomada de Preço	TP	8	3,17
Pregão Presencial	X1	3	7,37
Pregão Eletrônico	XE	539	2.793,19
Dispensa de Licitação Eletrônica	DE	158	3,81
Dispensa de Licitação	DL	1.188	523,35
Inexigibilidade	IL	126	31,17
Total Geral		2.023	3.365,76

(em R\$ milhões)

Contratações - 2018 -
Quantidade



Contratações - 2018 - Valor
(R\$ milhões)



Contratações mais relevantes

Objetivo estratégico	Contratações	Justificativa	Valor	Principais desafios e ações futuras
	Furgão com capacidade nominal de carga útil de 600 kg	Atender às demandas de novos serviços e/ou expansão dos serviços postais, sobretudo dos segmentos de Mensagem, Encomendas e Malotes.	108.956.541,88	Os Correios buscam o aprimoramento da área de compras com a adoção da metodologia de gestão de compras estratégicas (Strategic Sourcing), que modificará o perfil transacional atual para estratégico. Para isso, é necessária a capacitação dos empregados na metodologia e foco na redução do custo total.
	Furgão com capacidade nominal de carga útil de 1.500 kg	Substituir veículos com vida útil econômica esgotada.	88.061.173,34	
	Transporte rodoviário de carga postal (Salvador)	Substituir as linhas de Salvador e ajustar a capacidade de transporte à demanda atual.	160.465.561,55	O aprimoramento do planejamento e do monitoramento das contratações permitirá maior agilidade e padronização dos processos. O Plano de Gerenciamento das Contratações (PGCON) é o instrumento que proporciona às unidades da empresa a organização dos processos para maior eficiência do acompanhamento das necessidades de compras. Ao mesmo tempo, permite a adequação da capacidade da área de contratação e o equilíbrio da carga de trabalho.
	Transporte rodoviário de cargas postal (Rio de Janeiro/São Paulo)	Substituir as linhas do grupo RJ/SP e ajustar a capacidade à demanda atual.	107.400.089,30	
	Transporte rodoviário de cargas postal (Brasília)	Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual	106.681.273,96	
	Transporte rodoviário de cargas postal (SP/Porto Alegre)	Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.	82.863.817,35	
	Transporte rodoviário de cargas postal (SP/BH)	Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.	70.603.347,47	
	Transporte rodoviário (Indaiatuba)	Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.	69.987.036,03	
	Rede Postal Noturna - RPN (linha Salvador/São Paulo/Rio de Janeiro/Salvador)	Manutenção de recurso de transporte aéreo para suprir o encaminhamento para mercados priorizados pela área comercial.	60.500.884,76	
	Transporte rodoviário de cargas postal (Minas Gerais)	Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.	56.092.593,94	Se será aumentada a carteira de documentos padronizados,
	Prestação de serviço de Mão de Obra Temporária (MOT) para São Paulo Interior	Suprir demandas sazonais de carteiros e manter a qualidade da capacidade produtiva e do serviço prestado.	82.108.333,76	
	Contratação de empresa prestadora de serviço de alimentação coletiva.	Possibilitar o fornecimento de vale-alimentação, vale-refeição e vale-cesta aos empregados.	291.334.874,80	

para que as unidades centralizadoras possam atuar de forma otimizada. A centralização dos processos de contratação, com a implantação de Centros de Serviços Compartilhados (CSCs), promove a necessidade constante da padronização e da racionalização dos processos de contratação.

A gestão de suprimentos de itens estocáveis contribui para a manutenção do fornecimento de materiais e produtos para unidades próprias e franqueadas. O limite orçamentário aprovado para o exercício é um desafio que promoverá a necessidade de revisão das prioridades das demandas em conjunto com as áreas clientes.

Gestão patrimonial e infraestrutura

A infraestrutura predial é composta por mais de 8.390 edificações (próprias e alugadas), com aproximadamente 3,5 milhões de metros quadrados de área construída, que é utilizada por suas unidades de atendimento, operacionais e de suporte administrativo. Vale ressaltar que uma mesma edificação pode contemplar mais de uma unidade, funcionando no mesmo edifício unidade administrativa, operacional e

de atendimento, por exemplo.

Um aspecto importante a destacar quanto à infraestrutura predial destinada às unidades de atendimento dos Correios é o investimento em adaptações básicas de acessibilidade na sua rede de agências próprias e franqueadas. Das unidades próprias, 3.620 (57%) possuem acesso em nível ou por meio de rampas; 2.316 (36,5%) dispõem de piso tátil no hall público e 5.928 (93%) possuem módulo/balcão acessível para o atendimento de usuários de cadeira de rodas. A totalidade das agências de Correios franqueadas contempla os itens de acessibilidade. Na rede de agências próprias, em 2018, foram adaptadas ergonomicamente 75 agências.

Principais investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, foram investidos R\$ 23,1 milhões em contratações de obras e serviços de engenharia, em adequação ergonômica, nas adaptações de acessibilidade e na melhoria da infraestrutura predial, propiciando a melhoria da qualidade e da produtividade operacional dos serviços prestados pelos Correios, além de conforto e segurança aos seus clientes e empregados.

Locações de imóveis e equipamentos

Despesas de Escritório	Valor (R\$)
Imóveis - Pessoa Jurídica	216.116.618,00
Imóveis - Pessoa Física	148.226.546,00
Aluguéis Reunião / Treinamento	0
Outras Despesas com Aluguéis	83.508,00
Condomínio - Pessoa Jurídica	15.742.195,00
Condomínio - Pessoa Física	16.007,00
IPTU	4.669.519,00
Equipamentos de Movimentação de Carga	14.658.162,62
Outros Equipamentos	2.571.845,30
Total	402.084.400,92

Em razão da importância do segmento de gestão da carteira imobiliária na condução das atividades de alguns órgãos e no apoio para as análises estratégicas da empresa, ferramentas foram implementadas:

- **Política e Diretrizes Imobiliárias (janeiro de 2017):** visa alinhar e dar direcionamento às ações voltadas à gestão imobiliária;

- **Análise comparativa entre negócios imobiliários (dezembro de 2017):** método de análise de viabilidade econômico-financeira, o qual, por meio do Valor Pre-

sente Líquido (VPL), disponibiliza mais um importante insumo para apoio à tomada de decisão de qual modelo de negócio aplicar a demanda apresentada:

- Com transmissão de propriedade: Compra, Venda, Permuta e Sale & Leaseback (venda vinculada à locação);

- Sem transmissão de propriedade: Locação, Parceria Público Privada, Concessão, Turn Key (empreitada integral) e Built to Suit (locação de imóvel com infraestrutura sob medida).

- **Sistema de Gestão da Carteira Imobiliária dos Correios (GCIC), versão corporativa (dezembro de 2018):** objetiva viabilizar a gestão da carteira imobiliária, proporcionando, tanto para o gestor do processo quanto para o cliente e tomador de decisão, a obtenção de informações tempestivas e confiáveis.

Principais desafios e ações futuras

Um dos principais desafios para a gestão de patrimônio e infraestrutura dos Correios é analisar e iniciar o processo de

exclusão de 15 imóveis aptos a alienar e de grande vulto, como por exemplo, o edifício-sede de Salvador, no valor inicial de R\$ 248 milhões, com previsão de ocorrer ainda no primeiro semestre de 2019.

Gestão da Tecnologia da Informação

A gestão da Tecnologia da Informação nos Correios, em 2018, objetivou formular, implementar e supervisionar ações de tecnologia, bem como prover os serviços de TI, alinhada à estratégia da empresa, buscando promover a governança de TI, traduzindo a estratégia em demandas de tecnologia para suportar novas funcionalidades requeridas pelo negócio, aportando novas soluções tecnológicas na empresa.

Faz parte da Gestão da Tecnologia da Informação dos Correios o Comitê Estratégico de TIC (COETI), coordenado pela presidência da empresa.

Também dão suporte à gestão de TI a infraestrutura instalada de tecnologia de informação aos sistemas desenvolvidos, mantidos, estruturados e planejados,

gerindo processos e coordenando recursos referentes às atividades transacionais, nos serviços de: suporte, manutenção, operação, produção, banco de dados, aplicações, segurança da informação, conectividade, serviços de rede, microinformática e telefonia, cumprindo os acordos de níveis de serviço estabelecidos.

Modelo de governança de TI

A governança de TI dos Correios é feita por meio dos indicadores e metas estabelecidas por ocasião das ações estratégicas e táticas definidas no Plano Estratégico de TI (PETI) e no Plano Diretor de TI (PDTI).

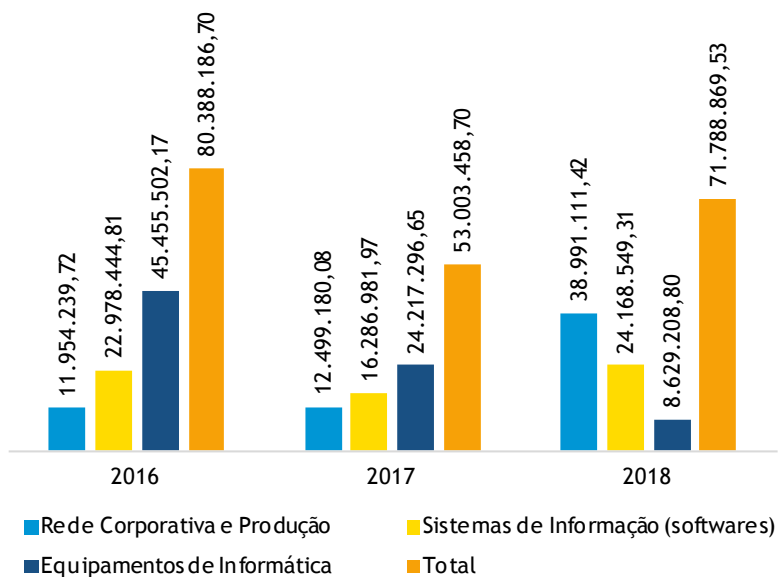
O PETI desdobrado e alinhado à Estratégia Correios é o instrumento que traduz a estratégia da TI, enquanto o PDTI, de cunho tático, desdobrado do PETI, visa dar efetividade ao planejamento estratégico da TI. Elaborados com base nas regulamentações governamentais, como o Guia de Elaboração do PDTI do SISP, COBIT e ISO IEC 38500, os planos PETI 2018/2019 e PDTI 2018 atendem à resolução CGPAR nº 11/2016 e foram aprovados no COETI.

Entre os principais objetivos, indicadores e metas em 2018, podem ser citados:

Objetivo	Indicador	Meta	Alcançado
Garantir a disponibilidade e a continuidade de serviços e a capacidade dos recursos de TI que suportam o negócio	Índice de Disponibilidade de Sistemas Prioritários	98%	99,34%
	Índice de Disponibilidade da Rede Corporativa	98%	98,72%
Implementar soluções digitais para o negócio	Quantidade de soluções digitais implementadas.	03	03

Montante de recursos aplicados em TI

Montante de recursos aplicados em TI



Contratações mais relevantes de TI (acima de R\$ 2 milhões).

Despesas de Escritório	Valor
Rede: Switches Microporte - Ciclo 2015	4.313.846,14
Telefonia: IPBX - 24 Estados	10.992.978,09
Produção: Aquisição de Unidades de Armazenamento de Dados (STORAGE)	23.684.287,19
Produção: Direito de Atualização Produtos Oracle	4.240.240,18
Sistema: Direito de Atualização JDEedwards	3.267.390,40
Sistema: Software de automação da Gestão Fiscal e Tributária	5.937.460,37
Produção: Aquisição de Software de Gerenciamento de Banco de Dados SGBDs	5.751.125,33
Produção: Aquisição de Software de Gerenciamento de Banco de Dados SGBDs	2.054.791,31
Microinformática: Estações Móveis - Projeto Mobilidade	2.551.367,60
Microinformática: Impressora Cupom	2.386.496,24
Microinformática: Impressora Termica de Etiquetas Tipo 4	2.482.748,01
	67.662.730,86

LOGÍSTICA
REVERSA

Principais iniciativas e resultados na área de TI

De acordo com os processos finalísticos e de suporte da Cadeia de Valor dos Correios, os Correios desenvolveram e implantaram as iniciativas descritas abaixo:

Cadeia de Valor	Objetivo Estratégico	Principais sistemas na área de TI	Principais Resultados (Benefícios e Impactos)
Interação com o Cliente	5	Aplicativo Pré-Atendimento para agilizar a postagem de encomendas nacionais.	Redução do tempo de atendimento presencial nas agências dos Correios.
	3	Aplicativo Correios Celular que permite ao cliente realizar recarga, portabilidade da linha, consultar saldo, além de obter histórico de recarga, de consumo de dados, de voz e de SMS.	Novo canal de interação com o cliente em conformidade com a transformação digital dos Correios.
	3	Nova consulta ao Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO).	Melhoria no sistema que permite realizar o rastreamento dos objetos postados pelo CPF do cliente.
	3	Entrega Interativa, durante o fluxo postal do objeto, disponível para os grandes clientes do comércio eletrônico.	Satisfação do cliente ao interagir com os Correios para solicitar a devolução do objeto quando perceber que o destinatário descumpriu o acordo firmado.
	3	Lançamento do Novo Portal dos Correios, um projeto visual mais moderno, amigável e interativo.	Melhoria deste canal de interação com foco nos negócios oferecidos e mais adequado à nova realidade institucional da Empresa.
	1,2 e 6	Sistema de Prospecção de Negócios PRONEG, que visa implantar novas regras de prospecção da área comercial.	Padronização do novo modelo de atuação da força de vendas, além de oferecer atendimento comercial por meio do site.
	3 e 6	Implantação do Correios Fácil, sistema em ambiente web que disponibiliza uma nova modalidade de contratação dos serviços de Encomendas a Faturar dos Correios, com assinatura digital.	Ferramenta que dispensa a obrigatoriedade de atendimento presencial e permite a eliminação do trâmite de documentos físicos.
Estratégia e Desempenho	4 e 5	Sistema de Acordo de Nível de Serviço - Encomenda (SLA-E), com o objetivo de simular os dados históricos de objetos de clientes pré-definidos de acordo com o SLA.	Diminuição de custos e melhoria na qualidade operacional dos Correios.
Operação	4	Aplicativo Proter Mobile e sistema de interface com a máquina de triagem com a finalidade de fortalecer controles e diminuir a evasão de receitas, permitindo a retarificação de objetos.	Recuperação de receita.
	5	Aplicativo LDI para modernizar a operação de distribuição de livros didáticos para o FNDE.	Melhoria na conferência dos livros entregues com mais assertividade e tempestividade para as escolas da rede pública, otimizando o controle dos processos operacionais.

Cadeia de Valor	Objetivo Estratégico	Principais projetos na área de TI	Principais Resultados (Benefícios e Impactos)
Interação com o Cliente	3	Desenvolvimento do AR Eletrônico que consiste na modernização do serviço adicional de Aviso de Recebimento - AR convencional e digitalizado.	Projeto alinhado com a sustentabilidade, pois eliminará o documento físico do AR além de disponibilizar a imagem digital do documento em tempo real.
Estratégia e Desempenho	4 e 5	Monitoramento de itens postais com tecnologia Radio - Frequency Identification (RFID)	Aprimoramento da gestão do fluxo postal por meio do controle involuntário dos objetos com a utilização da tecnologia de radiofrequência que oportuniza a diminuição de extravios e o refinamento das informações de rastreamento.
Operação	2 e 4	Implantação de solução de tecnologia para a universalização da cobrança dos serviços do Despacho Postal, cujo objetivo é a cobertura dos custos operacionais envolvidos nas atividades de suporte à Receita Federal do Brasil, realizadas pelos Correios.	Incremento de receita.
Gestão Corporativa	5	Projeto de atualização e migração da Solução de Gestão Integrada - ERP.	Agilidade para os processos, permitindo a emissão de nota fiscal eletrônica por meio do Software de Gestão Fiscal e Tributária.
		Sistema de solução fiscal e tributária	Cumprimento da geração de obrigações acessórias e cálculos fiscais e tributários para as operações que permeiam as áreas de negócio dos Correios.

Visando mitigar uma eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, os Correios determinaram a inclusão de cláusulas contratuais específicas para facilitar a transferência ou mesmo a retomada do controle do sistema pela contratante. Entre elas:

- Todo o serviço demandado à contratada é acompanhado por um gestor técnico dos Correios;
- Ao término da prestação do serviço de desenvolvimento/manutenção de sistemas, a contratada deve realizar uma “transferência do conhecimento”, que consiste em repassar todo o conhecimento adquirido e produzido para os técnicos da contratante;
- As contratadas devem usar os processos de soft-

ware e tecnologias definidos pelo contratante;

- Com relação ao serviço de contratação de suporte técnico dos softwares de prática, é exigida a capacitação técnica e funcional da equipe dos Correios, bem como o fornecimento de documentação técnica detalhada do produto.

Segurança da informação

A Gestão da Segurança da Informação de TI tem por objetivo fornecer diretrizes e orientações para a manutenção e promoção da cultura de segurança da informação de TI nos Correios. Para isso, foram implementadas as seguintes iniciativas:

1. Capacitação: elaboração e criação do curso “Segurança da Informação de TI” na plataforma virtual da Universidade Correios;
2. Criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR);
3. Implantação do processo de análise de vulnerabilidade;
4. Gestão da Continuidade de Serviços de TI: objetiva, fundamentalmente, planejar e responder a incidentes e interrupções de serviços de TI;
5. Conscientização: foram publicadas peças publicitárias para público interno e feitas apresentações aos dirigentes dos Cor-

reios ministradas pela equipe de coordenação do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação (DSIC) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



Principais desafios e ações futuras para TI

O principal desafio da TI é atender às expectativas institucionais estabelecidas na Estratégia Correios, buscando a transformação e modernização dos processos e sistemas, de forma a contribuir para a entrega de serviços de valor para o negócio de forma mais estruturada, ágil e confiável e, ainda, desen-

volver competências de inovação, analytics, digital, metodologias ágeis e arquitetura.

Objetivando vencer tais desafios, a TI definiu em seu Planejamento Estratégico (PETI) Ciclo 2019/2023, os seguintes objetivos estratégicos: aprimorar a capacidade de entrega de produtos e serviços; promover a Gestão do Conhecimento na TI; entregar capacidades de TI que viabilizem a transformação digital e gerar negócios de TI.

Tais objetivos serão atingidos por meio da execução de várias ações estruturantes, como: garantir entregas de TI, executar os investimentos de TI previstos, garantir a disponibilidade dos serviços de TI, prover infraestrutura ágil, entre outros.

Gestão de custos

A gestão de informação de custos nos Correios permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme normativos pertinentes. Dessa forma, contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, tornando os custos mais transparentes e aprimorando os processos de negócio da empresa.

A gestão de informação de custo é realizada por duas sistemáticas: custos para controle e custos para decisão. Os custos para controle estão

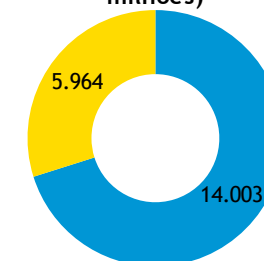
voltados para análise de avaliação dos gastos por órgão onde se visualiza o montante consumido na visão departamental, de acordo com a estrutura organizacional. Os custos para decisão são aqueles que subsidiam a tomada de decisão de preços de produtos e serviços baseando-se na metodologia Custeio Baseado em Atividades (ABC).

Os custos são apurados por centro de custos, objetivando demonstrar os dispêndios da empresa de forma segregada. Em outra etapa, os centros de custos são agrupados em atividades vinculadas a cadeia produtiva (custos de operação), custos corporativos (área administrativa e despesas comuns).

As informações de custos são disponibilizadas por meio da Ferramenta denominada FGC (Ferramenta de Gestão de Custos), com acesso irrestritos aos usuários da organização.

Estimativa de custos por área de atuação

Valor Custo Acumulado Jan a Dez/2018 (valores em milhões)



■ Finalística ■ Não Finalística (suporte)

Principais desafios e ações futuras

Os Correios possuem 63 iniciativas de redução de custos, que abrangem todas as áreas da empresa, em fase de implantação e com reflexo de economia em anos futuros.

Novas práticas contratuais
para limpeza e vigilância

Economia no consumo de
água e energia



Antecipação na compra de
passagens aéreas



Análise dos gastos com
manutenção de veículos e
combustíveis



Iniciativas de eficiência
tributária para
recuperação de créditos



Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade dos Correios, aprovada em 2018, amplia a visão ao contemplar as vertentes social, ambiental e econômica, componentes do tripé da sustentabilidade. Essa nova visão encontra respaldo nas diretrizes nacionais e internacionais ligadas ao tema, incluindo a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

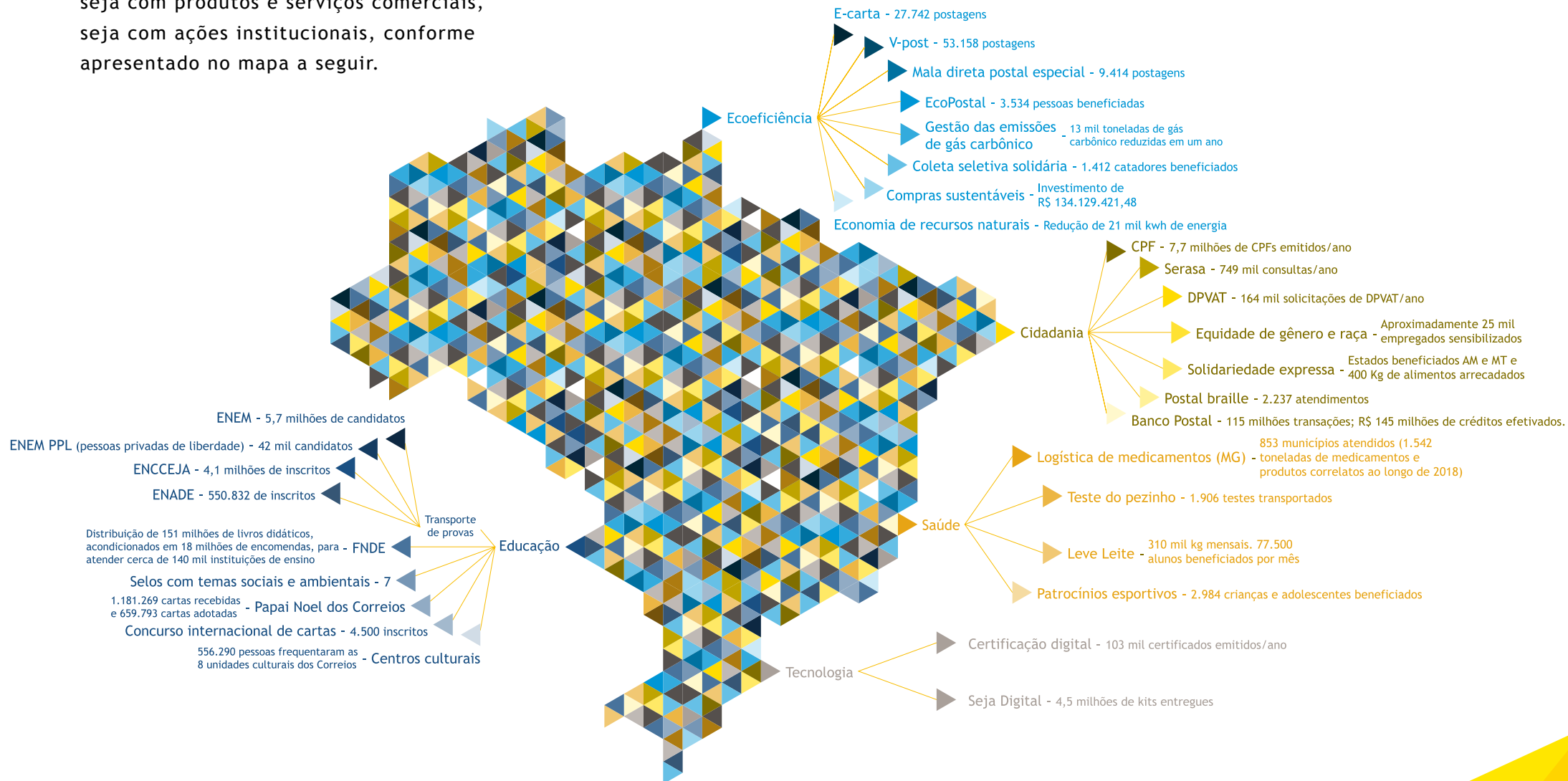
Texto da Política de Sustentabilidade dos Correios:

“Os Correios contribuem para o desenvolvimento sustentável ao integrar as dimensões social, ambiental e econômica em seus negócios e em toda a sua cadeia de valor por meio da oferta de soluções inovadoras em resposta às expectativas das partes interessadas.”



Os Correios atuam na promoção do desenvolvimento sustentável, enquanto agente de integração nacional, proporcionando a concretização de políticas públicas e serviços voltados à melhoria da sociedade brasileira, seja com produtos e serviços comerciais, seja com ações institucionais, conforme apresentado no mapa a seguir.

Variáveis de sustentabilidade e políticas públicas



Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

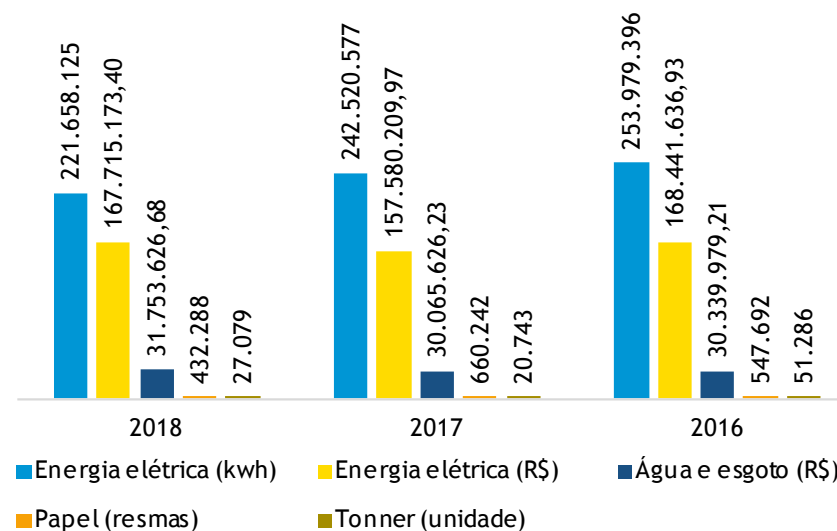
Compras com critérios sustentáveis, com destaque para a inclusão de critérios de redução de poluentes e descarte ambientalmente adequado nas aquisições.

Material/Produto	Valor (R\$)	Critério de Sustentabilidade
Caixa Tam (diversos formatos)	7.529.131,20	Papel com certificação FSC, Ceflor ou similar. Admite percentual de reciclagem.
Papel cotepe personalizado	1.765.901,28	
Papel offset laser	5.835.888,00	
furgões	108.956.541,88	Os veículos atendem às normas e aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), além de possuírem al licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor (LCVM), exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Pneus	9.739.398,10	Os pneus usados são descartados por logística reversa ou outros procedimentos orientados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).
Baterias	302.561,02	As baterias são descartadas por logística reversa, com o recolhimento (de igual quantidade fornecida e independente do fabricante) das baterias usadas e/ou inservíveis, bem como emitir parecer que ateste a correta destinação do resíduo
TOTAL		134.129.421,48

* O processo de contratação dos furgões foi realizado em 2018 com valor global de R\$ 108.956.541,88 dividido em dois contratos específicos. O primeiro contrato foi assinado em 2018 no valor de R\$ 50.513.000,00) e o segundo contrato foi assinado em abril de 2019 no valor de R\$ 35.409.613,00.

Mais de cento e trinta milhões de reais foram investidos em compras com critérios sustentáveis, destaque para o cuidado de incluir critérios de redução de poluentes e descarte ambientalmente adequados nas aquisições.

Ações para redução do consumo de recursos naturais



Duas iniciativas promoveram o consumo sustentável de papel e tonner: corte orçamentário com a redução na distribuição e implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ocorridos em 2017 com resultados positivos em 2018. O consumo de tonner aumentou porque a redução da pauta de distribuição em 2017 foi rigorosa (cerca de 50%) e esgotou as reservas.

O controle de água e esgoto é feito por valor pago, pois o consumo desse recurso pela empresa não é em escala industrial, apenas uso doméstico. Já a energia elétrica, além do orçamento, tem os kwh acompanhados por serem fator determinante do inventário de emissão de gás carbônico. A maior queda do consumo de energia elétrica se deu em 2016, quando implantada a gestão dos principais prédios dos Correios. Nos últimos anos, o consumo tem se mantido estável com leve decréscimo. Em 2019, existe a perspectiva de melhora no consumo de energia elétrica devido à seleção, por chamamento público em 2018, de um projeto dos Correios pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Serão substituídas cerca de oito mil lâmpadas ineficientes e tecnologicamente defasadas por quatro mil lâmpadas tipo LED, energeticamente eficientes, no Complexo de Cartas e Encomendas dos Correios da cidade de Belo Horizonte (MG).

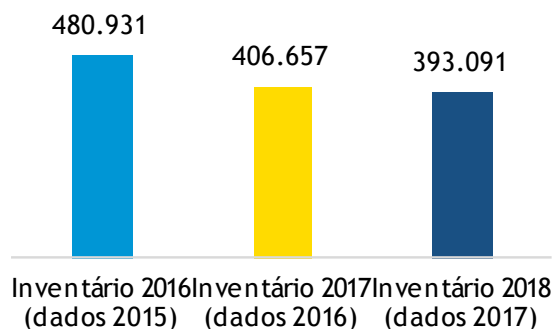
A Coleta Seletiva Solidária beneficiou quase 1.500 catadores de materiais reciclados, pessoas em situação de vulnerabilidade social. Uma ação alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Redução de resíduos poluentes

A atividade postal não gera resíduos poluentes significativos, sendo a frota de veículos sua principal fonte de poluentes.

A principal contribuição voluntária de mitigação dos resíduos poluentes dos Correios é o programa de gestão das emissões de gás carbônico. O inventário de 2018 mostra uma redução de mais de 13 mil toneladas em relação ao ano anterior, o que gera uma economia de quase 24 milhões em apenas um ano. Os principais fatores foram a diminuição no consumo de energia elétrica, viagens a trabalho e otimização do modal aéreo nas rotas postais.

Programa de Gestão das Emissões de Gás Carbônico (t)



Os Correios são um importante agente de sustentabilidade, graças a abrangência nacional, capacidade logística, volume de negócios e número de empregados.

Benefícios da coleta seletiva solidária

36 mil árvores preservadas



178 milhões de litros de água economizados na produção de papel reciclado



1.814 toneladas de papel reciclado



1.412 catadores beneficiados



Capítulo 5 – Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17 Reclassificado	31/12/18	31/12/17 Reclassificado
Circulante		3.608.585	3.236.657	3.643.426	3.265.227
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14.534	6.755	83.758	124.872
Aplicações	7	817.584	340.692	782.161	249.458
Contas a Receber	8	2.427.977	2.465.208	2.427.977	2.465.208
Estoques	9	33.556	53.197	33.556	53.197
Outros Valores e Bens	10	314.934	370.805	315.974	372.492
Créditos com pessoas ligadas	10.1	1.431	47.323	1.431	47.323
Adiantamentos	10.2	117.255	95.917	117.255	95.917
Impostos e encargos sociais a compensar	10.3	164.697	195.135	165.737	196.822
Cobrança jurídica/inadimplência	10.4	10.663	2.683	10.663	2.683
Outros créditos	10.5	20.888	29.747	20.888	29.747
Não circulante mantido para venda	11	17.406	-	17.406	-
Terrenos mantidos para venda		26.330	-	26.330	-
Prédios mantidos para venda		117	-	117	-
(-) Depreciação Acumulada – Prédios mantidos para venda	(5)	-	-	(5)	-
(-) Perda ao valor recuperável	(9.036)	-	-	(9.036)	-
Não Circulante		9.897.950	10.223.561	9.863.121	10.194.998
Realizável a Longo Prazo		2.780.639	2.945.793	2.779.568	2.944.804
Aplicações	7	324.297	648.509	324.297	648.509
Outras Aplicações - VJORA	12.1.1	6.995	4.410	6.995	4.410
Tributos Diferidos	20.1.1	464.604	580.782	464.604	580.782
Depósitos Jud., Rec. e Administrativos	12.2	118.337	114.915	118.337	114.915
Tributos a Compensar	12.3	1.861.392	1.591.408	1.861.392	1.593.408
Outros	12.4	5.014	3.769	3.943	2.780
Investimentos	13	642.152	718.692	608.394	691.118
Imóveis Mantidos Para investimento	13.1.1	669.930	696.377	669.930	696.377
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis Mantidos Para Investimento	(7.344)	-	(6.218)	(7.344)	(6.218)
(-) Perda ao Valor Recuperável	(55.185)	-	(34)	(55.185)	(34)
Museu Correios		993	993	993	993
Correiospar	13.2	33.758	27.574	-	-
Imobilizado	14	6.406.654	6.469.857	6.406.654	6.469.857
Imóveis		5.561.142	5.541.580	5.561.142	5.541.580
(-) Depreciação Acumulada	(456.383)	-	(398.372)	(456.383)	(398.372)
(-) Perda ao Valor Recuperável	(50.926)	-	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.274.435	3.227.315	3.274.435	3.227.315
(-) Depreciação Acumulada	(1.921.614)	-	(1.849.740)	(1.921.614)	(1.849.740)
Intangível	15	68.505	89.219	68.505	89.219
Softwares		389.852	367.238	389.852	367.238
(-) Amortização	(321.347)	-	(278.019)	(321.347)	(278.019)
TOTAL DO ATIVO		13.523.941	13.460.218	13.523.953	13.460.225

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
Circulante		4.580.203	4.450.098	4.580.215	4.450.105
Fornecedores	16.1	968.581	747.272	968.581	747.272
Salários e Consignações	16.2	1.306.986	1.373.283	1.306.986	1.373.283
Encargos Sociais	16.3	235.089	240.293	235.089	240.293
Impostos e Contribuições	16.4	154.077	157.840	154.089	157.847
Arrecadações e Recebimentos	16.5	42.305	47.519	42.305	47.519
Adiantamentos de Clientes	16.6	21.656	6.427	21.656	6.427
Contas Internacionais a Pagar	16.7	95.367	85.774	95.367	85.774
Precatórios	16.8	129.728	87.944	129.728	87.944
Apropriação por Competência - Patrocinadas/Mantidas	16.9	98.864	110.930	98.864	11.930
Empréstimos e Financiamentos	16.10	181.694	182.647	181.694	182.647
Participação nos Lucros e Resultados	16.11	-	26.384	-	26.384
Receitas a Apropriar	16.12	28.495	20.474	28.495	20.474
Benefício Pós-Emprego	17.1	542.681	522.028	542.681	522.028
Obrigações Financeiras a Pagar	16.13	334.287	344.649	334.287	344.649
Convênio Postal Saúde	16.14	212.839	320.002	212.839	320.002
Obrigações Trabalhistas	17.5	159.831	124.197	159.831	124.197
Outros Débitos	16.15	67.723	52.435	67.723	52.435
Não Circulante		8.689.024	8.850.630	8.689.024	8.850.630
Empréstimos e Financiamentos	16.10	363.388	545.082	363.388	545.082
Benefício Pós-Emprego	17.1	6.589.218	6.318.816	6.589.218	6.318.816
Passivos Contingentes	17.2	337.013	385.618	337.013	385.618
Tributos a Compensar	17.3	-	13.374	-	13.374
Tributos Diferidos	17.4 e 20.1.2	473.526	477.484	473.526	477.484
Precatórios	16.8	39.243	31.128	39.243	31.128
Obrigações Financeiras a Pagar	16.13	-	282.104	-	282.104
Obrigações Trabalhistas	17.5	879.900	797.024	879.900	797.024
Outros	17.6	6.736	-	6.736	-
Patrimônio Líquido		254.714	159.490	254.714	159.490
Capital	18.1	3.222.700	3.179.458	3.222.700	3.179.458
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	18.2	180.758	-	180.758	-
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	18.3	4.375.771	4.458.305	4.375.771	4.458.305
Bens imóveis	18.3.1	4.359.967	4.458.305	4.359.967	4.458.305
Mantidos para venda	18.3.2	15.804	-	15.804	-
Outros Resultados Abrangentes-ORA	18.4	(4.984.061)	(4.762.853)	(4.984.061)	(4.762.853)
Prejuízos Acumulados	18.5	(2.540.454)	(2.715.420)	(2.540.454)	(2.715.420)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.523.941	13.460.218	13.523.953	13.460.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	19.1	18.175.857	17.336.885	18.175.857	17.336.885
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	19.2	(15.679.112)	(16.049.141)	(15.679.112)	(16.049.141)
LUCRO BRUTO		2.496.745	1.287.744	2.496.745	1.287.744
Despesas com Vendas/Serviços	19.3	(117.667)	(211.715)	(117.667)	(211.715)
Despesas Gerais e Administrativas	19.4	(2.512.373)	(3.394.872)	(2.528.658)	(3.398.636)
Resultado de Participação em Controlada	19.5	(14.077)	(964)	-	-
Outras Receitas Operacionais	19.6	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587
Outras Despesas Operacionais	19.7	(2.755)	(92.653)	(2.870)	(92.790)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		31.562	751.127	29.239	748.190
Receitas Financeiras	19.8	626.573	310.887	628.897	313.828
Despesas Financeiras	19.9	(351.500)	(384.655)	(351.501)	(384.659)
RESULTADO FINANCEIRO		275.073	(73.768)	277.396	(70.831)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		306.635	677.359	306.635	677.359
Tributos sobre o lucro	20	(145.586)	(10.051)	(145.586)	(10.051)
Correntes		(12.172)	-	(12.172)	-
Diferidos		(133.414)	(10.051)	(133.414)	(10.051)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		161.049	667.308	161.049	667.308

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	161.049	667.308	161.049	667.308
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício				
Aumento/ redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(237.025)	(441.470)	(237.025)	(441.470)
Aumento/ redução da CSLL relacionada à remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	13.282	31.547	13.282	31.547
Aumento/ redução do valor justo de instrumentos financeiros	2.786	-	2.786	-
Aumento/ redução da CSLL relacionada à variação do valor justo de instrumentos financeiros	(251)	-	(251)	-
Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes	(221.208)	(409.923)	(221.208)	(409.923)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(60.159)	257.385	(60.159)	257.385

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CNPJ 34.028.316/0001-03						
	CAPITAL	ADIAN- TAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESUL- TADOS ACUMU- LADOS	OUTROS RESULTA- DOS ABRANG- ENTES	AJUSTE DAVALIA- ÇÃO PATRIM- ONIAL	TOTAL
2017						
Saldo em 31/12/2016 (Reapresentado)	3.179.458	-	(3.415.777)	(4.352.931)	4.488.380	(100.870)
Aumento de Capital:	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	667.308	-	-	667.308
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(409.922)	-	(409.922)
Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	33.049	-	(33.049)	-
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	33.049	-	(33.049)	-
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	2.974	2.974
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	-	-	2.974	2.974
Saldo em 31/12/2017	3.179.458	-	(2.715.420)	(4.762.853)	4.458.305	159.490
2018						
Aumento de Capital:	43.242	180.758	-	-	-	224.000
- Capitalização de recurso proveniente de AFAC (Nota 18.2)	43.242	-	-	-	-	43.242
- Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 18.2)	-	180.758	-	-	-	180.758
Resultado do período	-	-	161.049	-	-	161.049
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(221.208)	-	(221.208)
Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	26.509	-	(90.697)	(64.188)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	26.508	-	(81.660)	(55.152)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda	-	-	1	-	(9.037)	(9.036)
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	8.163	8.163
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	-	-	9.726	9.726
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda	-	-	-	-	(1.563)	(1.563)
Impacto da adoção inicial do CPC 48	-	-	(12.592)	-	-	(12.592)
Saldo em 31/12/2018	3.222.700	180.758	(2.540.454)	(4.984.061)	4.375.771	254.714

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
Lucro antes do imposto de renda	161.049	667.308	161.049	667.308
<u>Itens de resultado que não interferem no caixa</u>				
Depreciação e amortização	303.990	322.972	303.990	322.972
Resultado de participação em controlada	14.077	964	-	-
Provisões	236.578	(2.433.430)	236.578	(2.433.430)
Despesas de variação patrimonial e perdas	16.719	77.190	16.719	77.190
Receita de variação patrimonial	(133.387)	(141.496)	(133.387)	(141.496)
Atualização de créditos tributários - Imunidade tributária/ Banco Postal	(266.834)	(56.050)	(266.834)	(56.050)
Resultado da alienação de bens	(1.204)	(15.425)	(1.204)	(15.425)
Incentivo financeiro diferido - IFD/ PDI	273.267	1.013.132	273.267	1.013.132
<u>Mutações patrimoniais</u>				
Contas a receber	37.231	(330.522)	37.231	(330.522)
Estoques	19.641	28.060	19.641	28.060
Outros valores e bens	189.258	254.439	189.905	254.031
Realizável a longo prazo	107.778	115.474	107.778	115.474
Fornecedores	221.309	(38.461)	221.309	(38.461)
Salários e consignações	(66.297)	180.974	(66.297)	180.974
Outras obrigações	(819.055)	(425.698)	(818.968)	(427.090)
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	294.120	(780.569)	280.777	(783.333)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital - Correiospar	(20.262)	-	-	-
Aplicações financeiras	(152.679)	1.047.758	(208.491)	464.769
Adições de ativo imobilizado	(199.024)	(265.469)	(199.024)	(265.469)
Adições de ativo intangível	(24.041)	(18.663)	(24.041)	(18.663)
Baixas do ativo imobilizado	1.559	5.568	1.559	5.568
Baixas das propriedades para investimento	-	5.301	-	5.301
Bens sucateados	2.565	-	2.565	-
Perda por Impairment	64.188	-	64.188	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(327.694)	774.495	(363.244)	191.506
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	224.000	-	224.000	-
Empréstimos e Financiamentos	(182.647)	5.806	(182.647)	5.806
Caixa originado nas atividades de financiamento	41.353	5.806	41.353	5.806
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	7.779	(268)	(41.114)	(586.021)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício	6.755	7.023	124.872	710.893
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício	14.534	6.755	83.758	124.872

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

I	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
1	RECEITAS	19.034.794	21.170.765	19.048.871	21.171.729
1.1	Receitas Operacionais	18.885.526	17.997.274	18.885.526	17.997.274
1.2	Perda/ Reversão de Credito de Liquidação Duvidosa	(18.344)	10.868	(18.344)	10.868
1.3	Outras Receitas Operacionais	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587
1.4	Resultado de Participação em Controlada	(14.077)	(964)	-	-
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.804.904	5.610.665	5.818.737	5.612.377
2.1	Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	5.538.866	5.175.228	5.538.866	5.175.228
2.2	Serviços Adquiridos de Terceiros	14.096	18.674	27.755	20.104
2.3	Propaganda e Comunicação	15.511	17.301	15.584	17.354
2.4	Utilidades e Serviços	38	34	139	263
2.5	Provisões diversas	236.393	399.428	236.393	399.428
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	13.229.890	15.560.100	13.230.134	15.559.352
4	RETENÇÕES	304.022	322.972	304.022	322.972
4.1	Depreciação/Amortização	304.022	322.972	304.022	322.972
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	12.925.868	15.237.128	12.926.112	15.236.380
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	626.573	310.888	628.897	313.828
6.1	Receitas Financeiras	626.573	310.888	628.897	313.828
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		13.552.441	15.548.016	13.555.009	15.550.208
II	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	10.522.678	11.786.706	10.524.757	11.788.469
7.1	Salários, Honorários e Benefícios	9.925.040	11.167.201	9.926.994	11.168.867
7.2	Encargos Sociais	597.638	619.505	597.763	619.602
8	REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.362.929	2.678.521	2.363.413	2.678.917
8.1	INSS	1.502.476	1.662.003	1.502.837	1.662.282
8.2	Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	848.281	1.016.518	848.404	1.016.635
8.3	Contribuição Social (Tributo corrente)	12.172	-	12.172	
9	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	505.785	415.481	505.790	415.514
9.1	Aluguéis, Juros, Variação Cambial	501.024	409.593	501.025	409.622
9.2	Outras Remunerações a Terceiros	4.761	5.888	4.765	5.892
10	REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	161.049	667.308	161.049	667.308
10.1	Lucro/Reserva Retidos	161.049	667.308	161.049	667.308
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO		13.552.441	15.548.016	13.555.009	15.550.208

Notas Explicativas

Nota - 1 Informações gerais

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nos 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pelos Núcleos de Governança, Estratégico, Corporativo e de Negócios.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento,

expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/1978.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios para atuação como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupanças, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do objeto social, a Empresa constituiu

em 2014, a Correiospar, sociedade por ações, subsidiária integral dos Correios, que pode criar, instalar e suprir sucursais, filiais, agências, representações e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável. Contudo, até 2018, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias. Entretanto, há planos estratégicos para os próximos exercícios, conforme disposto na nota 1.2.

1.1 - Pressupostos de Continuidade dos Correios

Em razão dos resultados obtidos nos últimos exercícios, a Empresa tem adotado medidas com o intuito de reverter a atual situação econômico-financeira. Uma dessas medidas foi a revisão do Planejamento Estratégico, estabelecido para o período de 2017 a 2022, que tem por objetivo: focar na melhoria de rentabilidade no curto prazo, por meio de iniciativas imediatas de redução de custo e melhoria na gestão; melhorar processos e tecnologia, visando aumentar produtividade e crescer em negócios emergentes, acelerando o crescimento intensivo dos negócios e investir seletivamente em serviços inovadores.

Em alinhamento à estratégia instituída, os objetivos pactuados foram desdobrados visando detalhar as metas e direcionar os esforços para o atingimento das finalidades pretendidas, resultando em um portfólio de iniciativas estratégicas, destacando-se:

- a. adequar a força de trabalho ao novo modelo operacional, visando o aumento da produtividade e redução dos custos;
- b. implantar Centros de Serviços Compartilhados (CSC) com vistas à redução de custos operacionais, aumento dos níveis de serviço e produtividade;
- c. rever níveis de serviços postais e critérios de universalização;
- d. automatizar o tratamento de encomendas, aumentando a capacidade produtiva;
- e. definir modelo de precificação;
- f. capturar potencial adicional nos mercados atuais;
- g. oferecer soluções integradas de logística;
- h. desenvolver ofertas de soluções

integradas de logística e encomendas para grandes clientes e fortalecer o modelo de e-f fulfillment para atender os clientes de e-commerce;

i. investir em novas oportunidades de negócios;

j. criar soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente;

k. otimizar o modelo de atuação, seja de canais, transportes e/ou distribuição;

l. implantar o Planejamento de Vendas e Operação e implementar um centro de controle, visando criar maior sinergia entre vendas e operações e aumentar a visibilidade do desempenho da operação;

m. remodelar a rede de distribuição, maximizando a relação custo-benefício e a eficiência de entrega;

n. implementar um Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária, com o objetivo de identificar oportunidades de ganhos rápidos e gerenciar os imóveis, visando a otimização dos ativos dos Correios;

o. reduzir as despesas aplicando a metodologia Orçamento Base Zero - OBZ;

p. implantar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e a produtividade; e

q. implantar Programa de Excelência Operacional, alinhado à Estratégia Correios, visando a disseminação de uma cultura de melhoria contínua em todos os processos organizacionais.

1.2 - Parceria estratégica

Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a celebração de um memorando de entendimentos entre os Correios, a Correiospar e uma companhia aérea para a criação de uma joint venture na qual os Correios deterão a participação de 49,99% e a companhia 50,01%.

O memorando de entendimentos foi submetido à aprovação das autoridades brasileiras e órgãos governamentais, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que, em fevereiro de 2019, aprovou o ato de concentração referente à criação da joint venture para prestação de serviços de transporte de carga e malas postais por via aérea e terrestre, em âmbito nacional.

Nota - 2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 - Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, essa Demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com Demonstrações Financeiras exigidas por lei.

Este é o primeiro conjunto de Demonstrações Financeiras anuais dos Correios após a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As principais mudanças

de políticas contábeis advindas dessa adoção estão descritas na nota 4.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva dos Correios em 13 de março de 2019. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações Financeiras, contudo os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o Real como moeda funcional para elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das Demonstrações Financeiras, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira será reconhecido em contrapartida à aquisição em andamento até que esta operação esteja em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.4 - Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis nota 3.

2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As revisões das estimativas são efetuadas anualmente, com os reflexos reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As principais estimativas aplicadas

com impacto relevante nas Demonstrações Financeiras são:

a. Perdas Esperadas de Crédito Liquidação Duvidosa - PECLD

As perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerando evidências objetivas de perdas que incluem: risco de não recebimento classificado por prazo de vencimento e situações de dificuldades financeiras significativas do cliente. A nota 4.2 apresenta o modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo da imparidade dos ativos.

b. Provisões para contingências

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal das operações, nos quais as premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são estimadas a partir da análise da Administração em conjunto com a área jurídica. Contudo, alterações em tendências de decisões ou jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas à provisão para contingências.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 17.2.

c. Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria da modalidade benefício definido e os planos de assistência à saúde dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - é estabelecida ao final de cada exercício, pela área financeira da Empresa com base nas futuras saídas estimadas de caixa, necessárias para liquidar as obrigações com os planos de previdência complementar e saúde, em consonância com a legislação vigente.
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço, dos serviços de assistência médico-hospitalar.

Essas e outras estimativas são revisadas

anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 17.1.1.17.

d. Créditos Tributários Diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, o qual considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Estas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. Devido ao histórico da rentabilidade não ter se concretizado durante os últimos três exercícios, a Empresa reverteu o valor do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na nota 20.1.

e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Anualmente a Empresa realiza uma avaliação quanto a existência de imóveis classificados no imobilizado e em propriedade para investimento com indicativos de perda a constituir ou reverter, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de impairment. Contudo, qualquer desvio na análise dos indicativos estabelecidos, poderá comprometer a evidenciação do valor patrimonial e resultado da Empresa. Para maiores detalhes, ver nota 3.14.2.

2.6 - Reclassificação e reapresentação

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado da Empresa naqueles períodos, conforme apresentado à seguir.

2.7 - Impacto da reclassificação sobre o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17 Reclassificado	31/12/18	31/12/17 Reclassificado
Circulante		3.608.585	3.236.657	3.643.426	3.265.227
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14.534	6.755	83.758	124.872
Aplicações	7	817.584	340.692	782.161	249.458
Contas a Receber	8	2.427.977	2.465.208	2.427.977	2.465.208
Estoques	9	33.556	53.197	33.556	53.197
Outros Valores e Bens	10	314.934	370.805	315.974	372.492
Créditos com pessoas ligadas	10.1	1.431	47.323	1.431	47.323
Adiantamentos	10.2	117.255	95.917	117.255	95.917
Impostos e encargos sociais a compensar	10.3	164.697	195.135	165.737	196.822
Cobrança jurídica/inadimplência	10.4	10.663	2.683	10.663	2.683
Outros créditos	10.5	20.888	29.747	20.888	29.747
Não circulante mantido para venda	11	17.406	-	17.406	-
Terrenos mantidos para venda		26.330	-	26.330	-
Prédios mantidos para venda		117	-	117	-
(-) Depreciação Acumulada – Prédios mantidos para venda		(5)	-	(5)	-
(-) Perda ao valor recuperável		(9.036)	-	(9.036)	-
Não Circulante		9.897.950	10.223.561	9.863.121	10.194.998
Realizável a Longo Prazo		2.780.639	2.945.793	2.779.568	2.944.804
Aplicações	7	324.297	648.509	324.297	648.509
Outras Aplicações - VJORA	12.1.1	6.995	4.410	6.995	4.410
Tributos Diferidos	20.1.1	464.604	580.782	464.604	580.782
Depósitos Jud., Rec. e Administrativos	12.2	118.337	114.915	118.337	114.915

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
CNPJ 34.028.316/0001-03			
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		
	31/12/2017 Reclassificado	Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado
Lucro líquido do exercício	667.308		667.308
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	(780.570)		(780.570)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	(293.554)	1.341.312	1.047.758
Demais atividades de investimento	(273.234)		(273.263)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(566.788)		774.495
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	5.806		5.806
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.341.580)	1.341.312	(268)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício	1.689.027	(1.682.004)	7.023
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício	347.447	(340.692)	6.755

2.7.1 - Reclassificação das aplicações do grupo caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa de 2017 estão sendo reclassificados de forma que os mesmos espelhem somente os equivalentes de caixa que atendam às definições do CPC 03(R2) sendo a principal delas a pronta conversibilidade sem mudança de valor e de curtíssimo prazo.

2.7.2 - Reclassificação do montante repassado à Postal Saúde a título de ativo garantidor do grupo “Convênio Postal Saúde” no ativo não circulante realizável a longo prazo para o grupo “Convênio Postal Saúde” no passivo circulante

O montante de R\$ 100.000, repassado pelos Correios à título de garantia para as obrigações com os prestadores de serviço da operadora foram reclassificados do ativo para o passivo circulante com o objetivo de demonstrar o valor líquido da obrigações da Empresa com a Postal Saúde em relação ao valor devido referente ao serviço saúde.

2.7.3 - Impacto da reclassificação dos valores registrados em “Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas” para “Convênio Postal Saúde” no passivo circulante

Em 2018 foi realizada a avaliação na metodologia de reconhecimento da obrigação dos Correios referente ao plano de saúde. Após essa análise verificou-se que os valores correspondentes aos eventos faturados contidos na prestação de contas da Postal Saúde, antes registrados no grupo “Apropriação por competência - Patrocinadas/ Mantidas”, deveriam constar no grupo “Convênio Postal Saúde”.

Nesse sentido, com o objetivo de propiciar a comparabilidade entre os períodos foi realizada a reclassificação, em 31 de dezembro de 2017, do montante de R\$ 328.162 referente aos valores faturados informados na prestação de contas enviada pela Postal Saúde em dezembro/2017 da conta “Apropriação por competência - Patrocinadas/ Mantidas” para a conta “Convênio Postal Saúde”.

2.8 - Impacto da reclassificação sobre a Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Item- Nota	31/12/2017 Publicado	Controladora	
			Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		(15.984.574)	(64.567)	(16.049.141)
Superávit PostalPrev	6.2.1	-	(64.567)	-
Lucro Bruto		1.352.311	(64.567)	1.287.744
Despesas Gerais e Administrativas		(556.555)	(2.838.317)	(3.394.872)
Superávit PostalPrev		-	64.567	-
Reversão do custo do serviço passado – CorreiosSaúde	6.2.2	-	(2.902.883)	-
Outras Receitas		(260.704)	2.902.883	3.163.587
Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde		-	2.902.883	-

2.8.1 - Impacto da reclassificação dos valores correspondentes ao superávit do plano PostalPrev de “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” para “Despesas Gerais de administrativas”

A reclassificação da parcela do superávit do plano PostalPrev em Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados tem por objetivo

consolidar as provisões pós-emprego no grupo Despesas Gerais e Administrativas.

2.8.2 - Impacto da reclassificação da reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de “Despesas Gerais e Administrativas” para “Outras Receitas”

² A movimentação da Reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de Despesas Gerais e Administrativas para Outras Receitas visa permitir a melhor comparabilidade das despesas entre os exercícios de 2017 e 2018.

Nota - 3 Resumo das principais práticas e políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras dos Correios e da controlada Correiospar são compatíveis com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores. A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

O impacto da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita do Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que entraram em vigor em janeiro de 2018, estão evidenciados na nota 4. Em relação ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que somente entrará em vigor em janeiro de 2019, a demonstração dos prováveis impactos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, sujeitas a mudanças em razão das análises em andamento, está detalhada na nota 3.26.

3.1 - Demonstrações Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as informações dos Correios, da subsidiária integral - Correiospar, bem como dos fundos de investimentos exclusivos junto à BB DTVM (BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Caixa Econômica Federal - CEF.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, eliminadas as operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

3.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

3.3 - Classificação dos ativos e passivos entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos, com exceção da contribuição social diferida e dos direitos a receber da controlada Correiospar, são classificados no circulante quando a realização ou liquidação ocorrerá no prazo de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. Todos os demais ativos e passivos, inclusive a contribuição social diferida e direitos a receber da controlada, são classificados no ativo não circulante.

3.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos nas demonstrações individuais são representados por numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Nas demonstrações consolidadas, são acrescidos ao grupo, os valores correspondentes ao caixa e às operações compromissadas das aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

3.5 - Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos e Comum da Controladora e Controlada, classificadas como valor justo por meio do resultado, compostas, principalmente, por investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Na con-

solidação, são deduzidos do grupo Aplicações, em contrapartida ao grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, os valores correspondentes ao caixa e operações compromissadas dos Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

3.6 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Os percentuais para constituição da PECLD são revisados anualmente e o valor ajustado trimestralmente com base em percentuais esperados de perda estabelecidos por classe de vencimento e pela dificuldade financeira significativa dos clientes.

3.7 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

3.8 - Adiantamentos

Estão representados, principalmente, por adiantamentos de férias concedidos aos empregados e contas a receber de empregados cedidos a órgão públicos.

3.9 - Convênio Postal Saúde - Ativo/ Passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados da ECT, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais. Destaca-se que, conforme decisão do

TST em dissídio coletivo dos Correios, o plano CorreiosSaúde I permanecerá ativo até 31 de julho de 2019, podendo os beneficiários migrarem para um novo plano a ser constituído pela Postal Saúde com regras distintas.

Até 2017, o custeio das despesas com o plano de saúde era realizado na proporção de 93% para a Empresa e 7% para os empregados. Com o julgamento de dissídio coletivo, no dia 12 de março de 2018, pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, o compartilhamento das despesas com saúde a partir de 18 de abril de 2018 passou a ser 70% para os Correios e até 30% para os empregados e dependentes legais, que passaram a pertencer ao plano CorreiosSaúde II. Os pais dos empregados ativos e aposentados foram mantidos no plano CorreiosSaúde I, com os percentuais de custeio anterior.

Mensalmente, os Correios efetuam repasses à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde. Os repasses são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

3.10 - Ativos não circulantes mantidos para venda

São classificados neste grupo, todos os imóveis que a Empresa tenha a intenção de usufruir dos benefícios econômicos gerados com a venda do bem, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- a. a Administração aprovou formalmente a intenção de vender o bem nos próximos doze meses;
- b. o bem encontra-se desocupado, estando em condições de ser entregue, imediatamente após a realização da venda ao possível comprador;
- c. o bem foi avaliado e aplicado o teste de impairment; e
- d. houve a publicação do edital de licitação, iniciando a procura pelo provável comprador.

3.11 - Investimentos

3.11.1 - Participações societárias

O investimento na controlada Correiospar

está avaliado pelo método de equivalência patrimonial na Demonstração Financeira individual dos Correios, tomando como base, o patrimônio líquido da investida na data do balanço. Dividendos recebidos, devido à apuração de lucro na investida, são reconhecidos em redução ao investimento efetuado pelos Correios. Contudo, na Demonstração Financeira Consolidada o investimento na controlada é eliminado integralmente.

As Demonstrações Financeiras da investida, base para avaliação do investimento, são elaboradas no mesmo período de divulgação das Demonstrações dos Correios.

3.11.2 - Propriedades para investimento

Esse grupo é composto por imóveis mantidos para renda ou para valorização do capital, cujo reconhecimento tem por base o custo histórico deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação desses imóveis é calculada mensalmente pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual.

Considerando a grande quantidade de imóveis da ECT em todo território nacional e a pequena

expectativa de variação da vida útil econômica e dos valores residuais dos imóveis, a cada cinco anos, quando da avaliação da carteira imobiliária, esses indicadores são revistos e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

Com base na opção exercida pela Empresa na adoção das normas internacionais de contabilidade, os imóveis foram avaliados ao valor justo para a adoção do custo atribuído, sendo este o resultado da diferença entre o custo histórico e o valor justo, quando o último foi maior.

Os imóveis próprios são classificados como propriedades para investimento nas seguintes situações:

- a. cedidos/alugados: quando mais de 50% da área edificada está ocupada por terceiros.
- b. desocupados: quando mais de 50% da propriedade está ocupada por terceiros em processos de desocupação ou não estão em uso.

Uma propriedade para investimento pode ser transferida para o imobilizado quando o imóvel for utilizado na atividade operacional da empresa ou para o ativo não circulante mantido para venda, quando há intenção clara de venda pela empresa.

3.11.3 - Museu - Correios

Os investimentos no museu dos Correios são avaliados pelo custo histórico.

3.12 - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

A Empresa utiliza o método de depreciação linear, definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, a qual é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceção feita aos terrenos, pois não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens móveis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e dos bens imóveis, a cada cinco anos, conforme explanado no item propriedade para investimento e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais equipamentos de proc. de dados	5 anos	7 anos
Computador e Impressora	5 anos	6 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	15 anos
Motocicletas	4 anos	7 anos
Veículos leves – Carga até 1.000 Kg	5 anos	8 anos
Veículos leves – Carga acima 1.000 Kg	4 anos	9 anos
Veículos motorizados pesados	4 anos	11 anos
Veículos não motorizados	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	15 anos
Ferramentas e instrumentos	10 anos	5 anos

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto sejam auferidos pela Empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação e o tempo de vida útil da benfeitoria no bem.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhe-

cidos em outras receitas/despesas operacionais na Demonstração do Resultado.

3.13 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear em relação à vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

A vida útil econômica e possíveis valores residuais de softwares são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

3.14 - Avaliação do valor recuperável dos ativos

3.14.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente, a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente, os valores das PECLD

são ajustados, compostos por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no mínimo trimestralmente, é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes - ORA. Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter impairment no patrimônio líquido.

3.14.2 - Ativos não financeiros

Para os imóveis próprios classificados em propriedades para investimento ou no imobilizado, anualmente é verificado se existe indicativo de perda a constituir ou a reverter com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo, procede-se à avaliação do bem para aplicação do teste de impairment a fim de manter o bem ao seu valor recuperável.

Independentemente dos indicativos, a Empresa tem por diretriz avaliar a cada cinco anos toda a carteira de imóveis, para garantir a confiabilidade da base de indicativos de perda e a adequada evidenciação do valor recuperável dos imóveis, bem como a revisão da vida útil econômica e valor residual desses.

Em 2018, foram identificadas perdas que foram reconhecidas conforme disposto nas notas 11, 13 e 14.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares), considera-se que o reconhecimento mensal da depreciação/amortização dos bens, com base na vida útil econômica, é suficiente para manter esses registrados ao valor recuperável.

Com relação ao investimento na Correiospar, a Empresa mantém o valor contábil ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

3.15 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

3.16 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada mas não faturada (accruals), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é

praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

3.17 - Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços, o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade se aplica tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribu-

nal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos da assessoria jurídica contratada, decidiu reconhecer no balanço de 2016 os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e desreconhecer os créditos e obrigações diferidos deste imposto. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos e protocolizados, em 2017, protestos judiciais para o PIS e COFINS, a fim de interromper os prazos prescricionais destas contribuições.

Seguindo a decisão da Diretoria Executiva, desde 2017, a base de cálculo para o Imposto de Renda não é apurada e nem divulgada nas Demonstrações Financeiras.

No exercício de 2018, a Empresa iniciou o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Neste mesmo exercício, ocorreu o julgamento no âmbito do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, de 3 processos de restituição do Imposto de Renda pago indevidamente no 1º, 2º e 3º trimestres de 2011, cujos Acórdãos

foram proferidos por unanimidade de votos a favor dos Correios, sem interposição de recurso pela PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo: Acórdão 1302003.203 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária referente ao 1º trimestre de 2011, Acórdão 1301003.443 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 2º trimestre de 2011 e o Acórdão 1401002.727 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 3º trimestre de 2011. Os processos administrativos julgados totalizam o valor original de R\$ 166,8 milhões, os quais atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2018 constituem o montante de R\$ 293,4 milhões.

O quadro a seguir representa os efeitos no Ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no Patrimônio Líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

Reflexos – Imunidade Tributária Balanço Patrimonial				
	2017	Efeitos - Imunidade	Movimentação - 2018	2018
Ativo	1.453.916	166.369	169	1.621.604
IR sobre aplicações financeiras	2.552	(1.150)	169	169
Imunidade tributária	1.453.916	167.519	-	1.621.435
Crédito a Recuperar IRPJ – Imunidade Tributária	849.606	91.077	-	940.683
Crédito a Recuperar PIS/COFINS – Imunidade Tributária	604.310	76.442	-	680.752
Patrimônio Líquido	747.035	166.369	-	913.404
Reversão de IR Diferido Passivo	1.290.725	-	-	1.290.725
Reversão de IR Diferido Ativo	(1.997.606)	-	-	(1.997.606)
Atualização monetária sobre Créditos a Recuperar IR/PIS/COFINS	1.453.916	166.369	-	1.620.285

Os impactos, no resultado de 2018, foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

3.17.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9%, com base nas leis e nos norma-

tivos tributários promulgados na data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Desta forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas Demonstrações Financeiras.

3.17.2 - Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

O uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível. Quanto as ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, o reconhecimento é realizado observando o histórico de rentabilidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL é revisado a

cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

3.18 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal - UPU, as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal a outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela Administração Postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal. Em resumo, a prestação de

contas confronta os valores a receber e a pagar de cada correio (Administração Postal), apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela Administração Postal Devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, os recebimentos e pagamentos reconhecidos das Demonstrações Financeiras são efetuados com base na moeda funcional da Empresa, conforme nota 2.2.

Trimestralmente é reconhecida uma perda esperada de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das Administrações Postais Devedoras que, após prestação de contas, foram comunicadas do débito e, decorrido um ano, ainda não efetuaram o pagamento.

3.19 - Provisões e passivo contingente

3.19.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando há probabilidade de utilização de benefícios econômicos futuros para liquidação de

uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, as quais são provisionadas quando avaliadas com risco de perda provável. A avaliação do valor e grau de risco dos processos é efetuada pela Administração com o apoio da área jurídica, considerando as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e o andamento dos processos.

O valor das provisões é atualizado mensalmente pelos índices da justiça, conforme natureza do processo, contudo estas obrigações não são ajustadas a valor presente, considerando não haver estimativas confiáveis para efetuar tal ajuste.

3.19.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são

evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 17.2.2.1.

3.20 - Obrigações financeiras a pagar

Em face do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados em receita a apropriar foram atualizados monetariamente para corrigir e estabelecer os custos gerados com a resilição. Assim, considerando que os custos gerados com o distrato foram condicionados à assinatura de um novo contrato que enseja aumento na receita com o serviço do Banco Postal, o reconhecimento desses custos no resultado foram diferidos no mesmo período de duração do novo contrato (30 meses).

Contudo, em dezembro de 2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente - Banco Postal, estendendo junto ao Banco do Brasil o período dos serviços prestados pelo Banco Postal, bem como o prazo para o pagamento da última parcela para 36 meses, os valores de atualização provenientes do saldo remanescente a pagar foram novamente diferidos em 36 meses.

Assim, as obrigações financeiras a pagar foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo da obrigação, líquido dos custos gerados com a resilição contratual e, subsequentemente, foram mensuradas pelo custo amortizado e atualizadas com base no método de juros efetivos, sendo esses apropriados para o resultado em despesas financeiras com o transcurso do tempo, em observância ao regime de competência.

3.21 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de compe-

tência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.22 - Benefícios a empregados

3.22.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

a. Participação nos lucros e resultados - PLR

Quando aplicável, os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início do ano, efetuam o pagamento de participações nos lucros e

resultados anuais aos empregados e dirigentes.

Com relação à PLR dos empregados, mensalmente, é constituída pela Empresa, na incidência de lucro no período, quando não absorvidos por prejuízos acumulados, uma obrigação a pagar no passivo correspondente a 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, não podendo o montante final a pagar exceder 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

Desde o exercício de 2017, a Empresa vem auferindo lucro no exercício, contudo, conforme estabelece a legislação societária (art. 189 da Lei nº 6.404/1976), do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para a CSLL. Dessa forma, o lucro apurado foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados não será distribuído aos empregados, nem ao acionista.

3.22.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de

aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

A ECT é patrocinadora de dois planos de previdência: Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano de Contribuição Variável (PostalPrev), que têm por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes. Os planos são administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalís. A Empresa também é patrocinadora e mantenedora dos planos de assistência à saúde dos seus empregados e respectivos dependentes, sendo o plano mantido aos empregados aposentados que permaneceram no quadro funcional da Empresa pelo período mínimo de dez anos, com benefício extensivo aos dependentes, conforme critérios estabelecidos.

Os planos PBD e de saúde são classificados na modalidade de benefício definido (BD) e o plano PostalPrev na modalidade de contribuição variável, na qual apresenta características de contribuição definida (CD) para os benefícios programados (aposentadoria nor-

mal e antecipada) e de benefício definido (BD) para os benefícios de risco (auxílio doença, invalidez, pecúlio pensão por morte e renda vitalícia).

Para a parcela do Plano PostalPrev correspondente à contribuição definida, a obrigação da Empresa restringe-se à contribuição mensal, que corresponde a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a esse plano.

No entanto, para a parcela do PostalPrev correspondente ao benefício definido, bem como para os planos BD e de saúde, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nesses planos, a responsabilidade das obrigações atuariais é remensurada anualmente por atuário independente para o devido reconhecimento de déficit ou superávit atuariais nas Demonstrações Financeiras dos Correios, na proporção da participação da Empresa no plano.

Essa remensuração é baseada no método de crédito unitário projetado, utilizando-se premissas atuariais que incluem variáveis demográficas, econômicas e financeiras. A obrigação é calculada a valor presente e deduzida dos

ativos justos dos planos, se houver, para fins de reconhecimento contábil. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas, quando incorridas, da seguinte maneira:

a. custo do serviço e juros líquidos no resultado do exercício; e

b. remensurações, em Outros Resultados Abrangentes.

O plano Postalprev apresenta superávit, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro.

Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 09/2016, compete à Diretoria Executiva da Empresa aprovar as premissas atuariais julgadas mais adequadas para utilização nos cálculos atuariais das obrigações pós-emprego atinentes à parcela de benefício definido (BD) dos planos previdenciários, comparando as

premissas definidas pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) com os resultados dos testes de aderência realizados por meio do atuário responsável pela mensuração da obrigação atuarial, bem como aprovar as premissas econômico-financeiras definidas com base em estudos efetuados pela ECT e pela Postal Saúde.

Nesses termos, uma das principais premissas aprovadas pela Diretoria da Empresa foi a política de custeio do plano de saúde a ser utilizada no cálculo da obrigação atuarial de benefício pós-emprego, na qual, apesar do rateio dos custos do plano de saúde na proporção de 30% para os empregados e 70% para os Correios, conforme decisão do TST, vigorar somente pelo período do dissídio (até agosto de 2019), por prudência, a Empresa optou por aplicar esse percentual no exercício de 2017 na projeção da obrigação atuarial pelo período de 48 meses a contar de 2018, tendo em vista que a Resolução CGPAR 23/2018 estabeleceu esse prazo de 48 meses para as empresas estatais adequarem-se às regras da norma. Após esse período, será utilizado o percentual de 50% para os Correios e 50% para os empregados (paridade), conforme limite máximo de contribuição pela patrocinadora definido na Resolução CGPAR 23/2018.

Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado de 2017, em consonância com o item 120 (a) do CPC 33 (R1). O detalhamento dessas movimentações são apresentados na nota 17.1.1.15.

3.22.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada - PDI, no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa requerendo com a sua demissão um Incentivo Financeiro Diferido - IFD a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

3.23 - Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, verificou-se a necessidade de ajustar o valor contábil dos imóveis, até então mantidos ao custo histórico, agregando a esses o valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o saldo residual do bem evidenciado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por empresa contratada.

Assim, o custo atribuído foi adicionado ao valor do imóvel em contrapartida ao subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido - PL. Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo, os tributos diferidos dos valores mantidos no AAP, líquidos dos tributos diferidos.

Trimestralmente, o custo atribuído e os tributos diferidos registrados no PL são realizados em contrapartida à conta de lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído.

3.24 - Outros resultados abrangentes

Os Correios contratam com uma empresa especializada em cálculos atuariais para revisar as obrigações geradas por cada plano de benefício, conforme apresentado na nota 17.1. Dessa forma, com base nas variações ocorridas entre os cálculos do exercício anterior e o atual, de acordo com o relatório atuarial entregue pela empresa contratada, são identificados os ganhos e perdas atuariais gerados no período, sendo esses reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida à obrigação registrada no Passivo.

Adicionalmente, são reconhecidos no ativo em contrapartida à ORA, os tributos diferidos provenientes dos ganhos e perdas atuariais, a fim de evidenciar esse subgrupo líquido dos tributos diferidos, conforme estabelece a legislação contábil.

Além da forma de reconhecimento já descrita, esse grupo também pode ser

afetado pelos efeitos dos planos superavitários no exercício, como é o caso do Postal-Prev, no qual as contribuições normais calculadas com base na folha de pagamento, são superiores à despesa mensurada para o exercício pelo atuário contratado. Dessa forma, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, é deduzido na despesa por meio da conta redutora “superávit Postalprev” em contrapartida ao PL.

3.25 - Receitas de vendas e prestação de serviço

A receita é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela entrega de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios por mensuração confiável. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime contábil de competência.

3.26 - Norma publicada aderente aos Correios ainda não vigente - CPC 06 (R2)

A partir de janeiro de 2019, entram em vigor

as novas regras de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação das operações de arrendamento mercantil, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação CVM nº 787/2017.

Segundo a norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo não circulante em contrapartida ao passivo da empresa pelo valor da obrigação assumida no período do contrato, inclusive observando o prazo de prorrogação ou rescisão contratual, se for provável que ocorram.

No entanto, existem algumas operações de arrendamento nas quais o arrendatário pode isentar-se da aplicação das novas normas. Essas referem-se aos contratos de curto prazo (doze meses) em que não seja provável a prorrogação ou nos quais não haja previsão da opção de compra pelo arrendatário ao final do arrendamento, bem como contratos de baixo valor.

Assim, após analisar as peculiaridades da referida norma com a finalidade de verificar os procedimentos a serem adotados a partir de janeiro de 2019 e respectivos impactos nas

Demonstrações Financeiras, dado ao alto custo da aplicação retrospectiva da norma aos contratos vigentes na data da transição, a ECT optou por aplicar o disposto no item C3 do Pronunciamento Técnico que permite à empresa aplicar a norma somente para os contratos firmados a partir de 2019, mantendo os contratos firmados até 2018 na regras anteriores, ou seja, reconhecer a despesa de aluguel no resultado do exercício, conforme transcurso do tempo.

Dessa forma, considerando que a aplicação da norma será somente para contratos firmados em 2019, não há que se quantificar os impactos da aplicação dessa regra para as Demonstrações Financeiras. Contudo, foi possível observar que a aplicação do CPC 06 (R2) afetará significativamente a composição patrimonial (ativo e passivo) da empresa e o resultado do período, no qual será reconhecida a despesa de depreciação do direito de uso e a despesa de juros transcorridos.

Além disso, haverá um efeito negativo nos indicadores de liquidez da Empresa, uma vez que o direito de uso do bem arrendado será reconhecido no ativo não circulante, mas a obrigação gerada pelo contrato será segregada no passivo circulante e não circu-

lante, respeitando o prazo de exigibilidade do compromisso firmado.

Em relação às operações nas quais a empresa possa figurar como arrendadora do direito de uso, não haverá mudanças nos critérios de reconhecimento e mensuração das operações.

Não existem outras normas (CPC) ou interpretações (ICPC) que ainda não tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo nas Demonstrações Financeiras dos Correios e subsidiária.

Nota - 4 Adoção inicial de novos pronunciamentos

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, os quais foram aprovados pela CVM e passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias abertas, bem como pela ECT, conforme estabelece art. 7º da Lei nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto 8.945/2016.

Embora as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada

das normas, a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, vedou a aplicação antecipada dessas normas conforme trata o item 4.5 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018. Portanto, para os Correios, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48.

Assim, em análise aos impactos gerados com a adoção dessas normas, realizada de acordo com as disposições da aplicação inicial dos Pronunciamentos, verificou-se o seguinte:

4.1 - Receita de contrato com cliente CPC 47

O pronunciamento CPC 47 altera a forma de reconhecimento da receita de contratos com clientes. O princípio básico deste novo pronunciamento é que a entidade deve reconhecer receitas que reflitam a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes pelo valor que a entidade espera receber pelo seu desempenho. Ou seja, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o controle do bem ou o serviço prometido ao cliente, e não mais pela transferência dos riscos e benefícios.

A Empresa avaliou a aplicação da norma e observou a não ocorrência de efeitos significativos nas informações a serem reportadas. Além disso, haveria alto custo para gerar alteração não significativa de informação.

4.2 - Instrumentos financeiros - CPC 48

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, aprovado pela Deliberação CVM 763/16, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros em substituição às regras dispostas no CPC 38, revogado em 1 de janeiro de 2018.

A alteração na nomenclatura de classificação trazida pelo CPC 48 não promoveu impactos quantitativos na forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros na Empresa. Contudo, para os ativos classificados pelo custo amortizado, houve alteração na forma de mensuração do impairment.

Em síntese, a norma proporcionou a modificação da nomenclatura das classificações adotadas de acordo com o modelo de negócio, conforme apresentado a seguir:

CPC 38	CPC 48
Ativo	Ativo
Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado (VJPR)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangente
Passivo	Passivo
Outros passivos pelo custo	Outros passivos pelo custo amortizado

O novo modelo de impairment dos ativos financeiros estabelecido pelo CPC 48 alterou a metodologia do cálculo da imparidade dos ativos por meio do conceito de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo baseado apenas em perdas incorridas, apresentado pelo CPC 38 e aplicado até 2017 pelos Correios. Nesse contexto, a Empresa aplicou o modelo de “matriz de provisões” indicado pela CVM, considerando que a carteira de recebíveis não possui componente de financiamento de seus clientes, conforme disciplina o CPC 48.

Para aplicar esse modelo, os títulos dos clientes foram classificados em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2016 e, na sequência, verificou-se quais títulos ao final de 2017 ainda não tinham sido pagos, estabelecendo o percentual de perda esperada para cada classe de risco, conforme demonstrado a seguir:

Classificação	Faixas de vencimentos	Percentual
A	A vencer	0,5%
B	Vencidos de 1 a 30 dias	1,8%
C	Vencidos de 31 a 60 dias	8,4%
D	Vencidos de 61 a 90 dias	17,5%
E	Vencidos de 91 a 180 dias	81,6%
F	Vencidos há mais de 180 dias	54,4%

De acordo com as disposições transitórias previstas, a Empresa não reapresentou suas Demonstrações Financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Neste caso, as diferenças nos valores contábeis do Contas a receber resultantes da adoção deste normativo em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido, conforme demonstrativo a seguir:

Item do balanço patrimonial	Divulgado em 31/12/2017	Ajuste pela adoção inicial do PCP 48	Nota	Saldo em 01/01/2018
Ativo circulante				
Contas a receber	2.465.208	(18.765)	9.1	2.447.266
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados	(2.715.420)	(18.765)	9.1	(2.734.185)

¹ - A diferença entre o valor do impacto da adoção do CPC 48 registrado em 1º de janeiro de 2018 e o valor apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se à reversão de parte da PECLD apurada de acordo com os percentuais estabelecidos no estudo realizado nesse exercício.

No exercício de 2018, o modelo adotado pela Empresa foi aprimorado com a inclusão de uma nova classe para os valores em recuperação judicial, cujo a perda foi constituída na totalidade do valor, conforme apresentado na nota 8.1.

Nota - 5 Gestão de risco financeiro

Os Correios contam com estrutura para gestão corporativa de riscos, que tem entre suas atribuições a proposição das políticas e métodos corporativos de gerenciamento de riscos da Empresa. A estrutura tem por objetivo coordenar e apoiar as áreas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e tratar os riscos.

A política corporativa de gestão de riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração e estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa nos Correios, de forma a agregar

valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

A Empresa conta com dois métodos para gerenciamento de riscos: um para avaliação de eventos de riscos de processos e outro para avaliação dos riscos estratégicos. Em alinhamento à estratégia da Empresa, a avaliação de riscos estratégicos é feita anualmente. Nessa periodicidade também são estabelecidos os processos prioritários para avaliação de riscos.

A partir da avaliação do nível de risco, são elaborados planos de tratamento que são acompanhados pela área gestora do processo, monitorados pelo órgão de gestão de riscos e reportados periodicamente à Alta Administração da Empresa, buscando responder aos eventos de forma apropriada e oportuna com informações claras e pertinentes para as partes interessadas.

5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de

liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Nos Correios, a gestão dos riscos financeiros é de atribuição do Departamento Financeiro e Central de Serviços Financeiros vinculados, respectivamente, à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria e da Vice-Presidência de Administração.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
	Fundos de Investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	Contas a receber de clientes	Monitoramento da qualidade de crédito por cliente
	Fundos de Investimento	Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	Obrigações futuras	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

5.2 - Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como índices de preço, taxas de juros e variações cambiais.

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Nesse sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras,

mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (Value-at-Risk - VaR), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima em um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. O Departamento Financeiro recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao benchmarking.

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário - CCB, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

Os Correios fazem gestão do fluxo de caixa mediante a projeção das entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo dis-

ponível, possibilitando a análise da situação financeira da Empresa.

5.2.1 - Taxa de juros

É proveniente da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem os Correios ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A cédula de crédito bancário, detalhada na nota 16.10, é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

5.3 - Risco de crédito

5.3.1 - Risco de crédito - contas a receber de clientes

A Empresa definiu em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem o crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central de Serviços Financeiros - CEFIN, que

acompanha os eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração dos seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

O acompanhamento e o plano de ações para a mitigação dos riscos de crédito é realizado diariamente, mediante análise do consumo (postagens) em confrontação com o limite de crédito disponibilizado para o cliente.

A expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

5.3.2 - Risco de crédito - fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelos gestores por meio de políticas de crédito

e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação (Resolução n° 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução n° 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional), os Correios podem aplicar apenas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

5.4 - Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro. Esse Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento Financeiro. Os Correios investem o excesso de caixa em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado, com vencimentos e liquidez apropriados para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões mencionadas.

5.5 - Gestão de capital

Os objetivos dos Correios ao administrar seu

capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo.

A Empresa monitora seus resultados por meio do acompanhamento do EBITDA (sigla para o inglês de Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Esse indicador mostra o potencial de geração de caixa de um negócio, pois indica quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais.

Descrição	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	161.049	667.308
Depreciação e Amortização	304.022	322.972
Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	145.586	10.051
Despesas e Receitas Financeiras	(277.397)	70.831
EBITDA	333.260	1.071.162
Pós-emprego – Previdência – BD	(1.339)	(78.656)
Superávit – PostalPrev	(89.442)	(90.944)
Pós-emprego – saúde	144.811	618.000
Reversão do custo do serviço passado – saúde	-	(2.902.883)
IFD/ PDI	232.659	993.241
EBITDA ajustado	619.949	(390.080)

Cálculo baseado nas Demonstrações Consolidadas.

A melhora do EBITDA ajustado em 2018, em relação ao ano anterior, está relacionado, principalmente, ao aumento nominal da Receita Líquida de Vendas e Serviços de 4,8% e redução dos Custos com Produtos Vendidos e Serviços prestados de -2,3%.

5.6 - Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Sob os termos do empréstimo, contidos na nota 16.10, a Empresa é obrigada a cumprir

obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 3,0x

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, o caixa e as aplicações financeiras são superiores à dívida bruta total, conforme detalhado a seguir:

	Em R\$	
Descrição	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	83.758	124.871
Aplicações LP	1.106.458	897.968
A - Total	1.190.215	1.022.839
Passivo Circulante	515.981	527.296
Empréstimos e Financiamentos	181.694	182.647
Obrig. Financeiras a pagar	334.287	344.649
Passivo não Circulante	363.388	827.186
Empréstimos e Financiamentos	363.388	545.082
Obrig. Financeiras a pagar	-	282.104
B - Dívida Bruta Total	879.369	1.354.482
C - Dívida Líquida (B - A)	(310.847)	331.643
D - EBITDA	333.260	1.071.162
E - Dívida Líquida / EBITDA (C / D)	(0,93)	0,31

Cálculo baseado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CEF, que na visão da Controladora são considerados na rubrica “Aplicações”. A redução do valor do caixa consolidado de 31 de dezembro de 2018, se comparado à posição de 31 de dezembro de 2017, deve-se à migração de investimentos que antes eram aplicados em fundos exclusivos para fundos de investimentos comuns que não possui as características necessárias para aplicar as regras de consolidação (vide nota 7.1).

A migração do Fundo 13 A para o Fundo FAE 2 ocorreu para facilitar as operações de aplicação e resgate, pois o Fundo FAE 2 não é um fundo exclusivo, o que permite maiores movimentações diárias sem impedimentos grades pelo limite de 25% de operações compromissadas, uma vez que o patrimônio líquido total do fundo é bem maior que o valor total que os Correios tem aplicado nele.

6.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo da controladora em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.424.

Nota - 6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa/ Disponibilidades	4.110	851	73.333	118.967
Bancos	10.424	5.904	10.425	5.905
Total	14.534	6.755	83.758	124.872

6.1 - Caixa/ Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 4.110 em caixa da Controladora, estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.317 unidades de atendimento, presentes nos Estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referentes aos fundos exclusivos: 13B do Banco do Brasil e Fundo X da

Nota - 7 Aplicações

Aplicações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações	817.584	340.692	782.161	249.458
Total	817.584	340.692	782.161	249.459

De acordo com a Resolução 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são

obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil - BBDTV e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTV registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa e sua Controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2023, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das empresas, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado - VJPR.

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

7.1 - Composição - aplicações:

Aplicações Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - FAE - 2	688.430	-	722.230	26.881
Banco do Brasil - Fundo 13 B	359.291	648.256	290.869	570.444
Caixa Econômica Federal - Fundo X	94.160	62.645	93.359	62.400
Banco do Brasil - Fundo 13 C	-	155.017	-	132.141
Banco do Brasil - Fundo 13 A	-	123.283	-	106.101
Total (Líquido do IR)	1.141.881	989.201	1.106.458	897.967
A - Total circulante - Títulos	749.932	224.168	783.742	251.084
B - Total circulante - Caixa/ Operações	69.223	118.116	-	-
Compromissadas	-	-	-	-
C - Total circulante - IR sobre aplicações financeiras	(1.571)	(1.592)	(1.581)	(1.626)
D - Total circulante - Líquido do IR (A + B + C)	817.584	340.692	782.161	249.458
E - Total não circulante - Títulos	324.297	648.509	324.297	648.509

7.1.1 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento:

Aplicação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
NTN-B	384.985	633.779	384.985	633.779
LTN	-	226.286	-	226.286
Cotas - FAE 2	689.262	-	723.072	26.916
NTN-F	-	12.974	-	12.974
Caixa/ Operações compromissadas	69.223	118.116		
Subtotal	1.143.470	991.155	1.108.057	899.955
Ajustes	(18)	(362)	(18)	(362)
Total	1.143.452	990.793	1.108.039	899.593
Imposto de renda	(1.571)	(1.592)	(1.581)	(1.626)
Líquido	1.141.881	989.201	1.106.458	897.967

Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2018							
Venciment	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas	Provisão de	Ajustes	Total
2019	-	-	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161
Subtotal	-	-	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161

Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) -							
Venciment	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas	Provisão de	Ajustes	Total
2020	-	-	70.868	-	-	-	70.868
2021	-	-	61.433	-	-	-	61.433
2022	-	-	139.148	-	-	-	139.148
2023	-	-	52.848	-	-	-	52.848
Subtotal	-	-	324.297	-	-	-	324.297
Total	-	-	384.985	723.072	(1.581)	(18)	1.106.458

Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2017							
Venciment	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas	Provisão de	Ajustes	Total
2018	129.706	-	94.824	26.916	(1.626)	(362)	249.458
Subtotal	129.706	-	94.824	26.916	(1.626)	(362)	249.458

Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) -							
Venciment	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas	Provisão de	Ajustes	Total
2019	33.190	-	126.342	-	-	-	159.532
2020	48.003	-	110.252	-	-	-	158.255
2021	15.387	12.974	138.800	-	-	-	167.161
2022	-	-	163.561	-	-	-	163.561
Subtotal	96.580	12.974	538.955	-	-	-	648.509
Total	226.286	12.974	633.779	26.916	(1.626)	(362)	897.967



Nota - 8 Contas a receber

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD.

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/201	31/12/201	31/12/201	31/12/201
Serviços Faturados	1.568.674	1.551.480	1.568.674	1.551.480
Débitos Internacionais	653.307	619.936	653.307	619.936
Serviços a Faturar	114.933	212.831	114.933	212.831
Valores a receber de AGF	54.031	52.047	54.031	52.047
Cartões de crédito	32.260	22.327	32.260	22.327
Prestação de contas – Agências (ACC, AGF e	4.746	6.575	4.746	6.575
Outros valores a receber de clientes	26	12	26	12
Total	2.427.977	2.465.208	2.427.977	2.465.208

O detalhamento de serviços faturados, líquido das PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

Serviços faturados por faixa de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A - A vencer	1.435.824	1.417.785	1.435.824	1.417.785
B - Vencidos de 1 a 30 dias	73.039	70.249	73.039	70.249
C - Vencidos de 31 a 60 dias	19.557	21.617	19.557	21.617
D - Vencidos de 61 a 90 dias	12.415	14.822	12.415	14.822
E - Vencidos de 91 a 180 dias	18.548	16.122	18.548	16.122
F - Vencidos há mais de 180 dias	21.889	39.512	21.889	39.512
Total a Receber	1.581.272	1.580.107	1.581.272	1.580.107
PECLD Total	(12.598)	(28.627)	(12.598)	(28.627)
Total Líquido a Receber	1.568.674	1.551.480	1.568.674	1.551.480

8.1 - Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa:

Em conformidade com as novas regras de mensuração e reconhecimento de impairment sobre os ativos financeiros, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de janeiro de 2018, a PECLD passou a ser constituída com base nas perdas esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas disciplinado anteriormente pelo extinto CPC 38.

Assim, os percentuais de perda dos serviços faturados foram obtidos a partir da confrontação das faturas

vencidas e a vencer de novembro do exercício anterior, classificadas por classe de vencimento, que ainda permaneciam em aberto em outubro do exercício atual. Apurados os percentuais de perda esperada seguindo o modelo de matriz de provisão, esses percentuais foram aplicados sobre o valor das faturas em aberto classificadas nas classes de vencimentos levantadas na data de encerramento do balanço, conforme detalhado a seguir:

Período	PECLD 2018		
	Base de cálculo ¹	(%) PECLD	Perda esperada
A - a vencer	1.082.884	0,10%	1.083
B - vencidos de 1 a 30 dias	55.433	3,30%	1.829
C - vencidos de 31 a 60 dias	16.352	1,70%	278
D - vencidos de 61 a 90 dias	10.599	3,80%	403
E - vencidos de 91 a 180 dias	13.410	7,50%	1.006
F - vencidos a mais de 180 dias	19.681	30,80%	6.061
G - recuperação judicial	1.938	100,00%	1.938
Total	1.200.297	-	12.598

¹ - Do saldo de serviços faturados foram deduzidas as faturas estornadas ou pagas até o início da apuração e com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento em execução (efetivo cumprimento).

O valor da PECLD registrada em 2017, em consonância ao CPC 38 foi de R\$ 28.627, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PECLD	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2017 (24% do saldo)	27.773	27.773
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2017 (1% do saldo)	462	462
Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim de 2017 (100% do saldo – vencidos e a vencer)	392	392
Total	28.627	28.627

Caso o CPC 48 tivesse sido adotado em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$ 47.391, apurado conforme tabela a seguir:

Período	PECLD 2017		
	Base de cálculo	(%) PECLD	Perda esperada
A - A vencer	1.417.785	0,5%	7.088
B - Vencidos de 1 a 30 dias	70.274	1,8%	1.264
C - Vencidos de 31 a 60 dias	21.603	8,4%	1.815
D - Vencidos de 61 a 90 dias	14.843	17,5%	2.598
E - Vencidos de 91 a 180 dias	16.095	81,6%	13.134
F - Vencidos há mais de 180 dias	39.507	54,4%	21.492
Total	1.580.107		47.391

A variação entre as perdas registradas no exercício atual em relação à 2017 refere-se, principalmente, à reclassificação, em 2018, para o ativo não circulante do montante de R\$ 20.153 referente a títulos a receber de cliente cujo Plano de Recuperação Judicial foi homologado em junho de 2018.

Sobre o valor reclassificado foi aplicado o percentual de 100% de perda.

É apresentada a seguir a conciliação/ movimentação da PECLD, composta por parcelas de perdas dedutíveis (Lei nº 9.430/1996) e de perdas não dedutíveis:

Conciliação da PECLD de serviços faturados	31/12/2018	31/12/2017
A - Perda total no início do período	28.627	37.430
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(57)	(93)
C - Perda não dedutível no início do período (A - B)	28.570	37.337
D - Adições	43.014	22.628
E - Baixas	(58.992)	(31.395)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	12.592	28.570
G - Perda dedutível no final do período	6	57
PECLD no final do período (F + G)	12.598	28.627

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Nota - 9 Estoques

Os estoques estão armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material para consumo	29.708	39.150	29.708	39.150
Material para revenda/almoxarifado	8.148	16.181	8.148	16.181
Material em consignação	564	565	564	565
Perdas com estoque	(4.864)	(2.699)	(4.864)	(2.699)
Total	33.556	53.197	33.556	53.197

Nota - 10 Outros valores e bens

10.1 - Créditos com pessoas ligadas

Créditos com pessoas ligadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empregados liberados - Postal Saúde	1.099	-	1.099	-
Concessão de uso de espaço - Postal Saúde	332	-	332	-
Serviço saúde	-	47.323	-	47.323
Total	1.431	47.323	1.431	47.323

10.1.1 - Empregados liberados à Postal Saúde

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos à Postal Saúde.

10.1.2 - Concessão de uso de espaço

Refere-se ao ressarcimento do uso de espaço dos Correios pela Postal Saúde.

10.1.3 - Serviço saúde

A utilização do saldo do adiantamento da conta Serviço Saúde foi ocasionada pela comprovação das despesas assistenciais realizada pela Postal Saúde.

10.2 - Adiantamentos

Adiantamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de férias	105.989	86.275	105.989	86.275
Empregados cedidos	6.796	2.084	6.796	2.084
Adiantamento salarial	3.485	3.418	3.485	3.418
Demais adiantamentos	985	4.140	985	4.140
Total	117.255	95.917	117.255	95.917

10.2.1 - Empregados cedidos

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos para órgãos do governo, líquido de PECLD, cuja constituição é feita à base de 100% dos valores vencidos há mais de 365 dias.

10.2.2 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas

a comprovação posterior, bem como adiantamentos a estagiários.

10.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

Impostos e encargos sociais a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a restituir	120.701	127.513	22.905	129.152
CSLL a restituir	13.163	19.793	111.989	19.793
INSS a restituir/ compensar	10.105	9.104	10.105	9.104
IR retido na fonte	5.286	20.440	5.286	20.440
ICMS a recuperar/ compensar	3.457	1.551	3.457	1.551
Demais impostos/ encargos a restituir/ compensar	3.117	3.066	3.117	3.080
CSLL retida na fonte	2.244	5.271	2.244	5.271
COFINS a restituir/ compensar	1.972	2.271	1.972	2.271
IR sobre aplicações financeiras	1.571	2.552	1.581	2.586
ISS retenção por clientes	923	1.119	923	1.119
COFINS retido na fonte	711	711	711	711
Salário família/ maternidade	671	658	671	658
PIS retido na fonte	393	393	393	393
INSS retenção por clientes	383	213	383	213
PIS a restituir/ compensar	-	480	-	480
Total	164.697	195.135	165.737	196.822

10.3.1 - CSLL e IR a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2018. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB.

10.3.2 - IR e CSLL retidos na fonte

São os impostos e contribuições retidos na fonte sobre os valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

10.3.3 - PIS e COFINS a restituir/ compensar

Compreendem os créditos fiscais relativos a pagamentos indevidos ou a maior. No exercício de 2018 os saldos foram objeto de processos administrativos de compensação/ restituição junto à RFB.

10.4 - Cobrança jurídica/ inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas esperadas de crédito de liquidação duvi-

dosa - PECLD, cuja cobrança está no âmbito judicial.

Cobrança jurídica/ Inadimplência	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Faturas em cobrança jurídica	5.033	1.380	5.033	1.380
Acordos jurídicos - REFIS	3.633	-	3.633	-
Inadimplentes - AGF	1.936	1.061	1.936	1.061
Débitos de empregados em cobrança jurídica	46	90	46	90
Inadimplentes - ACC	15	152	15	152
Total	10.663	2.683	10.663	2.683

10.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 5.033 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica, é revisado anualmente e tem como base a relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas bem como o valor dos acordos judiciais e extraju-

diciais firmados e pagos nos últimos doze meses.

A constituição das perdas dedutíveis é baseada no reconhecimento da perda definitiva, para controle por cinco anos, a contar da data do vencimento, em observância às regras estabelecidas na Lei nº 9.430/1996.

Para o reconhecimento da perda é aplicado o percentual esperado de perda sobre a diferença existente entre o valor das faturas em cobrança jurídica e o total das perdas dedutíveis em cobrança judicial.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	Controladora/ consolidado			
	Percentual aplicado	31/12/2018	Percentual aplicado	31/12/2017
Perdas não dedutíveis	95,7%	112.885	95,7%	67.598
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	24.416	100,0%	45.701
Perdas de títulos de empresas em recuperação judicial	100,0%	-	100,0%	745
Total		137.301		114.044

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

Movimentação - PECLD	Controladora/ consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A - Perda total no início do período	114.044	125.229
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(45.701)	(51.707)
C - Perda não dedutível no início do período (A + B)	68.343	73.522
D - Adições	65.829	24.666
E - Baixas	(21.287)	(29.845)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	112.885	68.343
G - Perda dedutível no final do período	24.416	45.701
PECLD no final do período (F + G)	137.301	114.044

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

10.4.2 - Acordos Jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS POSTAL), instituído em 2018, cujo objetivo era a renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa.

O programa teve por objeto os créditos cíveis dos Correios que estavam judicializados, cujos valores atualizados até o dia 06 de abril de 2017 não ultrapassavam a quantia de R\$ 5.000.

10.4.3 - Inadimplentes - AGF

Refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas líquidos do percentual de perda esperada.



10.5 - Outros créditos

Outros créditos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<i>Float</i> bancário - faturamento	8.587	-	8.587	-
Débitos de empregados	5.665	4.434	5.665	4.434
Bens sucateados	2.670	105	2.670	105
Débitos de terceiros	1.710	22.119	1.710	22.119
Telesena - resgate de título	1.250	1.379	1.250	1.379
Débitos de empregados - agência	312	1.366	312	1.366
Saque de conta virtual	293	8	293	8
<i>Coupons - réponse</i> trocado	205	169	205	169
Vale postal internacional - importação	196	167	196	167
Total	20.888	29.747	20.888	29.747

10.5.1 - Float bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

10.5.2 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de Portaria para desconto em folha de pagamento.

10.5.3 - Bens sucateados

Valores líquidos de depreciação dos bens sucateados destinados à alienação, doação ou desmonte, cuja data de realização

esteja fixada/prevista até o final do exercício seguinte.

10.5.4 - Débitos de terceiros

A rubrica é composta, principalmente, pelas multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A redução na rubrica deve-se, principalmente, ao aumento do percentual da PECLD, que em 2017 era de 52% e em 2018 foi de 98,1%.

10.5.5 - Telesena - resgate de título

Refere-se ao valor pago relativo a títulos de capitalização hábeis para resgate.

10.5.6 - Outros débitos de empregados - agência

Representam os débitos decorrentes de diferenças de caixa das agências. A perda esperada é constituída à base de 96,4% do saldo acumulado na conta.



Nota - 11 Ativo não circulante mantido para venda

Trata-se de imóveis não utilizados pela Empresa, no qual a Administração se comprometeu a adotar todas as ações necessárias para se desfazer do bem nos próximos doze meses usufruindo dos benefícios econômicos gerados com a venda.

Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2017	Transf. de Prop. para Investimento	Depreciação	Impairment	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	-	26.330	-	-	-	26.330
Prédios	-	117	(5)	-	-	112
Impairment mantidos p/ venda (nota 11.1)	-	-	-	(9.036)	-	(9.036)
Total	-	26.446	(5)	(9.036)	-	17.406

Em atendimento ao disposto no CPC 31 a depreciação dos imóveis foi interrompida quando da reclassificação para mantidos para a venda, mantendo-se o saldo acumulado até a data da transferência.

11.1 - Regras para a mensuração e reconhecimento do impairment

Para a aplicação do teste de impairment, são confrontados o valor recuperável do imóvel com o seu valor contábil líquido, a fim de verificar a necessidade ou não de reconhecimento de uma estimativa de perda. Caso o valor recuperável do imóvel seja inferior ao seu valor contábil líquido, faz-se uma estimativa de perda reduzindo o valor do ativo ao valor recuperável, por

outro lado, se o valor do imóvel for superior ao valor contábil líquido deste, mantém-se o valor contábil do imóvel.

O valor recuperável dos imóveis é estabelecido com base no valor justo líquido das despesas incrementais conforme segue:

a. o valor justo do imóvel é definido com base em avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; e

b. são consideradas despesas incrementais para dedução do valor justo as despesas, relevantes, que somente existirão em caso de uma possível venda.

Nota - 12 Ativo não circulante

12.1 - Investimentos não permanentes

12.1.1 - Outras aplicações - VJORA

As rubricas registradas no quadro a seguir foram classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Outras aplicações - VJORA	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participações não relevantes	6.302	3.516	6.302	3.516
FINAM/FINOR	693	-	693	-
Outros investimentos	-	894	-	894
Total	6.995	4.410	6.995	4.410

12.1.1.1 - Participações não relevantes

Trata-se de ações de companhias telefônicas. O acréscimo no saldo refere-se à valorização das ações.

12.1.1.2 - FINAM/ FINOR

Valores relativos à aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM e Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Sobre os depósitos do FINOR estão constituídas perdas não dedutíveis de 100%. O valores convertidos em certificados estão atualizados conforme cotação do dia 31 de dezembro de 2018.

12.2 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

Depósitos judiciais, recursais e administrativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos recursais administrativos	69.318	70.057	69.318	70.057
Depósitos judiciais	22.154	21.701	22.154	21.701
Depósitos recursais	16.787	16.271	16.787	16.271
Penhora de numerários	10.078	6.886	10.078	6.886
Total	118.337	114.915	118.337	114.915

Os valores de R\$ 22.154 e R\$ 16.787 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 69.318 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD. O valor de R\$ 10.078 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

a. os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;

b. os depósitos recursais eram exigidos

para interposição de recursos judiciais antes da Empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;

c. os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualiza-

ção monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d. as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação

e. à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

12.3 - Tributos a compensar

Tributos a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imunidade tributária	1.621.435	1.453.916	1.621.435	1.453.916
IR	940.683	849.606	940.683	849.606
PIS/ COFINS	680.752	604.310	680.752	604.310
Tributos retidos na fonte - contrato Banco Postal	239.957	139.492	239.957	139.492
Total	1.861.392	1.593.408	1.861.392	1.593.408

Os Correios, amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, protocolizaram, em 2016, pedidos de restituição na esfera administrativa dos valores pagos indevidamente a título de IRPJ.

O montante de R\$ 1.621.435 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, PIS e COFINS registrados em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.453.916, e atualizados em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$ 166.369, por levar em consideração o êxito obtido em três dos dez pedidos de restituição e acrescido de R\$ 1.150 referente a IRPJ retido sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores.

Os créditos de IR totalizam R\$ 940.683 e estão sendo discutidos em âmbito administrativo por meio de dez pedidos de restituição. Desses pedidos, três foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF a favor dos Correios, nos meses de agosto e outubro de 2018.

Os créditos de PIS e COFINS no total de R\$ 680.752 estão resguardados pelo Protesto Judicial protocolizado em 24 de julho de 2017.

O saldo de R\$ 239.957 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

12.4 - Outros

Outros - ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acordos jurídicos - REFIS	3.069	-	3.069	-
Correiospar - ressarcimentos	1.071	989	-	-
Outros débitos de empregados	721	856	721	856
Débitos de ex-empregados	153	1.284	153	1.284
Renegociação de faturas	-	613	-	613
Outros créditos a realizar	-	27	-	27
Total	5.014	3.769	3.943	2.780

12.4.1 - Correiospar - ressarcimentos

Compreende o ressarcimento de atividades administrativas, estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

12.4.2 - Débitos de ex-empregados

São débitos de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo. A perda esperada é constituída à base de 99% do saldo acumulado na conta.

Nota - 13 Investimentos

3.1 - Investimentos permanentes

13.1.1 - Imóveis mantidos para investimentos

Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, isto é, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 3.12.

Imóveis mantidos para investimentos	Controladora/ consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Impairment	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2018
Terrenos cedidos ou alugados	72.605	-	-	-	72.605
Prédios cedidos ou alugados	5.580	-	-	(905)	4.675
Terrenos desocupados	588.458	-	(26.330)	-	562.128
Prédios desocupados	23.407	-	(112)	(226)	23.069
Impairment prédios	-	(553)			
Impairment desocupados (nota 11.1)	(34)	(63.634)	9.036	-	(55.185)
Instalações desocupadas	109	-	-	-	109
Total	690.125	(64.187)	(17.406)	(1.131)	607.401

Nesse exercício a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 14.077, que acrescido do prejuízo acumulado até 2017 de R\$ 2.427 reduziu o saldo do investimento, após a aplicação do método de equivalência patrimonial, para R\$ 33.758.

Nota - 14 Imobilizado

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 3.12.

13.2 - Correiospar

Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A - Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante, R\$ 50.262 foram integralizados, dentre os quais R\$ 20.262 foram repassados em 2018.

Imobilizado	Controladora/Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Bens sucateados
Terrenos	3.536.455	-	-	-	-	-	-
Impairment terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-
Prédios	1.396.371	3.941	-	31.578	-	(29.424)	-
Impairment prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-
Instalações em prédios próprios	83.445	524	-	-	(8.662)	(9.992)	-
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	38.814	54	(34)	6.569	-	(18.869)	-
Obras em andamento	88.123	18.787	(505)	-	(32.416)	-	-
Subtotal imóveis	5.092.282	23.306	(539)	38.147	(41.078)	(58.285)	-
Móveis e utensílios	190.576	7.210	(509)	2.255	-	(41.928)	(1.012)
Máquinas e equipamentos	363.499	72.617	(427)	23.964	-	(72.589)	(678)
Veículos motorizados	439.088	25.253	(38)	-	(122)	(26.044)	(838)
Veículos não motorizados	5.058	239	(8)	-	(1)	(2.870)	(12)
Ferramentas e instrumentos	300	1	-	-	(1)	(185)	2
Equipamentos de processamento de dados	146.030	28.186	(39)	27.728	-	(56.102)	(27)
Aquisição de bens e equipamentos em andamento	233.024	42.213	-	-	(56.992)	-	-
Subtotal móveis	1.377.575	175.719	(1.021)	53.947	(51.116)	(199.718)	(2.565)
Total	6.469.857	199.025	(1.560)	92.094	(92.194)	(258.003)	(2.565)

Nota - 15 Intangível

Corresponde à softwares não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração e métodos de amortização estão detalhados na nota 3.13.

Intangível	Controladora/ consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	
Software, licenc. similares	89.219	24.042	105	(13)	(44.848)	68.505
Total Intangível	89.219	24.042	105	(13)	(44.848)	68.505

Nota - 16 Passivo circulante

16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material, produtos e serviços	968.416	747.123	968.416	747.123
Consignações	149	149	149	149
Outros	16	-	16	-
Total	968.581	747.272	968.581	747.272

16.1.1 - Outros

Refere-se aos pagamentos realizados nas agências, à fornecedores, por meio de Autorizações de Pagamento - APs.

base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescidas do adicional de 70% conforme acordo coletivo de traba-

lho, registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à

Salários e consignações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias	1.194.407	1.258.279	1.194.407	1.258.279
INSS - empregado	42.826	43.257	42.826	43.257
Postalis (PostalPrev) - empregado	39.120	41.516	39.120	41.516
Obrigações trabalhistas	18.235	17.106	18.235	17.106
Postalis (BD) - empregado	12.395	13.123	12.395	13.123
Retenção SEST/ SENAT	3	2	3	2
Total	1.306.986	1.373.283	1.306.986	1.373.283

16.3 - Encargos sociais

Encargos sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
INSS - empregador	119.080	121.142	119.080	121.142
FGTS	53.373	53.889	53.373	53.889
PostalPrev - empregador	37.336	39.337	37.336	39.337
Postalis - PBD	12.420	13.143	12.420	13.143
Salário educação	11.303	11.493	11.303	11.493
Senai adicional	905	920	905	920
INSS - autônomos/ avulsos	672	369	672	369
Total	235.089	240.293	235.089	240.293

16.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias

Impostos e contribuições	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IR retido de empregados	50.766	46.860	50.766	46.860
COFINS	39.621	53.900	39.631	53.906
Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996	29.956	25.831	29.956	25.831
PIS	8.585	11.654	8.587	11.655
ICMS	9.659	7.198	9.659	7.198
ISSQN - retido de terceiros	6.235	5.320	6.235	5.320
INSS empresas - retenção na fonte	6.412	4.989	6.412	4.989
IR retido de terceiros	2.610	1.909	2.610	1.909
INSS retenção - contribuinte individual	166	179	166	179
Outras obrigações tributárias	67	-	67	-
Total	154.077	157.840	154.089	157.847



16.5 - Arrecadações e recebimentos

As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

Arrecadações e recebimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recebimento para o Postalís	21.629	24.946	21.629	24.946
Recebimento de imposto de importação	10.673	7.933	10.673	7.933
Emissão de vale postal nacional	8.113	6.718	8.113	6.718
Telesena - venda de título	1.028	1.818	1.028	1.818
Outros recebimentos/ arrecadações	637	1.384	637	1.384
Importação/ Exportação - vale postal internacional	173	440	173	440
Certificado digital	52	4.280	52	4.280
Total	42.305	47.519	42.305	47.519

16.5.1 - Recebimento para o Postalís

Compreendem os valores dos empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalís.

16.5.2 - Recebimento de imposto de Importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

16.5.3 - Emissão de Vale Postal Nacional

Esses valores correspondem à execução do serviço de Vale Posta Nacional Eletrônico (VPN-e).

16.5.4 - Outros recebimentos/ arrecadações

São as obrigações decorrentes de arrecadações para terceiros, recebimento de contas e taxas.

Precatório	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Precatórios judiciais (circulante)	129.728	87.944	129.728	87.944
Precatórios judiciais (não circulante)	39.243	31.128	39.243	31.128
Total	168.971	119.072	168.971	119.072

16.6 - Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 21.656, em 2018, e R\$ 6.427, em 2017, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou com valor a maior e de faturas pagas em duplicidade.

16.7 - Contas internacionais a pagar

O valor de R\$ 95.367, em 2018, e R\$ 85.774, em 2017, representam as obrigações para com as Administrações Postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

16.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

O aumento observado no passivo e despesas de Precatórios em 2018 está relacionado, principalmente, ações de natureza trabalhista.

Essa variação pode ser justificada pela entrada em vigor da Lei n° 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas volumosas ações do Sindicato de Brasília e do Sindicato do Rio de Janeiro, bem como os acordos de Gratificação de função.

16.9 - Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas

Apropriações por competência – Patrocinadas/ mantidas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
CorreiosSaúde	68.114	82.971	68.114	82.971
Postalis	30.750	27.959	30.750	27.959
Benefício Definido - BD	30.173	27.204	30.173	27.204
PostalPrev	577	755	577	755
Total	98.864	110.930	98.864	110.930

16.10 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Empréstimos e Financiamentos	Controladora/ Consolidado				
	Saldo da Obrigação	Amortização do Principal	Amortização dos juros	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/2017	721.923	-	(89.629)	95.434	727.728
31/12/2018	727.729	(187.500)	(51.917)	56.770	545.082

Empréstimos e Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos (curto prazo)	181.694	182.647	181.694	182.647
Empréstimos e Financiamentos (longo prazo)	363.388	545.082	363.388	545.082
Total	545.082	727.729	545.082	727.729

Características	Saldo em 31/12/2017
Objetivo	Capital de giro
Saldo da obrigação atuarial	750.000
Data da emissão	28/12/2016
Vencimento final	28/12/2021
Remuneração	de 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/2017
Encargos financeiros totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

¹ - Cédula de crédito bancário.

² - Refere-se à comissão flat, imposto sobre operações financeiras (IOF) e despesas bancárias.

De acordo com os termos do contrato de empréstimo, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 3,0x

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, pois a soma do caixa e aplicações financeiras era superior à dívida bruta total, indicando que os Correios atenderam à cláusula contida no contrato do empréstimo.

16.11 - Participação nos Lucros e Resultados - PLR

Participação nos Lucros e Resultados - PLR	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	26.384	-	26.384

Em 2018, com base em estudo elaborado pela área de Relações Trabalhistas e apreciado pelo Departamento Jurídico, o valor remanescente da PLR foi revertido integralmente em contrapartida ao resultado.

16.12 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e/ ou faturamente por estimativa que constituirão receitas em competências seguintes.

Do montante de R\$ 28.495, registrado nesta rubrica em 2018, R\$ 22.041 são provenientes de alugueis de caixas postais e R\$ 6.454 refere-se à faturamento por estimativa.

O valor de R\$ 20.744, registrado em 2017 é composto por R\$ 19.957 proveniente alugueis de caixas postais e R\$ 517 referente a faturamento por estimativa.

16.13 - Obrigações financeiras a pagar

Em face do distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela resilição no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 30 de maio de 2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

Distrato do Banco Postal	Controladora/ Consolidado		
	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da receita com a despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do distrato (a primeira parcela, paga em 02 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 749.834).

Contudo, em 05 de dezembro de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente - Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução, prevista para 02 de janeiro de 2017. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, desde 05 de dezembro de 2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que a primeira parcela foi paga em 02 de janeiro de 2017.

Ao final de 2018 a dívida referente ao distrato do Banco Postal apresentou a seguinte composição:

Distrato - Banco Postal Data	Controladora/ Consolidado			
	Saldo	Amortização	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/2017	854.928	(299.327)	71.152	626.753
31/12/2018	626.753	(322.548)	30.082	334.287

Distrato - Banco Postal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Distrato - Banco Postal (circulante)	334.287	344.649	334.287	344.649
Distrato - Banco Postal (não circulante)	-	282.104	-	282.104
Total	334.287	626.753	334.287	626.753

16.14 - Convênio Postal Saúde

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

Convênio Postal saúde	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
Saúde	126.031	128.162	126.031	128.162
Ressarcimento de despesas administrativas	53.924	71.138	53.924	71.138
Ambulatórios	19.315	9.829	19.315	9.829
Saúde ocupacional	12.236	8.707	12.236	8.707
Benefício medicamentos	1.333	2.166	1.333	2.166
Total	212.839	320.002	212.839	320.002

16.15 - Outros débitos

Outros - passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caução fornecedores	44.704	38.673	44.704	38.673
Convênio SESI/SENAI	9.982	9.306	9.982	9.306
Retenções judiciais	2.781	2.412	2.781	2.412
Ressarcimento ao SUS	2.249	-	2.249	-
Prestação de contas AGF/	2.050	1.229	2.050	1.229
Honorários de sucumbência	21	124	21	124
Outros credores	5.936	691	5.936	691
Total	67.723	52.435	67.723	52.435

16.15.1 - Ressarcimento ao SUS

Refere-se à obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas com SUS no eventual atendimento de seus beneficiários. Os valores em questão referem-se à cobranças de Autorização de Internação Hospitalar - AIH correspondentes à períodos anteriores à criação da Postal Saúde.

Nota - 17 Passivo não circulante

17.1 - Benefício pós-emprego

17.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Benefício pós-emprego	Controladora/ Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio		
CorreiosSaúde (passivo)	3.918.101	3.778.762
Postalís Plano Benefício Definido - PBD (passivo) ¹	3.256.391	3.102.427
PostalPrev (outros resultados abrangentes)	(336.604)	(247.162)
Total	6.837.888	6.634.027
Resultado		
A - Despesa com saúde de empregados ativos	1.048.549	1.280.492
B - Despesa com saúde de aposentados	318.776	306.414
C - Despesas administrativas e outras despesas com saúde não relacionadas ao pós-emprego	123.373	187.035
D - Despesa total com saúde (A + B + C)	1.490.698	1.773.941
E - Total da provisão pós emprego saúde (relatório técnico atuarial)	463.587	(1.978.469)
Custo dos juros/ custo dos serviços - corrente	463.587	924.414
Reversão do custo do serviço passado	-	(2.902.883)
F - Total do registro em provisão do pós-emprego saúde (E - B)	144.811	(2.284.883)
G - Despesa com Postalís - PBD	273.345	266.917
H - Despesa administrativa/ outros - Postalís PBD	27.335	29.082
I - Despesa - PBD líquida de despesa administrativa/ outros (F - G)	246.010	237.835
J - Total da provisão pós emprego Postalís PBD (relatório técnico atuarial)	244.672	159.179
K - Total do registro em provisão do pós-emprego PBD (J - I)	(1.338)	(78.656)
L - Total do registro referente ao <i>superávit</i> do plano PostalPrev (relatório técnico atuarial)	(89.442)	(90.944)
Impacto no resultado do registro do pós-emprego (F + K + L)	54.031	(2.454.483)

¹Para compor as obrigações atuariais do Plano Benefício Definido - PBD é necessário somar as obrigações de curto e longo prazos de benefício pós-emprego com os valores registrados nas contas "Postalís - PBD" do grupo "Encargos sociais" e Postalís "Benefício Definido - BD" do grupo "Apropriações por competência - patrocinadas/ mantidas".

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

17.1.1.1 - Plano de saúde - CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde da Empresa era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território nacional.

Em 05 de dezembro de 2013 foi celebrado entre a Empresa e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, constituída em abril de 2013, é a operadora do plano assistência à saúde oferecido aos empregados da Empresa, na modalidade autogestão como uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília/DF.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica da Empresa é realizada pela Postal Saúde. Esse processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

O plano de saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados da Empresa e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postal e seus dependentes.

A Empresa tem a obrigação, como mantenedora, de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Em decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST no julgamento do dissídio coletivo relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018 para o custeio do plano

CorreiosSaúde foi fixada a cobrança de mensalidades de titulares, correspondente à aplicação dos percentuais de 2,3% a 4,4%, de acordo com a remuneração recebida, obedecendo ao teto máximo de mensalidade por faixa etária, da tabela fixada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), prevista na Resolução Normativa nº 63/2003. Além disso, os dependentes passam a contribuir para o plano com mensalidades correspondentes a 60% da mensalidade do titular, no caso de cônjuge/companheiro(a), e de 35%, nos caso de filhos e menor sob guarda. Os participantes também são responsáveis pelo pagamento de coparticipação de até 30% do valor dos custos assistenciais, dependendo do teto máximo fixado na decisão.

Os titulares do plano CorreiosSaúde e seus dependentes, filhos, menor sob guarda e cônjuge/companheiro(as), migrarão para o plano CorreiosSaúde II, a partir de 2018, para atender à forma de custeio do plano definida pelo TST. Os genitores dos titulares permanecerão no plano CorreiosSaúde, com a forma de custeio vigente antes da decisão do TST. Na forma da decisão do TST, os genitores inscritos no plano CorreiosSaúde, a partir de agosto de 2019, migrarão para o

plano família ou serão desligados do plano.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), em 18 de janeiro de 2018, emitiu as Resoluções CGPAR nº 22 e 23 que estabelecem diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, dentre elas a cobrança de mensalidades, a limitação de dependentes e a paridade das contribuições de participantes e patrocinador no custeio do benefício à saúde em planos na modalidade de autogestão. As Resoluções têm como objetivo fortalecer a gestão corporativa dos planos, favorecendo ao seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Os cálculos atuariais do plano CorreiosSaúde, elaborados em 1º de março de 2019, contemplam as alterações no plano decorrentes da decisão do TST e da Resolução CGPAR nº 23/2018.

17.1.1.2 - Plano de previdência - previdência complementar

Os planos previdenciários são sub-

metidos a avaliações atuariais anuais na Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), seguindo orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para as quais são utilizadas hipóteses e premissas definidas pela Entidade a partir de estudos de aderência realizados pelo atuário responsável pelos mesmos. Na ocorrência de déficit atuarial deverá ser elaborado plano de equacionamento, o qual deverá ser aprovado até o final do exercício seguinte pelo Conselho Deliberativo da EFPC. O plano de equacionamento fixará as contribuições extraordinárias a serem pagas pelos participantes, assistidos e patrocinadoras, na proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

17.1.1.2.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela con-

tribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

17.1.1.2.2 - Postalis - BD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

Para o plano BD, são previstas no regulamento do plano contribuições normais e extraordinárias a serem realizadas

pelos participantes e pela patrocinadora, com base na aplicação de um percentual sobre a remuneração dos participantes.

Ainda são previstas contribuições adicionais pelos participantes assistidos, para cobertura de despesas não cobertas pelas contribuições normais e extraordinárias. Os participantes e a patrocinadora, atualmente, além das contribuições normais, efetuam contribuições extraordinárias ao plano para cobertura de déficit atuarial apurado nos períodos de 2013 a 2015.

Todos os benefícios do plano BD são constituídos na modalidade de benefício definido e têm os seus valores definidos a partir do Salário-Real-de-Benefício de cada participante e do valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sendo reajustados pelo INPC calculado e divulgado pelo IBGE.

17.1.1.3 - Governança e estrutura regulatória

O plano CorreiosSaúde é um plano não adaptado à Lei nº 9.656/1998, classificado pelas normas da ANS como “ativo com comercialização suspensa”. Por determinação legal, aos planos nessa situação, não é permitida a inclusão de novos beneficiários

titulares, sendo cabível a inclusão de novo cônjuge e filhos dos atuais beneficiários.

A Empresa, na qualidade de mantenedora e patrocinadora, é responsável pela garantia financeira do plano de saúde e, consequentemente, com poder de gestão no plano.

A Postal Saúde tem como órgãos estatutários: a Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é órgão soberano e tem como principais atribuições eleger e destituir membros dos conselhos deliberativo e fiscal, decidir sobre alterações estatutárias e extinção da sociedade. O Conselho Deliberativo da Postal Saúde é o órgão de orientação estratégica, sendo responsável por definir políticas de saúde, elaborar os orçamentos anuais e acompanhar os negócios e atividades, entre outros. É formado por representantes dos Correios e de participantes do plano. À Diretoria Executiva compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão administrativa e econômico-financeira do plano Correios-

Saúde, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da Operadora.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela Empresa, a administração é realizada pelo Postalís regida por seu Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios e pela legislação específica do setor de previdência privada, tais como: Resolução MPS/CGPC nº 26 de 24 de fevereiro de 2014, nº 16, de 19 de novembro de 2014 e nº 22, de 25 de novembro de 2015, que preveem as condições e procedimentos a serem observados na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

O Postalís encontra-se, atualmente, sobre intervenção da PREVIC, conforme Portaria nº 955, de 03 de outubro de 2017, e tem por objetivo a manutenção dos planos de benefícios, tendo em vista, principalmente, o descumprimento de normas relacionadas à contabilização de reservas técnicas e aplicação de recursos.

17.1.1.3.1 - Quantidade de participantes

Quantidade de participantes dos planos	Controladora/ Consolidado							
	2018				2017			
	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total
CorreiosSaúde	102.643	28.169	228.695	359.507	108.650	30.637	253.289	392.576
PostalPrev	92.798	5.298		98.096	97.584	4.866		102.450
Benefício Definido - PBD	54.615	31.591		86.206	57.968	30.005		87.973

17.1.1.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar n° 108/2001 e Resolução MPS/CGPC n° 26/2008

Riscos atuariais do plano de benefício definido	
Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em renda fixa, renda variável, estruturados e investimentos no exterior, entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho.

17.1.1.5 - Ativos dos planos: política de investimentos, estratégia de confrontação de ativos e passivos e categorias de ativos

O plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros para cobertura da obrigação atuarial, sendo os custos assistenciais decorrentes da utilização dos serviços cobertos pela Empresa e participantes.

O Postalis, entidade de previdência complementar que administra os planos de benefícios PostalPrev e PBD, estabelece política de investimentos para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual, tendo como objetivo orientar, no horizonte estabelecido, as aplicações dos ativos financeiros garantidores segundo a natureza do investimento e limites propostos, observada a Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional, visando obter maior segurança, liquidez e rentabilidade dos investimentos e a menor exposição a riscos. A política de investimentos é objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis e para a sua formulação são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefício, considerando:

- taxa esperada de retorno;
- preservação do capital;
- diversificação;
- tolerância a risco;
- estabilidade;
- liquidez; e
- regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados no exterior, imóveis e operações com participantes. Para o gerenciamento de ativos e passivos dos planos de benefícios é realizado, periodicamente, estudo de Asset Liability Management (ALM).

Para os benefícios definidos do plano PostalPrev, além dos mecanismos de gerenciamento de ativos e passivos, há a constituição de fundo previdencial com vistas a mitigar os riscos de surgimento de déficits atuariais.

Os principais riscos associados a planos de benefícios estão relacionados a variações de base cadastral (alteração por experiência) e taxa de juros atuarial, para os quais são previstos, em relação ao Plano BD, contabilização de superávit, quando houver, em reserva de contingência e, para o Plano PostalPrev, a constituição de fundos previdenciais, além de reserva de contingência.

Os ativos dos planos PostalPrev e PBD

estão assim distribuídos por categoria:

Categoria de ativos	PostalPrev				Benefício Definido - PBD			
	2018		2017		2018		2017	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Títulos públicos	643.227	0,75	386.334	0,67	1.520.178	0,53	1.629.811	0,44
Créditos privados e depósitos	10.911	0,01	15.183	0,03	43.616	0,02	234.909	0,06
Ações	4.998	0,01	44.992	0,08	49.565	0,02	202.752	0,06
Fundos de investimentos	123.972	0,14	82.016	0,14	732.849	0,25	1.084.210	0,30
Empréstimos e financiamentos	75.219	0,09	50.183	0,09	242.694	0,08	270.587	0,07
Investimentos imobiliários	467	0,00	-	-	284.237	0,10	237.880	0,06
Depósito judicial	-	-	-	-	17.695	0,01	7.291	0,00
Total	858.794		578.708		2.890.834		3.667.440	

17.1.1.6 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM n° 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa.

O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito

projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

17.1.1.7 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em novembro de 2017, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2017, para o plano CorreiosSaúde, bem como novembro de 2018, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2018, para o plano CorreiosSaúde, foram as seguintes:

Principais premissas	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,90%	10,25%	10,98%	9,66%	10,90%	10,25%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,88%	6,49%	6,97%	5,44%	6,89%	6,13%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,42%	6,88%	N/A	N/A
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	3,75%	4,00%	3,75%	3,88%
Taxa média de inflação anual	3,75%	3,53%	3,75%	4,00%	3,75%	3,88%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	9,66%	9,66%	10,90%	10,25%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento (aging factor)	2,16%	0,12%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento real anual dos custos por aumento nos valores dos procedimentos (HCCTR)	0,91%	2,00%	N/A	N/A	N/A	N/A
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 20%	AT 2000 M&F
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de aposentados	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 20%	AT 2000 M&F
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de inválidos	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 Disabled M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 Disabled M&F	AT 49 M&F agravada em 50%	AT 49 M (A65%) e AT 49 F (A75%)
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57 Fraca D60%	Light média	IAPB-57 Fraca D60%	Light média	Álvaro Vindas	Light fraca
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento
Composição familiar para custos de pensão						
Participantes/ aposentados	São utilizados os dados reais	São utilizados os dados reais	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos
Principais hipóteses e parâmetros:						
Taxa de juros de desconto	10,90%	10,25%	10,98%	10,25%	10,90%	10,25%
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos e aposentados	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F	RP-2000 M&F suavizada em 20%	AT 2000 M&F
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	0,91%	2,00%	N/A	N/A	N/A	N/A

Para o plano CorreiosSaúde foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

17.1.1.8 - Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2018, os planos administrados pelo Postalís e pela Postal Saúde encontram-se registrados, nas

Demonstrações Financeiras da Empresa, conforme abaixo:

a. Planos de previdência complementar

i. Plano PBD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (9.403.617) encontra-se parcialmente fundado por ativos justos do plano no montante de R\$ 2.890.834, resultando em um valor presente líquido da obrigação atuarial de R\$ (6.147.225), sendo reconhecido 50% (cinquenta por cento) deste valor na forma da Lei Complementar n° 108/2001, ou seja, R\$ (3.256.391). A obrigação atuarial relativa aos participantes assistidos é de R\$ (6.147.226) e aos participantes ativos é de R\$ (3.256.391).

ii. Plano PostalPrev: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor justo dos ativos do plano de R\$ 858.795 supera o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (609.522), resultando em um superávit de R\$ 249.273, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro.

b. Plano de assistência à saúde (CorreiosSaúde): não existem ati-

vos para este plano, portanto a obrigação líquida corresponde ao valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (3.918.101).

17.1.1.9 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

Conciliação do valor presente da obrigação atuarial	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	(462.140)	(346.640)	(9.872.295)	(9.216.715)
Custo dos juros	(387.323)	(744.090)	(44.643)	(36.675)	(693.911)	(829.469)
Custo do serviço corrente	(76.264)	(180.323)	(7.663)	(8.177)	(17.349)	(18.227)
Benefícios pagos pelo plano	318.776	306.414	48.140	47.649	589.354	526.826
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais	5.472	469.202	(143.216)	(118.297)	590.584	(334.710)
Decorrentes de ajustes de experiência	(166.151)	(183.202)	(21.271)	(116.254)	(303.625)	90.719
Decorrentes de alterações de premissas biométricas	90.612	78.999	(134.738)	5.181	65.116	50.474
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	137.348	(23.504)	12.793	(7.224)	829.093	(475.903)
Decorrentes de alteração nos crescimentos de custos médicos	(56.337)	596.909	-	-	-	-
Custo do serviço passado	-	2.902.883	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(9.403.617)	(9.872.295)

17.1.1.10 - Conciliação do valor justo dos ativos do plano

Conciliação do valor justo dos ativos do plano	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	578.709	534.107	3.667.440	5.348.141
Receita de juros	-	-	55.903	56.510	375.912	609.153
Contribuições do patrocinador	318.776	306.414	47.250	47.245	243.763	235.988
Contribuições dos participantes	-	-	49.855	51.876	90.676	79.364
Benefícios pagos pelo plano	(318.776)	(306.414)	(48.140)	(47.649)	(589.354)	(526.826)
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de lucros)	-	-	175.218	(63.380)	(897.603)	(2.078.380)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	858.795	578.709	2.890.834	3.667.440

17.1.1.11 - Conciliação do efeito do teto do ativo

O plano Postalprev apresenta superávit não reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá produzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro. O superávit somente será reconhecido quando atendidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 109/2001, observando-se ainda as disposições do CPC 33 (R1).

O teto do ativo é reconhecido contabilmente em conta retificadora de despesas em contrapartida a outros resultados abrangentes.

Conciliação dos saldos do efeito do teto do ativo	PostalPrev	
	2018	2017
Efeito do teto do ativo no início do exercício	116.569	187.467
Juros sobre o teto do ativo	11.261	19.835
Remensurações do efeito do teto do ativo	121.443	(90.733)
Efeito do teto do ativo no final do exercício	249.273	116.569

17.1.1.12 - Conciliação da mudança da restrição da obrigação atuarial

A obrigação do Plano de Benefício Definido (PBD) é reconhecida na proporção dos riscos de participantes, assistidos e patrocinador na forma da Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. Essa proporção é de 50% sobre o valor da obrigação e a movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

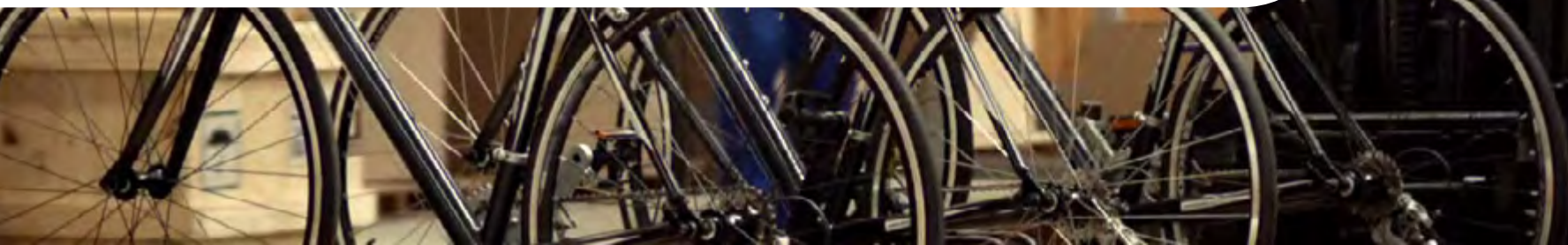
Conciliação da mudança na restrição da obrigação	Benefício Definido - PBD	
	2018	2017
Restrição da obrigação no início do exercício	3.102.427	1.934.287
Mudança na restrição da obrigação atuarial	153.964	1.168.140
Restrição da obrigação no final do exercício	3.256.391	3.102.427

A mudança no efetivo do compartilhamento de risco é reconhecida em outros resultados abrangentes.

17.1.1.13 - Status dos planos e movimentação dos passivos/ ativos líquidos reconhecidos no balanço

Status dos planos e ativo/ (passivo) líquido reconhecido	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(9.403.617)	(9.872.295)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	3.256.391	3.102.427
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(6.147.225)	(6.769.868)
Valor justo dos ativos	-	-	858.795	578.709	2.890.834	3.667.440
Superávit (Déficit) do plano	(3.918.101)	(3.778.762)	249.273	116.569	(3.256.391)	(3.102.428)
Efeito do teto do ativo	-	-	(116.569)	-	-	-
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(3.918.101)	(3.778.762)	249.273	-	(3.256.391)	(3.102.428)

Movimentação do ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo/ (passivo) líquido no início do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	-	-	(3.102.437)	(1.934.287)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	318.776	306.414	47.250	47.245	243.763	235.988
Valores reconhecidos no resultado da empresa	(463.587)	1.978.470	42.192	43.699	(244.672)	(159.179)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	5.472	469.202	(89.442)	(90.944)	(153.055)	(1.244.959)
Ativo/ (passivo) líquido no final do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	-	-	(3.256.391)	(3.102.437)



17.1.1.14 - Obrigações reconhecidas no circulante e no não circulante

Obrigação atuarial líquida - circulante e não circulante	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018 ¹	2017	2018	2017
Obrigação atuarial líquida reconhecida no circulante	(331.527)	(317.230)	(37.913)	(40.092)	(253.747)	(245.144)
Encargos sociais (nota 17.3)	-	-	(37.336)	(39.337)	(12.420)	(13.143)
Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas (nota 17.9)	-	-	(577)	(755)	(30.173)	(27.204)
Contribuições esperadas para o exercício seguinte	(331.527)	(317.230)	-	-	(211.154)	(204.797)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no não circulante	(3.586.574)	(3.461.532)	-	-	(3.002.644)	(2.857.284)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço patrimonial	(3.918.101)	(3.778.762)	(37.913)	(40.092)	3.256.391	(3.102.428)

¹ Referem-se às contribuições da parte CD do plano a serem pagas em janeiro de 2019, conforme nota 17.3.

17.1.1.15 - Valores reconhecidos no
resultado da Empresa

A variação em resultado ocorrida no período de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

a. da mudança da taxa de juros em 31 de dezembro de 2017, utilizada para cálculo dos juros líquidos referente ao exercício de

2018, que no plano BD alterou de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017), no PostalPrev, de 10,58% (31 de dezembro de 2016) para 9,66% (31 de dezembro de 2017) e no CorreiosSaúde de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017);

b. do aging fator, que em 31 de dezembro de 2016 é de 1,58% e em 31 de dezembro de 2017 é de 0,12%.

Valores reconhecidos no resultado do exercício	CorreiosSaúde		PostalPrev ¹		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço corrente líquido	(76.264)	(180.323)	42.192	43.699	73.327	61.137
Custo do serviço corrente	(76.264)	(180.323)	(7.663)	(8.177)	(17.349)	(18.227)
Contribuições dos participantes	-	-	49.855	51.876	90.676	79.364
Juros líquidos	(387.323)	(744.090)	-	36.675	(317.999)	(220.316)
Custo dos juros sobre a obrigação	(387.323)	(744.090)	(44.643)	56.510	(693.911)	(829.469)
Receita de juros	-	-	55.903	(19.835)	375.912	609.153
Custo dos juros sobre o teto do ativo	-	-	(11.260)	-	-	-
Custo do serviço passado ¹	-	2.902.883	-	-	-	-
Valores reconhecidos no resultado do	(463.587)	1.978.470	42.192	80.374	(244.672)	(159.179)

¹ Valores reconhecidos em contas redutoras de despesas

17.1.1.16 - Conciliação dos valores reco-
nhecidos em outros resultados abrangentes

A variação em ganhos/ perdas atuariais, por ajustes de experiência, ocorrida em 31 de dezembro de 2018, é originada:

a. Planos Postalprev e PBD: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo de período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos nos planos (mortes, invalidez e sobrevivência) e no fator de determinação do valor real dos benefícios, além da redução no valor justo dos ativos; e

b. CorreiosSaúde: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo do período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos no plano (mortes, invalidez e sobrevivência).

Os ganhos/ perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31 de dezembro de 2018, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31 de dezembro de 2017, que passaram de 10,25% (31 de dezembro de 2017) para 10,90% (31 de dezembro de 2018), nos planos BD e CorreiosSaúde, e de 9,66% (31 de

dezembro de 2017) para 10,98% (31 de dezembro de 2018) no plano PostalPrev.

As perdas atuariais decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos são originados da alteração do aging factor, que passou de 0,12% a.a., em 31 de dezembro 2017, para 2,16% a.a. em 31 de dezembro de 2018. A inflação médica do plano variou de 2,00% a.a. em 31 de dezembro de 2017 para 0,91% a.a. em 31 de dezembro de 2018, ocasionando ganhos atuariais.

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ganhos e perdas sobre valor justo dos ativos do plano	-	-	175.218	(63.380)	(897.603)	(2.078.380)
Ganhos e perdas sobre a obrigação de benefício definido	5.472	469.202	(143.217)	(118.297)	590.584	(334.710)
Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	90.612	78.999	(134.738)	5.181	65.116	50.474
Ganhos e perdas resultantes da alteração de hipóteses financeiras	137.348	(23.504)	12.973	(7.224)	829.093	(475.903)
Ganhos e perdas decorrentes de ajustes de experiência	(166.151)	(183.202)	(21.272)	(116.254)	(303.625)	90.719
Ganhos e perdas decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	(56.337)	596.909	-	-	-	-
Mudança do teto do ativo	-	-	(121.443)	90.733	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	153.964	1.168.140
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	5.472	469.202	(89.442)	(90.944)	(153.055)	(1.244.950)

17.1.1.17 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem

ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos foi aplicado o mesmo método do cálculo das responsabilidades com o plano nesta demonstração de posição financeira do final do período, ou seja valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada.



Análise de sensibilidade das principais hipóteses	CorreiosSaúde						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(4.014.616)	(3.829.423)	(4.005.099)	(3.834.662)	(3.830.681)	(4.008.981)	(3.918.101)
Valor justo dos ativos	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(4.014.616)	(3.829.423)	(4.005.099)	(3.834.662)	(3.830.681)	(4.008.981)	(3.918.101)
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	2,46	(2,26)	2,22	(2,13)	(2,23)	(2,32)	
No superávit/(déficit) técnico do plano	2,46	(2,26)	2,22	(2,13)	(2,23)	(2,32)	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	PostalPrev						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Crescimento salarial		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(598.822)	(619.783)	(610.099)	(609.498)	(606.941)	(612.158)	(609.522)
Valor justo dos ativos	858.795	858.795	858.795	858.795	858.794	858.795	858.795
Superávit/(Déficit) técnico do plano	259.973	239.012	248.696	249.297	251.853	246.637	249.273
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	(1,76)	1,68	0,09	-	(0,42)	0,43	
No valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	
No superávit/(déficit) técnico do plano	4,29	(4,12)	(0,23)	(0,01)	1,04	(1,06)	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	Benefício Definido (PBD)				Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(9.554.626)	(9.266.646)	(9.663.212)	(9.155.859)	(9.403.617)
Valor justo dos ativos	2.890.834	2.890.834	2.890.834	2.890.834	2.890.834
<i>Superávit/ (Déficit)</i> técnico do plano	(6.663.792)	(6.375.812)	(6.772.378)	(6.265.025)	(6.512.783)
Variações:					
No valor presente da obrigação atuarial	1,61	(1,46)	2,76	(2,63)	
No valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	
No <i>superávit/(déficit)</i> técnico do plano	2,32	(2,10)	3,99	(3,80)	

O cálculo foi efetuado estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31 de dezembro de 2018, considerando as premissas mais sensíveis dos planos.

A variação de 0,25% nas hipóteses atuariais de taxas de desconto, custos médicos e crescimento salarial, bem como o acréscimo/decrécimo de um ano na idade do participante teriam os seguintes efeitos no valor da obrigação:

17.1.1.18 - Duration dos planos

Duration dos Planos	2018	2017
CorreiosSaúde	12,2 anos	14,1 anos
PostalPrev	17,4 anos	19,2 anos
Benefício Definido (BD)	13,2 anos	14,4 anos

17.1.1.19 - Descrição da taxa de juros real de desconto atuarial anual

Até 2017 as taxas de desconto eram definidas considerando o rendimento de títulos públicos com vencimento mais próximo à duration dos planos. Em 2018, em consonância com o disposto nos itens 77, 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) foram averiguados os rendimentos dos títulos corporativos de alta qualidade, representados por 126 debêntures de empresas classificadas na escala de grau de investimento pelas agências de classificação de risco Moody's, Fitch e Standard & Poor's, com vencimentos entre 2019 e 2033

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, os pagamentos dos juros reais acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Selecionaram-se apenas os títulos corporativos cujas as classificações de rating das respectivas empresas ocorreram no mesmo ano que se refere a Demonstração Financeira (2018).

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 28 de dezembro de 2018, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da inflação média foi o intervalo entre 2019 e 2132, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que as projeções de mercado para o IPCA,

disponibilizadas pelo BACEN, na referida data (28 de dezembro de 2018), limitavam-se ao ano 2022. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento, obtendo-se a média geométrica de 3,75%.

17.1.1.20 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração nove diferentes tábuas de mortalidade, incluindo a tábua utilizada em 2017

(AT-2000), foi identificado pela Consultoria atuarial a RP-2000 (suavizada em 10% para os planos CorreiosSaúde e PostalPrev e 20% para o plano BD) como a mais adequada e por essa razão foi adotada no exercício de 2018.

17.1.1.21 - Projeção de pagamentos e resultados para 2018

17.1.1.21.1 - Estimativa de contribuições a serem pagas pela Empresa relativas ao exercício de 2018

Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Normais	330.730	-	101
Extraordinárias (benefício definido)	-	49.140	252.803
Para cobertura de despesas administrativas do plano PBD	-	-	28.101
Total de contribuições	330.730	49.140	281.005

17.1.1.21.2 - Projeção de (despesas)/ receitas para o exercício de 2019

Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019	CorreiosSaúde	PostalPrev ¹	Benefício Definido (PBD)
Custo do serviço corrente líquido	(77.790)	39.903	61.406
Custo do serviço	(77.790)	(9.019)	(14.401)
Contribuição dos participantes	-	48.922	75.807
Custo de juros líquidos	(426.681)	-	(354.947)
Custo de juros sobre a obrigação atuarial ²	(426.681)	(68.571)	(670.048)
Retorno esperado dos ativos justos	-	96.614	315.101
Custo sobre o efeito do teto do ativo	-	(28.043)	-
Total da (despesa)/ receita esperada	(504.471)	39.903	(293.540)

¹ A ser reconhecido em conta retificadora de despesas.

² O cálculo do custo dos juros do plano BD contempla a dedução da parcela de responsabilidade dos participantes, face a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001.exercício de 2018

17.1.1.1 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

Perfil de vencimento das obrigações atuariais ¹	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Até 1 ano	327.525	37.810	635.717
De 1 ano até 2 anos	343.365	48.997	651.115
De 2 anos até 5 anos	1.041.509	218.888	2.082.500
Acima de 5 anos	10.510.071	8.514.489	26.679.628
Total de contribuições	12.222.470	8.820.184	30.048.960

¹ Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

17.2 - Passivos contingentes

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movi-

das por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em

face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades, principalmente abono.

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro 2018, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

17.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas:

		Movimentação das provisões passivas contingenciadas (controladora/ consolidado)					
Âmbito	Natureza	Saldo em 01/01/2018	Reversão/ Conversão	Provisões Adicionais	Atualização Monetária	Alteração no valor provisionado inicialmente ¹	Saldo em 31/12/2018
Judicial	Cível	58.001	(3.200)	2.776	5.508	(30)	63.055
	Criminal	-	-	-	-	-	-
	Fiscal	8.017	(141)	644	741	(1)	9.260
	Trabalhista	306.836	(83.014)	29.197	9.982	(2.291)	260.710
	Subtotal	372.854	(86.355)	32.617	16.231	(2.322)	333.025
Administrativo	Cível	-	-	-	-	-	-
	Criminal	-	-	-	-	-	-
	Fiscal	12.764	(9.068)	-	292	-	3.988
	Trabalhista	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	12.764	(9.068)	-	292	-	3.988
Total		385.618	(95.423)	32.617	16.523	(2.322)	337.013

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2018, os Correios eram réus em 4.664 processos classificados como risco de perda provável. Apresenta-se a seguir os principais processos em que a empresa está envolvida:

Autor	Natureza	Exposição máxima atualizada
SINTECT	Trabalhista URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	18.958
TAF Linhas Aéreas S/A	Cível Reequilíbrio econômico-financeiro de contrato	26.773
VARIG	Cível Pagamento de faturas	3.647
SINCOTELBA - Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos no estado da Bahia	Trabalhista Pagamento de adicional de periculosidade	2.514
Evangélica Mendes da Fonseca	Trabalhista Pagamento de indenização	2.249
Adão Barcala do Nascimento e Outros	Trabalhista Pagamento de progressões salariais	2.163
João Batista Junior e/ ou outros	Cível Anistia	1.624
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	Fiscal Pagamento de contribuições previdenciárias	1.231
Manhães Advogados Associados	Cível Pagamento de honorários	1.000
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	Fiscal Pagamento de contribuições previdenciárias	383

17.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

17.2.2.1 - Perda possível

A empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2018, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 13.780 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 31/12/2018	Ações classificadas como de risco de perda possível (controladora/ consolidado)					
	Âmbito judicial		Âmbito administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	2.892	455.642	51	565.695	2.943	1.021.337
Criminal	-	-	-	-	-	-
Fiscal	768	428.558	365	492.972	1.133	921.530
Trabalhista	9.688	692.873	16	58	9.704	692.931
Total	13.348	1.577.073	432	1.058.725	13.780	2.635.798

Em outubro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a diretriz de provisionamento e contingenciamento relativos a processos jurídicos. A aprovação está alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Após a publicação da nova diretriz, foi realizado estudo com objetivo de avaliar a expectativa de reconhecimento do Passivo Contingente nas Demonstrações Financeiras dos Correios.

A Empresa revisou os dados históricos referentes ao período de 2015 a 2017 e o desempenho das causas que motivaram os registros do Passivo Contingente. O resultado da análise impôs mudança na forma de classificação dos riscos processuais, que passarão a ser apresentados como:

a.processos massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam; e

b.processos individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor pedido e particularidades das ações.

A expectativa é que durante o exercício de 2019 seja implantada a nova diretriz nos Correios.

17.3 - Tributos a compensar

O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visava reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL. Em 2018, as aludidas ações judiciais tiveram o risco classificado em perda remota pela área jurídica, sendo este o motivo da desconstituição da obrigação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a compensar	-	13.374	-	13.374
Total	-	13.374	-	13.374

17.4 - Tributos diferidos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado e da propriedade para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

No exercício de 2018, o passivo fiscal foi movimentado pelo registro decorrente da CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA.

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos diferidos	473.526	477.484	473.526	477.484
Total	473.526	477.484	473.526	477.484

17.5 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido - IFD, oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado - PDI.

O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado, com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017 e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017 e com previsão de término em 2018.

Em 2018 foram pagos 7.892 empregados que aderiram ao PDI com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.735 referentes ao segundo ciclo).

São realizados pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório aos que aderiram ao PDI, denominado IFD. Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

Os pagamentos de incentivos ocorridos em 2018 totalizaram R\$ 193.859..

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos doze meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA.

Em atendimento às recomendações do CPC 12, que dispõe sobre o ajuste a valor presente, a taxa de desconto dos fluxos do IFD foi selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional.

O critério adotado para seleção do título foi a duration inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PDI - circulante	159.831	124.197	159.831	124.197
PDI - não circulante	879.900	797.024	879.900	797.024
Total	1.039.731	921.221	1.039.731	921.221

17.6 - Outros

Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Honorários de sucumbência	632	-	632	-
Parcelamento – Ressarcimento ao SUS	104	-	104	-
Total	6.736	-	6.736	-

17.6.1 - Honorários de sucumbência

O valor de R\$ 632 refere-se aos honorários de sucumbência do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS POSTAL).

Nota - 18 Patrimônio líquido

18.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totaliza R\$ 3.222.700 constituído integralmente pela União.

18.2 - Adiantamente para futuro aumento de capital - AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações “Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa “Adequação do Modelo Operacional dos Correios” Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até 31 de dezembro de 2018 foi efetivamente utilizado na implantação do Programa o montante de R\$ 43.242, cujo valor foi capitalizado no exercício, ficando o saldo de R\$ 180.758.

18.3 - Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

18.3.1 - AAP - Bens imóveis

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo atribuído	4.790.852	4.898.916	4.790.852	4.898.916
Tributo diferido	(430.885)	(440.611)	(430.885)	(440.611)
Total	4.359.967	4.458.305	4.359.967	4.458.305

18.3.2 - AAP - Mantidos para venda

Valor correspondente ao custo atribuído dos ativos mantidos para venda.

Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo atribuído	17.367	-	17.367	-
Tributo diferido	(1.563)	-	(1.563)	-
Total	15.804	-	15.804	-

18.4 - Outros resultados abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA bem como os tributos diferidos relacionados a essas variações.

Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/ perdas atuariais/ Tributos diferidos	(4.986.596)	(4.762.853)	(4.986.596)	(4.762.853)
Ganhos/ perdas atuariais	(5.446.485)	(5.209.460)	(5.446.485)	(5.209.460)
Postalis - PBD	(2.649.021)	(2.495.966)	(2.649.021)	(2.495.966)
CorreiosSaúde	(2.460.860)	(2.466.332)	(2.460.860)	(2.466.332)
PostalPrev	(336.604)	(247.162)	(336.604)	(247.162)
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas atuariais	459.889	446.607	459.889	446.607
Postalis - PBD	238.412	224.637	238.412	224.637
CorreiosSaúde	221.477	221.970	221.477	221.970
Ganhos/ perdas sobre investimentos/ Tributos diferidos	2.535	-	2.535	-
Ganhos/ perdas - outras aplicações	2.786	-	2.786	-
Ganhos em participações não relevantes	2.786	-	2.786	-
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas em investimentos	(251)	-	(251)	-
Total	(4.984.061)	(4.762.853)	(4.984.061)	(4.762.853)

18.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final do período é de R\$ 2.540.454, tendo em vista a absorção do lucro líquido no exercício de R\$ 161.049, conforme estabelece o artigo 189 da Lei n° 6.404/1976, a realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 26.509 e o impacto pela adoção inicial do CPC 48 - R\$ 12.592, que juntos diminuíram o diminuindo o prejuízo acumulado de exercícios anteriores de R\$ 2.715.420

Nota - 19 Demonstração do resultado

19.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

Receita líquida de vendas e serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas e serviços	18.907.982	18.309.924	18.907.982	18.309.924
Receitas nacionais	18.253.681	17.814.394	18.253.681	17.814.394
Receitas internacionais	654.301	495.530	654.301	495.530
(-) Deduções	(732.125)	(973.039)	(732.125)	(973.039)
(-) Impostos	(709.669)	(660.388)	(709.669)	(660.388)
(-) Descontos incondicionais	(20.399)	(289.352)	(20.399)	(289.352)
(-) Receitas canceladas	(2.057)	(23.299)	(2.057)	(23.299)
Total	18.175.857	17.336.885	18.175.857	17.336.885

Em 2018 a receita líquida atingiu o montante de R\$ 18.175.857. O quadro a seguir apresenta os maiores destaques de vendas/ serviços, que representaram 90,30% da receita bruta do período.

Receita de vendas/ serviços em relação à receita bruta total	Controladora/ consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Participação (%)	31/12/2018	Participação (%)	31/12/2018
FAC	23,7	4.480.610	28,5	5.219.056
Sedex	22,6	4.274.602	18,6	3.408.395
PAC	18,3	3.462.827	14,6	2.675.915
Carta	13,9	2.636.517	13,9	2.552.729
Serviços de Distribuição	2,6	490.910	1,9	346.902
Malote	2,1	402.110	2,5	457.957
Mala Direta Postal	2,1	398.063	2,4	435.340
Logística Reversa	2,0	372.393	1,6	285.832
Logística Integrada	1,8	348.498	2,0	358.073
FNDE	1,2	232.535	1,4	256.870
Outros	9,7	1.808.917	12,6	2.312.855
Total	100	18.907.982	100	18.309.924

19.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Os custos de 2018 atingiram R\$ 15.679.112. Desse total, R\$ 9.824.546 referem-se aos custos com salários, encargos, benefícios e saúde, e o restante foi distribuído, principalmente, entre remuneração de agências franqueadas (AGFs), transportes, prestação de serviços de terceiros e aluguéis.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Pessoal	(9.964.659)	(10.767.182)	(9.964.658)	(10.767.182)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(8.333.848)	(8.481.202)	(8.333.848)	(8.481.202)
Saúde	(1.490.698)	(1.773.941)	(1.490.698)	(1.773.941)
Incentivo Financeiro Diferido-IFD	(140.113)	(512.039)	(140.112)	(512.039)
Remuneração de AGF	(1.724.063)	(1.423.293)	(1.724.063)	(1.423.293)
Transporte de malas e malotes	(1.544.899)	(1.444.917)	(1.544.899)	(1.444.917)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	(1.134.553)	(1.120.409)	(1.134.553)	(1.120.409)
Aluguéis	(445.198)	(448.627)	(445.198)	(448.627)
Utilidades	(322.226)	(319.748)	(322.226)	(319.748)
Material e Produtos	(236.983)	(215.331)	(236.983)	(215.330)
Depreciação/ Amortização	(227.190)	(241.835)	(227.191)	(241.836)
Internacionais	(52.745)	(46.653)	(52.745)	(46.653)
Impostos, taxas e contribuições	(26.596)	(21.146)	(26.596)	(21.146)
Total	(15.679.112)	(16.049.141)	(15.679.112)	(16.049.141)

19.2.1 - Pessoal

O decréscimo em salários, encargos e benefícios está relacionado à diminuição no quadro de pessoal ocasionado pelo Plano de Desligamento Incentivado - PDI. O maior volume de rescisões de empregados por adesão ao Plano ocorreu em 2017, razão pela qual observa-se a redução na despesa com o Incentivo Financeiro Diferido - IFD em 2018.

A oscilação na despesa com serviço saúde refere-se à implementação do formato de custeio do plano CorreiosSaúde, por decisão proferida em 12 de março de 2018 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estabeleceu o pagamento de mensalidades e alteração na coparticipação das despesas médicas.

19.3 - Despesas com vendas/ serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda. Apresentou movimentação de R\$ 117.667 em 2018, R\$ 94.048 inferior à 2017, devido à redução das despesas com propaganda e publicidade e multas aplicadas por clientes.

Despesas com vendas/ serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de unidades terceirizadas	(78.111)	(84.830)	(78.111)	(84.830)
Provisão para perdas	(20.614)	(32.453)	(20.614)	(32.453)
Patrocínio	(13.800)	(14.460)	(13.800)	(14.460)
Propaganda e publicidade	(2.037)	(49.399)	(2.037)	(49.399)
Multas contratuais de clientes	(1.232)	(27.093)	(1.232)	(27.093)
Outros	(1.873)	(3.480)	(1.873)	(3.480)
Total	(117.667)	(211.715)	(117.667)	(211.715)

19.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.528.658, sendo que a despesa de R\$ 2.512.373 refere-se à Controladora e R\$ 16.285 refere-se à Controlada.

Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Pessoal	(2.062.692)	(2.686.812)	(2.065.132)	(2.688.854)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(1.970.146)	(2.205.610)	(1.972.586)	(2.207.652)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(92.546)	(481.202)	(92.546)	(481.202)
Precatórios	(270.298)	(194.540)	(270.298)	(194.540)
Constituição/ reversão pós-emprego - CorreiosSaúde	(144.811)	(618.000)	(144.811)	(618.000)
Constituição/ reversão de perdas	(83.622)	(59.053)	(83.622)	(59.053)
Depreciação/ Amortização	(76.832)	(81.137)	(76.832)	(81.137)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas e outros	(10.802)	(10.751)	(24.647)	(12.473)
Constituição/ reversão de contingências cíveis - âmbito judicial	(6.897)	(1.303)	(6.897)	(1.303)
Acordo judicial	(1.875)	(2.282)	(1.875)	(2.282)
Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito judicial	(1.243)	1.476	(1.243)	1.476
Impostos, taxas e contribuições	(827)	(1.019)	(827)	(1.019)
Constituição/ reversão pós-emprego - PBD	1.339	78.656	1.339	78.656
Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito administrativo	8.776	(12.764)	8.776	(12.764)
Superávit - PostalPrev	89.442	90.944	89.442	90.944
Constituição/ reversão de contingências trabalhista - âmbito judicial	47.969	101.713	47.969	101.713
Total	(2.512.373)	(3.394.872)	(2.528.658)	(3.398.636)

A redução nas despesas gerais e administrativas está relacionada, em maior parte, pela diminuição das despesas de pessoal, ocasionada principalmente pelo PDI, cujo maior volume de adesões ocorreu em 2017. O decréscimo das despesas com o pós-emprego saúde, referentes ao custo dos juros e custo dos serviços projetados para o exercício, está atrelado à redução da obrigação atuarial da saúde provocada da decisão do TST e Resolução CGPAR nº 23, que estabele-

ceram novos limites de custeio dos Correios em relação ao plano de saúde e a abrangência de concessão do benefício.

19.5 - Resultado de participação em controlada

Representa o prejuízo de R\$ 14.077 decorrente do resultado da Correiospar em 2018, registrado na Controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

19.6 - Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Multas aplicadas a fornecedores	84.394	97.586	84.394	97.586
Despesas recuperadas	45.121	43.186	45.121	43.186
Multas aplicadas a clientes	32.133	36.629	32.133	36.629
Taxa mensal de franquia - AGF	17.110	14.313	17.110	14.313
Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde	-	2.902.883	-	2.902.883
Ganhos contingenciais - PIS/ COFINS - Imunidade tributária	-	56.050	-	56.050
Outros	2.931	12.940	2.931	12.940
Total	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587

19.6.1 - Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde

Reversão de parte da obrigação atuarial do benefício pós-emprego saúde ocasionada pela adoção da decisão do TST no julgamento do dissídio coletivo 2017/2018, bem como da Resolução CGPAR nº 23, que alteraram a participação da Empresa no custeio e limitaram a cobertura do plano CorreiosSaúde em relação aos pais, pelo período de um ano, contado de agosto de 2018.

19.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

Outras Despesas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos na alienação de bens	(2.554)	(3.243)	(2.554)	(3.243)
Perdas de investimentos	(201)	-	(201)	-
Impostos vinculados à receita	-	(89.410)	(115)	(89.547)
Total	(2.755)	(92.653)	(2.870)	(92.790)

19.7.1 - Impostos vinculados à receita (PIS/COFINS)

Corresponde à parcela de PIS e COFINS apurada até o exercício de 2017 pelo regime não cumulativo, em observância à obrigatoriedade da base de cálculo destas contribuições sujeitarem-se ao regime misto. Amparada pelo pressuposto legal de que o ente imune a impostos não se submete ao regime não cumulativo (artigos 10º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003), a Empresa a partir de 2018 passou a apurar as contribuições apenas pelo regime cumulativo.

19.8 - Receitas financeiras

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita de juros	277.652	18.186	277.652	18.186
Variação cambial	241.756	96.306	241.756	96.306
Rentabilidade de aplicações financeiras	82.163	167.917	84.308	170.842
Variação monetária	20.164	21.430	20.343	21.446
Outras	4.838	7.048	4.838	7.048
Total	626.573	310.887	628.897	313.828

19.8.1 - Receita de juros

A variação justificada pela atualização monetária de (R\$ 166.369) oriunda dos créditos tri-

butários de pagamento indevido de IRPJ e da atualização monetária de (R\$ 100.465) oriunda dos créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte e remanesce após a resilição do Contrato de Correspondente Bancário firmado entre Correios e Banco do Brasil. Ambos os créditos encontram-se formalizados por meio de pedidos de restituição protocolados no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Os créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ, fundamentam-se na tese da Imunidade tributária (art. 150, VI A da CF) e foram solicitados à RFB por meio de pedidos de restituição, dos quais 3 já foram julgados pelo CARF, a favor dos Correios, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. O pedido de restituição dos créditos tributários atrelados ao Contrato de Correspondente bancário, aguarda julgamento administrativo.

19.8.2 - Variação cambial

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018. De acordo com

as cotações obtidas no site do Fundo Monetário Internacional- FMI, enquanto de janeiro a dezembro de 2017 a moeda teve um acréscimo de 7,5%, no mesmo período de 2018 a valorização foi de 14,4%.

19.8.3 - Rentabilidade das aplicações financeiras

A redução da média mensal do saldo aplicado em 2018 em relação ao ano anterior aliado à redução da taxa Selic contribuíram para que a rentabilidade dos fundos fosse inferior à de 2017.

19.9.1 - Variação cambial

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018.

19.9.2 - Encargos - financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo (nota 17.10) e distrato com o Banco Postal (nota 17.13), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

19.9 - Despesas financeiras

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação cambial	(153.047)	(54.830)	(153.047)	(54.830)
Encargos Financiamento dívida interna	(92.671)	(167.363)	(92.671)	(167.363)
Apropriação/ atualização - AVP	(79.629)	(19.891)	(79.629)	(19.891)
Perdas nas aplicações financeiras	(7.962)	(9.406)	(7.962)	(9.406)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(6.955)	(4.120)	(6.955)	(4.120)
Multas	(5.854)	(9.144)	(5.854)	(9.144)
Despesas bancárias	(3.086)	(2.151)	(3.087)	(2.152)
Juros	(558)	(6.657)	(558)	(6.660)
Notificação de infração	(138)	(110.148)	(138)	(110.148)
Outros	(1.600)	(945)	(1.600)	(945)
Total	(351.500)	(384.655)	(351.501)	(384.659)

19.9.3 - Notificação de infração

Em 2017, a rubrica de notificação de infração apresentou saldo elevado ocasionado, principalmente, pelo registro do parcelamento de dívidas decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Nota - 20 Tributos sobre o lucro

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura a CSLL a alíquota de 9% na controladora. Para a controlada (Correiospar) o IRPJ e a CSLL são tributados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, com base nas leis tributárias vigentes, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

No exercício de 2018, apresenta-se o efeito tributário em cenário de Lucro Fiscal na controladora e de Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL na controlada (Correiospar). Este cenário, implica em não reconhecimento de despesa corrente na Demonstração do Resultado da controlada e por consequência o não pagamento destes tributos.

Demonstrativo da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do JSCP	306.635	677.359	292.558	676.395
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(43.931)	(79.300)	(43.931)	(79.300)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	262.704	598.059	248.627	597.095
Efeito total sobre o lucro/ prejuízo fiscal ¹	17.389	(164.343)	12.659	(164.666)
Efeito de IRPJ e CSLL da alíquota vigente	23.643	53.825	18.857	53.498
Efeito sobre as diferenças permanentes	4.413	4.499	4.469	4.503
Efeitos sobre as diferenças temporárias	(10.667)	(222.667)	(10.667)	(222.667)
Adições	1.063.129	575.187	1.063.129	575.187
Exclusões	(1.073.796)	(797.854)	(1.073.796)	(797.854)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	(5.217)	-	(5.217)	-
IRPJ e CSLL correntes	(12.172)	-	(7.442)	-
CSLL diferida	(133.414)	(10.051)	(133.414)	(10.051)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(3.954)	(7.317)	(3.954)	(7.317)
Realização do ativo de CSLL sobre diferenças temporárias	(98.640)	(147.256)	(98.640)	(147.256)
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	(30.820)	(3.048)	(30.820)	(3.048)
Receitas com a utilização de créditos fiscais em parcelamento especial	-	147.390	-	147.390
Total dos tributos sobre o lucro	(145.586)	(10.051)	(140.856)	(10.051)

¹Alíquota de 9% de CSLL para os Correios e 34%(IR/CSLL) para Correiospar.

20.1 - Tributos Diferidos

20.1.1 - Tributos Diferidos Ativos

A Empresa, em conformidade com o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, apresenta os ativos fiscais diferidos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL reconhecidos diretamente sobre o resultado, os quais são provenientes das diferenças temporárias, ajustes da Lei nº 12.973/2017 (impairment e depreciação), e de base de cálculo negativa de CSLL, ou diferidos sobre outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos - ativos	Controladora/ Consolidado			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
A – Das bases fiscais	30.820	-	(30.820)	-
Bases negativas	30.820	-	(30.820)	-
B - Das diferenças temporárias	98.639	-	(98.639)	-
Contingências trabalhistas	17.708	-	(17.708)	-
Contingências cíveis	5.022	-	(5.022)	-
Fornecedores provisão	36.004	-	(36.004)	-
Reservas déficit BD - Postalís	10.268	-	(10.268)	-
Outras contingências	29.637	-	(29.637)	-
C - Dos ajustes Lei nº 12.973/2014	4.715	-	-	4.715
Impairment - terrenos	44	-	-	44
Impairment - prédio	4.542	-	-	4.542
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Total de ativos diferidos sobre movimentações temporárias e prejuízos fiscais (A + B + C)	134.174	-	(129.459)	4.715
D - Das despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes	446.608	13.774	(493)	459.890
Benefício pós-emprego plano saúde	221.971	-	(493)	221.479
Benefício pós-emprego Postalís BD	224.637	13.774	-	238.411
Total	580.782	13.774	(129.952)	464.604

Em observância ao item 56 do CPC 32 a Empresa reverteu o valor contábil do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, uma vez que fortes evidências estavam disponíveis de que não haverá lucro tributável futuro suficiente para permitir que o benefício de todo aquele ativo fiscal diferido poderia ser utilizado. Já os créditos diferidos decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, constituídos entre 2010 e 2014, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas e de fornecedores, foram realizados na sua totalidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre Ajustes Lei nº 12.973/2014 e Outros Resultados Abrangentes (ORA) manteve-se registrado, uma vez que estes saldos não dependem de resultados futuros para se realizarem, pois a movimentação ocorre por meio das remensurações das provisões de benefício pós-emprego, em Outros Resultados Abrangentes ou mediante efeito no resultado do exercício decorrente da depreciação, alienação ou baixa dos bens.

A Empresa apresenta em 31 de dezembro de 2018, ativo fiscal diferido, decorrente de base negativa de contribuição social e de

diferenças temporárias, passível de reconhecimento futuro, considerando as possibilidades previstas pela legislação. Não existe prazo de restrição para a utilização destes créditos, o quadro abaixo demonstra o montante apurado até o exercício de 2018.

Ativo fiscal diferido passível de reconhecimento futuro	Valor
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2016	23.313
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2017	189.169
Sobre diferenças temporárias	288.099
Total	500.581

20.1.2 - Tributos Diferidos Passivos

O Passivo fiscal diferido de CSLL é originado pelas diferenças temporárias apuradas entre:

a.a diferença de base e de taxa de depreciação entre a legislação contábil societária e a legislação fiscal vigente;

b. CSLL diferida sobre o custo atribuído aos bens imóveis quando da adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; e

c. sobre os ajustes decorrentes do valor justo do ganho em investimentos por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

Tributos diferidos - passivos	Controladora/ Consolidado			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
A - Das diferenças temporárias – Lei nº 12.973/2014	36.873	3.954	-	40.827
Depreciação de bens operacionais	36.873	3.954	-	40.827
B - Das receitas reconhecidas no PL	440.611	251	(8.163)	432.699
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	440.611	-	-	432.448
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	-	251	-	251
Total	477.484	4.205	(8.163)	473.526

Nota - 21 Seguro dos bens

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

Imóvel	Seguradora	Valor segurado
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	335.903
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	30.609
Total	-	366.512

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

Nota - 22 Partes relacionadas

22.1 - Entidade controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

22.2 - Partes relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2018, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento	Nota
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora	
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada	13.4.1 e 20.5
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinada/ Mantida	11.1, 17.9 e 17.14
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	17.2, 17.3, 17.5.1 e 17.9

22.3 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

22.3.1 - Transações com a Correiospar

A Correios Participações S/A - Correiospar, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que vier a adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo

diversas áreas da ECT, as quais serão devidamente ressarcidas em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

O impacto das transações ocorridas entre os Correios e a Correiospar está apresentado na tabela contida na nota 13.4.1.

22.3.2 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Cor-

reios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no item D do quadro da nota 18.1.1.

22.3.3 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 17.2, 16.3, 17.5.1 e 17.9 apresentam as transações ocorridas com o Postalis em 2018.

22.4 - Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalis ¹	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018 ³	2017
Benefícios de Curto Prazo										
Conselho de Administração/ Deliberativo ²	16	17	324	337	192	165	-	-	-	209
Conselho Fiscal	11	11	169	161	150	117	-	-	-	135
Diretoria Executiva	15	15	7.161	6.288	1.502	1.602	-	-	-	1.733
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	42	43	7.654	6.786	1.844	1.884	-	-	-	2.077

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

(3) Em virtude do Postalis estar sob intervenção desde 04 de outubro de 2017, não ocorreram pagamentos de remuneração e benefícios no ano de 2018.

Nota - 23 Outras informações

23.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de Empregados e Dirigentes	2018	2017
Menor Salário	1.706	1.614
Maior Salário	46.728	46.728
Salário Médio	2.509	2.457
Dirigentes		
Presidente	46.728	46.728
Vice-Presidentes	40.633	40.663
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.475	4.131
Conselho de Administração	4.475	4.131
Comitê de Auditoria	8.951	-





Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, individuais e consolidadas, - ECT (“Empresa” ou “ECT”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis

acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ativo contingente registrado

Amparada nos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, a Empresa, conforme descrito nas notas nº 3.17 e nº 12.3, discute e questiona, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que a totalidade dos seus serviços prestados está abrangida pela imunidade recíproca (CF, artigo 150, VI, “a”, e § § 2º e 3º), considerando que a Empresa seria uma extensão das atividades da união. A Administração da Empresa, com base na classificação de êxito como “provável ganho” recomendada por sua assessoria jurídica e pela atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo o resultado do julgamento de três processos de restituição do Imposto de Renda, que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 293 milhões, proferido de forma favorável à Empresa, pelo Conselho Administrativo de

Recursos Fiscais - CARF, de forma unânime, sem interposição de recursos pela PGFN, decidiu elaborar e apresentar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no pressuposto de sua imunidade tributária em relação ao imposto de renda, consequentemente, um ativo contingente, representado por dez processos de restituição do Imposto de Renda, no montante de R\$ 1.621 milhões, mantém-se reconhecido às demonstrações contábeis à título de tributos a recuperar. Entretanto, considerando o atual estágio que se encontram as referidas discussões junto à RFB e PGFN, a classificação de risco atribuída pela assessoria jurídica ao mérito e as dificuldades operacionais a serem superadas para que os pedidos de restituições sejam homologados, o referido ativo, nesse momento, é caracterizado como “ativo contingente”, consequentemente, estão apresentados a maior o ativo e o patrimônio líquido pelo valor R\$ 1.621 milhões e o resultado do exercício pelo valor de R\$ 167 milhões, respectivamente.

Conforme descrito na nota 13 às demonstrações financeiras, a Administração da Empresa identificou e registrou redução no valor recuperável de determinados ativos, pelo valor de R\$ 64.187 mil. Nesse contexto, diante do referido indicativo quantitativo presente em 31 de dezembro de 2018, a Administração

não avaliou a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável dos demais imóveis presentes nas mesmas praças. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que na data do balanço se analise a evidência objetiva de que o ativo imobilizado esteja registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment), e, na indicação de possível perda, o cálculo detalhado e específico deve ser efetuado. Conforme divulgado na nota 3.14.2, às demonstrações financeiras, a Administração adotou como política a avaliação a cada cinco anos de toda a carteira de imóveis, que culminará, desde a última avaliação, no exercício de 2019. Devido à ausência de avaliação para indicação de perda do valor recuperável para os demais imóveis presentes nas mesmas praças, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos constantes no imobilizado (nota 14) e em propriedade para investimentos (nota 13).

Limitação de escopo - Contingências judiciais

Conforme descrito na nota 17.2, às demonstrações financeiras, a Empresa está envolvida em processos legais de natureza

trabalhista, cível e tributária e diante desse risco, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 337.013 mil, em 31 de dezembro de 2018. Entretanto, conforme descrito na nota 17.2.2.1, em outubro de 2018 a Administração da Empresa aprovou nova diretriz de provisionamento e contingenciamento relativos à processos judiciais, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). A expectativa da Administração é de que durante o exercício de 2019 a nova diretriz seja implementada. Consequentemente, não foi praticável nas circunstâncias, a realização de trabalhos alternativos que nos permitissem concluir sobre a adequação dos saldos de provisão para contingências registrados, em 31 de dezembro de 2018, e seus possíveis reflexos no resultado.

Limitação de escopo - Benefício pós-emprego do plano Previdencial BD

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.1, a Empresa é patrocinadora de uma Empresa fechada de previdência privada, denominada “Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS” e possui consignado em suas demonstrações financeiras provisões para benefícios pós emprego, no montante de R\$ 3.256

milhões, em 31 de dezembro de 2018. Sobre a referida obrigação, temos as seguintes limitações de escopo:

i) encontra-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e outras autoridades públicas, no âmbito das chamadas operações “Lava Jato”, “Greenfield”, “Rizoma” e “Pausare”, envolvendo determinados fundos de investimentos financeiros e outros ativos da carteira de investimentos do Postalís. Os desfechos dessas investigações e eventuais efeitos às demonstrações financeiras ainda não são totalmente conhecidos; e

ii) A determinação do montante da provisão para benefícios pós emprego do plano BD levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50% (cinquenta por cento), entretanto, representantes dos participantes do plano BD questionam a legalidade das cobranças extraordinárias dos equacionamentos dos déficits apurados em função dos supostos atos de má-gestão na Administração dos ativos garantidores às reservas matemáticas do plano. Considere-

rando o atual estágio em que se encontram os referidos processos judiciais, não é possível determinar se o provisionamento parcial de 50% será suficiente para suportar as saídas futuras de caixa que serão requeridas pelo desfecho desses processos.

Considerando os assuntos descritos nos itens i) e ii), acima, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o valor das provisões de benefícios pós emprego no montante de R\$ 3.256 milhões e sobre os saldos de outros resultados abrangentes registrados diretamente no patrimônio líquido correspondente ao valor líquido do Plano BD, no valor de R\$ 2.411 milhões, bem como sobre os respectivos créditos tributários de contribuições social sobre o lucro (CSSL) constituídos sobre essas provisões.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Empresa apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natu-

reza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A continuidade operacional da Empresa dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Con-

tador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho reali-

zado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, a Empresa mantém o registro de ativo contingente relacionado à imunidade tributária bem como não foi capaz de mensurar os potenciais efeitos advindos das limitações de escopo anteriormente descritas na mesma seção e, dessa forma, não registrou os impactos sobre o patrimônio líquido e resultado apresentados. Não obstante o fato do relatório da administração estar consistente com as demonstrações financeiras, concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pelas mesmas razões e valores mencionados na seção “Base para opinião com ressalva”.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada de forma voluntária, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relató-

rio. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de março de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - DF - S



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3

Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Os Correios firmaram contrato com a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples, cujo objeto é prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras dos Correios e suas coligadas, controladas, mantidas, e participadas, relativas ao exercício social de 2017 e subsequentes, durante a vigência do contrato, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais da International Financial Reporting Standards (IFRS), bem como outros serviços a serem executados correlatos aos trabalhos de auditoria.



Capítulo 6 – Outras Informações Relevantes

Materialidade

Para determinar a materialidade das informações do Relato Integrado Correios 2018, fizemos uma ampla pesquisa de assuntos relevantes que possam impactar nossa capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo, tais como: a Estratégia dos Correios; as tendências de mercado internacional e nacional; as principais demandas dos nossos clientes e sociedade em geral; avaliamos a situação econômico financeira da empresa, e o conteúdo estabelecida pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU 170, de 19 de setembro de 2018.

A Estratégia Correios influenciou de maneira significativa a seleção das informações relevantes, pois norteou a gestão, reposicionou os Correios no mercado e contribuiu para a sustentabilidade. Para tanto, Iniciativas Estratégicas foram implementadas pela empresa para alcançar os Objetivos Estratégicos e as metas futuras. Assim, de forma a justificar os resultados relativos aos Objetivos Estratégicos estabelecidos, foi realizada a avaliação das Iniciativas Estratégicas através dos Indicadores Estratégicos, por meio de um processo de Governança da Gestão Estratégica.

Por fim, as informações apresentadas são úteis para avaliar a razoabilidade do que foi relatado,

pois evidenciam resultados financeiros e qualitativos expressivos obtidos pelos Correios, prestando contas à sociedade e aos órgãos de controle.

Determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2018, foram tratados pelos Correios quatrocentos e cinquenta e oito Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), dos quais constaram 464 medidas, conforme abaixo:

Medidas	Total	2004	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ciência	260		1	1	3	5	2	1	45	202
Determinação	186	1		6	4	3	4	4	15	149
Recomendação	18		1	2	2	3	1	1	2	6
TOTAL	464	1	2	9	9	11	7	6	62	357
Quantidade de Acórdãos por ano*	458	1	2	10	8	11	7	6	62	351

Todos os Acórdãos são encaminhados à AUDIT e CA, em atenção ao que disciplina os normativos vigentes.

O Tribunal de Contas da União requereu aos Correios o registro sobre as medidas adotadas pela empresa para atendimento a determinações em quatro Acórdãos, quais sejam:

Acórdão nº 910/2018 - TCU - Plenário, noticiado aos Correios através do Ofício 0551/2018-TCU/SECEX-MA, de 22/2/2018, para que sejam inseridas no Relatório de Gestão a ser encaminhado no próximo exercício as providências adotadas quanto à Tomada de Contas Especial - TCE, que teve por objeto a falta de numerário no caixa da Agência dos Correios de Luís Domingues/MA.

Assim, seguem as informações sobre as medidas adotadas pela empresa:

•Medidas adotadas: : Processo NUP nº 53101.001963/2016-24 - TCE Agência Correios Domingues/MA. Considerando a não quitação do débito, foi providenciado em 27/03/2018, a inscrição do responsável no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados com Órgãos Federais e ajuizamento da Ação de Cobrança, em 09/05/2018, sob o número 0016578-30.2018.5.16.0004, distribuído na 4ª Vara do Trabalho de São Luís.

Acórdão 1000/2018 TCU PL - subitem 1.8, noticiado aos Correios através do Ofício 0174/2018-TCU/SeinfraCOM, de 3/5/2018 O Tribunal de Contas da União determinou que os Correios informassem nas próximas contas da entidade, acerca do andamento dos processos NUP 53101.003727/2016-42, que apura supostas irregularidades relacionadas aos contratos 92/2014 e 94/2014, celebrados entre a Postal Saúde e as sociedades empresariais UNIBEM Assessoria em Medicina e Segurança no Trabalho Ltda e TOTAL LIFE Assistência à Vida Ltda.; NUP 53101.005472/2016-52, referente às supostas irregularidades na implantação e na gestão do Plano Postal Benefícios Medicamentos (PBM); e NUP 53101.001976/2017-84, que apura responsabilidades por supostas irregularidades relacionadas à contratação da gráfica do sindicato dos Bancários (Bangraf).

Dessa forma, a seguir constam informações sintéticas sobre o andamento dos processos, considerando que tais informações são intrinsecamente sigilosas em razão da natureza jurídica de sindicância disciplinar.

•Medidas adotadas: Em 2018, foi instruído o Processo NUP 53101.003727/2016-42 - UNIBEM e TOTAL LIFE, sendo o início da fase de apresentação das defesas em 2019. No Processo NUP nº 53101.005472/2016-52 - PBM foi realizada a fase de dilação probatória, em 2018, restando as oitivas de duas testemunhas indicadas pela defesa do sindicato. Em 2019, será aberto prazo para os sindicatos complementarem suas respectivas defesas, tendo em vista as novas provas produzidas. No NUP 53101.001976/2017-84 (Bangraf), o Processo encontra-se em fase de elaboração do Relatório Final, sendo que os trabalhos da Comissão de Sindicância deverão ser concluídos no prazo estabelecido.

Acórdão 2404/2018 - O Tribunal de Contas da União determina, através do Ofício 4973/20 18-TCU/Sefip, de 29/10/2018, a juntada de cópia desse acórdão e das peças 1 e 6 dos autos do TC 004.718/2018-6 ao processo de prestação de contas dos Correios referente ao exercício de 2018.

•Medidas adotadas: O Acórdão 2404/2018 e Peças 1 e 6 estão no anexo deste relatório.

•Acórdão 586/2013 - A 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União determinou que seja informado na prestação de contas dos Correios:

a. O resultado do processo DECOD-001/2011 a respeito da apuração de responsabilidade pelo pagamento indevido de taxa de administração à empresa Cento de Integração Empresa-Escola (CIEE);

b. Os resultados do processo de apuração do impacto das gravações da operação Déjà Vu com os atos analisados no âmbito do Processo AUDIT 616/2007;

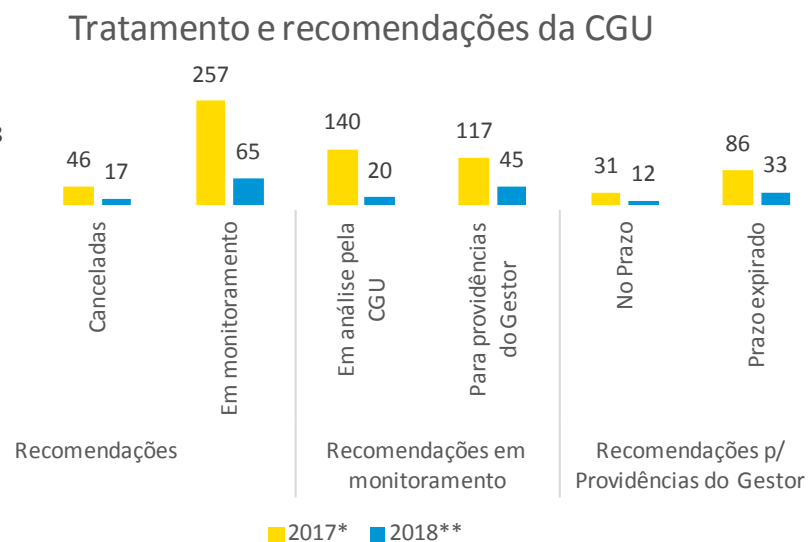
•Medidas adotadas: No Processo DECOD-001/2011 (NUP: 53101.004756/2013-89), os empregados citados foram exculpadados no julgamento, por meio da Decisão CODIS 029/2014, de 18/07/2014. O referido processo encontra-se arquivado desde 08/09/2014. No Processo AUDIT 616/2007 (NUP: 53101.005586/2013-93) houve julgamento em 17/09/2013, por meio da Decisão CODIS 056/2013, de prescrição da penalidade. Em 14/11/2014, o referido processo foi arquivado.

Tratamento e recomendações da CGU

As recomendações oriundas dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) são geridas, por meio do Sistema Monitor o que melhorou o desempenho saltando de 27 para 108 o número de recomendações atendidas.

Todas as recomendações são encaminhadas à Auditoria e Conselho de Administração, em atenção ao que disciplinam os normativos vigentes.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do tratamento destas recomendações:



Fontes: *Relatório de Avaliação de Gestão - Exercício 2017, posição em 31/12/2017.

** DEREL/PRESI - Consulta ao Sistema Monitor, posição em 31/12/2018.



No exercício de 2018, a CGU realizou uma auditoria anual de contas em que resultaram em recomendações que estão contempladas no corpo do presente relatório e no seu anexo.

Administração

Diretoria executiva

Jovino Francisco Filho
Diretor de Administração

General Juarez Cunha
Presidente

Artur José Solon Neto
Diretor de Governança,
Compliance e Segurança



Heronides Eufrásio Filho
Diretor de Gestão Estratégica
de Pessoas

Alex do Nascimento
Diretor de Negócios

Sergio Neves Moraes
Diretor de Gestão Estratégica,
Tecnologia e Finanças

Conselho fiscal

Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira
Presidente



Johnny Ferreira
dos Santos

Gustavo Zarif
Frayha

Conselho de administração

Maurício Fortes
Garcia Lorenzo

Ruy do Rêgo Barros Rocha
Vice-Presidente do Conselho de
Administração

José Luís Nunes
do Couto



Fábio Rezende
Scarton Coutinho

Juarez Aparecido
de Paula Cunha

Leonardo Raupp
Bocorny

Declaração de Integridade do Relatório Integrado dos Correios 2018

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que a alta administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), assegura a integridade do Relato Integrado Correios 2018, pois foi realizada a efetiva liderança e tomada de decisões sobre a preparação e a apresentação das informações, incluindo a supervisão dos empregados ativamente envolvidos no processo.

Declaro ainda que, ao envolver todas as áreas dos Correios em um pensamento coletivo na preparação e seleção dos temas relevantes, o relato contém informações confiáveis e integradas da estratégia da organização e da nossa capacidade de gerar valor ao longo do tempo. Para isso, este documento está em conformidade com a Estrutura Internacional para o Relato Integrado do Conselho Internacional para Relato Integrado (IRRC).

Ruy do Rego Barros Rocha
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Anexos e Apêndices

Estrutura organizacional - 2018

ASSEMBLÉIA GERAL	DEREL - Departamento de Relações Institucionais	DEINP - Departamento de Infraestrutura e Patrimônio
CONSELHO FISCAL	DEJUR - Departamento Jurídico	DCOMS - Departamento de Compras e Suprimento
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SECET - Secretaria Executiva da Comissão de Ética	SECSC - Superintendência Executiva do CSC Corporativo
AUDIT - AUDITORIA	COETI - Comitê de Estratégia de TIC	VITEC - VICE-PRESIDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COAUD - Comitê de Auditoria	CODIS - Comitê de Disciplina	DEPGE - Departamento de Planejamento e Gestão de TI
COGSI - Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação	CEOBZ - Comitê Executivo Orçamento Base Zero	DEREL - Departamento de Relacionamento de TI com o Negócio
CORES - Comitê de Remuneração e Sucessão	CORR - Corregedoria	DETEC - Departamento de Desenvolvimento de Serviços de TI
OUVID - OUVIDORIA	SEGER - Secretaria Geral	VIGEP - VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
COELE - Comitê de Elegibilidade	DGORC - Departamento de Governança, Riscos e Compliance	DEGEP - Departamento de Políticas de Gestão de Pessoas
CGORC - Comitê de Governança, Riscos e Controles	DESTI - Departamento de Estratégia e Inovação	
PRESIDENTE	DCORE - Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica	
SERIG - Superintendência de Relacionamento Institucional e Jurídico	VIPAD - VICE-PRESIDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO	

DEREL - Departamento de Relacionamento Organizacional

GERT - Gerência de Relações do Trabalho

VIFIC - VICE-PRESIDÊNCIA DE FINANÇAS E CONTROLADORIA

DEFIN - Departamento Financeiro

DECON - Departamento de Contabilidade

DETRI - Departamento Tributário

DEIMP - Departamento de Estratégia e Inteligência de Mercado

SUCON - Superintendência de Controladoria

VICOM - VICE-PRESIDÊNCIA COMERCIAL

DEENC - Departamento de Negócios de Encomenda e e-commerce

DPOST - Departamento de Negócios Postais

DEVAR - Departamento de Varejo e outros Negócios

DEVEN - Departamento de Vendas

DEREC - Departamento de Relacionamento com o Clientes

VICAN - VICE-PRESIDÊNCIA DE CANAIS

DESEC - Departamento de Estratégia e Experiência do Cliente

DEFIS - Departamento de Canais Físicos

DEDIG - Departamento de Canais Digitais

VINEP - VICE-PRESIDÊNCIA DE NEGÓCIOS PÚBLICOS

DEIMP - Departamento de estratégia e Inteligência de Mercado

DESOP - Departamento de Soluções de Negócios Públicos

VIOPE - VICE-PRESIDÊNCIA DE OPERAÇÕES

DEPLA - Departamento de Planejamento e Automação

DERAT - Departamento de Atendimento

DTRAT - Departamento de Tratamento

DETRA - Departamento de Transporte

DEDIS - Departamento de Coleta e Distribuição

DELOG - Departamento de Logística

SE - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES

Créditos

Coordenação

Departamento de governança corporativa

Edição

Departamento de comunicação corporativa estratégica

Projeto gráfico e diagramação

Cesar Bulcão

Versão 1.0



De Brasil
a gente entende.

MAIO 2019